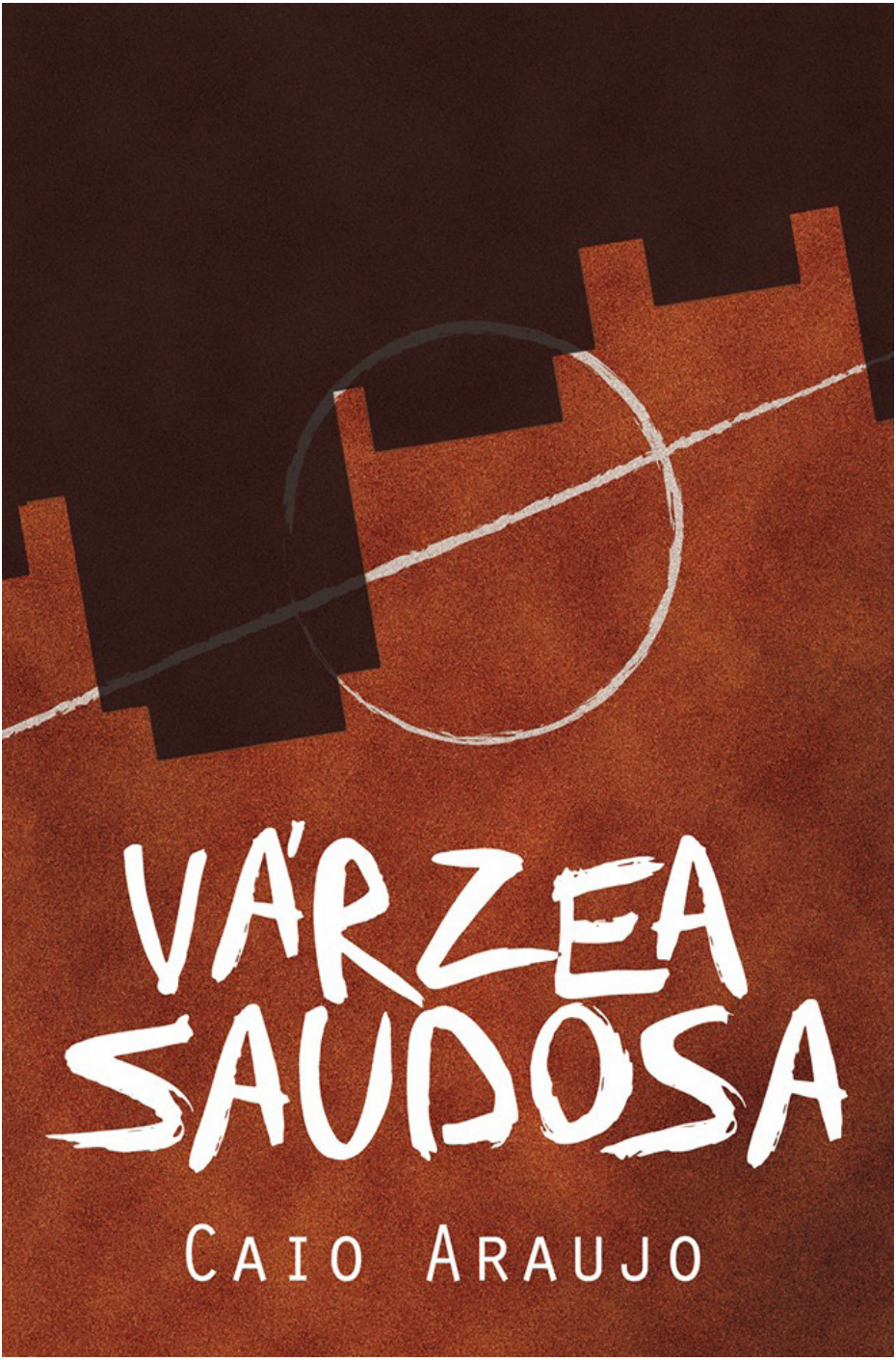

VÁRZEA
SAUDOSA
CAIO ARAUJO

Várzea Saudosa

Caio Araujo

Várzea Saudosa

Autor: Caio Araújo do Carmo

Orientação: Rafael Fonseca dos Santos

Fotografia e diagramação: Caio Araújo do Carmo

Arte da capa: Leonardo Rodrigues

Livro-reportagem sobre o desaparecimento do futebol de várzea na cidade de São Paulo em função da expansão imobiliária. A peça serve como trabalho de conclusão do curso de jornalismo ministrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Dedico este trabalho ao senhor Nelson Gomes, segurança do Acervo Histórico Municipal e grande entusiasta do futebol de várzea. Foi ele quem me pôs em contato com os grandes personagens deste universo mágico, sendo ele próprio um deles.

Agradecimentos

Ao professor Hugo Harris, fã de futebol e quem me incentivou a levar a ideia adiante. As historiadoras Diana Mendes Machado e Fátima Antunes e a geógrafa Simone Scifione, fontes preciosas para a pesquisa. Aos atletas da várzea, sempre solícitos a falar sobre o passado e aos representantes dos clubes, em especial ao Sunão, eterno beque do Canto do Rio e ao Odair, guardião da memória de três importantes instituições: 1º de Maio, 7 de setembro e Leão do Morro.Às secretarias municipais de cultura, esporte e desenvolvimento urbano. Ao Museu da Cidade e aos acervos municipal e estadual do patrimônio histórico de São Paulo e ao CONDEPHAAT, COMPRESP e a Emplasa. A Federação Paulista de Futebol Amador. Por fim, agradeço ao meu orientador, Rafael Fonseca do Santos, a quem recorri inúmeras vezes para solicitar esclarecimentos triviais.

Sumário

Prefácio 12

1. Da Amazônia à Inglaterra: primitivo e brutal 15

2. A origem elitista no Brasil 22

3. Popularização 30

4. Identidade Nacional 35

5. Profissionalização 50

6. Futebol sem fronteiras 58

7. Ludismo, conflitos e superstições 68

8. Várzea Saudosa 85

9. O japonês do Itaim 87

10. Rola a bola no terrão 89

11. Os novos donos do espaço 95

12. Unha encravada 105

13. Estrela Altiva 115

14. Notas 132

15. Fotos 134

16. Bibliografia 146

Prefácio

Quando muito se exige esforço e dedicação de um jogador de futebol, percebe-se a que nível o profissionalismo alcançou nos campeonatos globais. A cobrança se explica, em parte, pelo alto rendimento auferido pelos atletas, que correspondem na verdade a ínfima minoria dos que se destacam na fábrica de ilusões que é a regra no futebol mundial. Os holofotes mexem com o imaginário dos fãs que sonharam um dia estar no lugar dos seus ídolos ou ao lado deles. O glamour é legítimo e compreensível. Os torneios que reúnem os grandes craques são mesmo emocionantes. A magia da Copa do Mundo continua viva, como pudemos presenciar há exatos dois anos.

Por outro lado, o futebol não se reduz aos espetáculos televisivos, ao estilo de vida badalado dos protagonistas ou às arenas modernas destinadas a um público já não tão diverso. Enquanto brincadeira que é, e sempre será, ele preenche o tempo do trabalhador fora da fábrica, promove encontros casuais na rua e discussões acaloradas nos bares, que perdura ao longo da semana sem resposta até que uma nova polêmica surja como pretexto para as pessoas iniciarem um bate papo interminável. É esporte, ritual e fato social. Atenua e radicaliza divergências. Interrompe conflitos, enquanto outros se estremecem por sua causa. Faz inimigos apertarem às mãos e vizinhos se confrontarem; estranhos se abraçarem e paixões terminarem; adultos sorrirem e crianças chorarem. Dentre todas as suas características, são essas ambigüidades que o tornam especial, e foram elas que me levaram a desenvolver esta pesquisa.

Curioso o processo de como um hobby elitista cai no gosto do povo e por que este povo insiste em amá-lo apesar das espúrias regras do jogo. Entre glórias passadas e fracassos presentes, este jogo permanece, não imutável, no cotidiano do brasileiro. E em São Paulo, especificamente, há um lugar onde ele luta para sobreviver contra a lógica do crescimento urbano desenfreado – o mesmo lugar onde o menino descalço o reinventou: a várzea.

É sobre a dinâmica entre lazer, moradia, hábito arraigado e

disputa geográfica que este livro trata. Desde a sua origem, desenvolvimento e aceitação, tentaremos explicar porque uma prática consagrada tem perdido espaço e corre o risco desaparecer na cidade.

1. Da Amazônia à Inglaterra: primitivo e brutal

Há muitas discussões e controvérsias em torno da origem do futebol. Richard Giulianotti aponta para jogos com bola praticados pelos povos nativos da América Central e da Amazônia em 1.500 a.C. (GALEANO apud GIULIANOTTI, 1999, p.15). No período neolítico, os chineses manufaturavam bolas de pedra anos antes da dinastia dos Han (206 a.C.-d.C.220), época em que se jogava o cuju, um jogo com regras bastante similares às do futebol. Ainda na China, há cinco mil anos a dinastia Ming disputava um jogo em que a meta ficava no centro do campo e os jogadores se esforçavam, sem usar as mãos, para impedir que a bola tocasse o chão. (GALEANO, 2004, p. 29). A tradição se manteve de geração em geração, como gravuras em monumentos anteriores a Cristo comprovam.

Sabe-se que egípcios e japoneses também se divertiam com a bola nos pés desde a antiguidade. No mármore de uma tumba grega de cinco séculos antes de Cristo aparece um homem fazendo "embaixadas" com o joelho. Nas comédias de Antífanes há expressões que remetem ao jogo, como "bola longa", "passe curto e "bola adiantada". (GALEANO, 2004, p. 30). Já os indígenas do Chile jogavam o pilimatun, enquanto os da Patagônia brincavam de tchoekah muito antes da invasão dos conquistadores. (OLIVER apud GIULIANOTTI, 1999, p.15-16).

Segundo o historiador inglês, os romanos apresentaram o futebol aos povos por eles conquistados, embora o jogo já estivesse difundido entre indígenas do norte que o praticavam como ritual de adoração às divindades, assim como os gauleses do norte da França, que o disputavam em uma cerimônia de honra ao sol.

No País de Gales, ele era conhecido como knappan, e podia ser jogado montado no cavalo (ELIAS e DUNNING apud GIULIANOTTI, 1999, p. 16). Os escoceses e ingleses também o praticaram a partir do século XIII como passatempo das massas nos feriados santos. Os camponeses franceses disputavam o violento jogo de bola de soule desde os tempos medievais (BROMBERGER apud GIULIANOTTI, 1999, p.16). Todas essas vertentes lembram alguma forma o futebol pratica-

do nos dias atuais. As semelhanças, no entanto, não devem mascarar as diferenças, pois, como nos mostra Hilário Franco Júnior (2007), cada uma dessas práticas respondia por condições culturais específicas, não sendo possível, portanto, classificá-las como antepassados do futebol. O soule, por exemplo, opunha duas equipes, mas tinha como vencedor um indivíduo, não o coletivo. "Jogos com bola são manifestações antropológicas, não específicas de um determinado povo e determinada época, enquanto o futebol tal qual o conhecemos hoje resultou de um conjunto de fatores presentes apenas na Inglaterra do século XIX", observa Hilário.

Que fatores são esses? Como eles influenciaram outras nações a praticarem futebol? Para compreendê-los devemos nos atentar a divisão que Giulianotti propõe em três eras percorridas pelo esporte: "tradicional", "moderno", e "pós-moderno". De acordo com esta divisão, o "tradicional" compreende a fase pré-moderna, pré-capitalista, pré-industrial – período no qual a aristocracia e a classe média tradicional exerciam sua autoridade através de convenções, e não por meios racionais e democráticos (GIULIANOTTI, 1999, p. 09).

A "modernidade" relaciona-se ao rápido processo de urbanização e ao crescimento demográfico da classe trabalhadora, e tem como marco a Revolução Industrial, em meados do século XIX. Os meios de comunicação de massa contribuem para o fortalecimento da identidade nacional unitária. O fordismo é implantado na linha de produção fabril. O taylorismo reduz os custos operacionais, maximiza a eficiência do trabalhador treinado a executar tarefas repetitivas e expande a produção em larga escala. O capital é concentrado pelos detentores dos meios de produção. Burguesia e trabalhadores ocupam espaços distintos na esfera social. A arquitetura é padronizada. A organização social acentua níveis desiguais de habitação e acesso aos bens públicos. A recreação é dividida entre alta (erudita) e baixa (popular) cultura. É nesta fase que o futebol começa a ser exportado, populariza-se nos dois principais centros urbanos do Brasil e passa a ter maior significância na vida cotidiana da população, ao contrário do jogo antes restrito a um único grupo social, dentro dos clubes recreativos privados.

Já o pós-moderno seria a fase marcada pela suburbanização,

pelo surgimento de novos empregos, a fragmentação da classe trabalhadora e a fluidez das identidades sociais e culturais – conseqüências atreladas ao avanço da globalização. Nele, exige-se do trabalhador comum o desempenho de um número maior de atividades. A competição por uma vaga no mercado de trabalho é acirrada e a rotatividade, ampliada, enquanto os detentores do capital passam a dispor de uma modalidade de investimento independente da produção de bens e da geração de empregos – a especulação. Surgem outras classes sociais separadas pela capacidade de geração de renda associada aos níveis de escolaridade. O proletário não é mais, ou somente, o operário das fábricas, mas o baixo assalariado.

O interessante nesta divisão é a forma como o futebol era concebido em cada uma dessas fases, em particular nas duas primeiras. Os jogos "primitivos" da era pré-moderna não eram aceitos pelas classes dominantes. O futebol foi proibido na China durante a dinastia dos Ming (GIULIANOTTI, 1999, p.16) e na Inglaterra, em 1934, por decisão de Edward II, que o considerava violento demais. Edward era adepto de esportes mais finos, como o arco e flecha (STRUTT apud GIULIANOTTI, 1999, p.16).

Na Escócia, durante o século XVI e início do século XVII, os jovens eram acusados de "profanos" por beberem, dançarem e jogarem futebol (MAGOUN apud GIULIANOTTI, 1999, p.16). O autor destaca ainda que a menor influência da monarquia não favoreceu o esporte. "Os parlamentares puritanos o incluíram em uma lista como um dos muitos passatempos proibidos", destaca (apud BRAILSFORD, 1991, p.36).

Criticava-se o futebol pela escassa "modernidade" quanto à aplicação das regras. Era permitido o uso das mãos, não existia esquema tático ou posicionamento e não havia uma limitação clara quanto ao número de participantes. Os jogos eram desregrados, com determinações destoantes daquelas que o esporte adquiriria posteriormente. Não havia juiz e os mecanismos de controle organizacional da disputa eram frágeis ou simplesmente inexistiam (WEBER apud GIULIANOTTI, 1999, p.17). O principal objetivo era "atracar-se à bola de couro e conduzi-la até o gol – este de dimensões muito variadas", afirma Signy (apud GIULIANOTTI, 1999, p.17).

Em comparação ao jogo moderno, o futebol primitivo era considerado violento, inculto e não civilizado. Era comum, por exemplo, os jogadores carregarem punhais e distribuírem caneladas e pontapés nos adversários como retaliação a entreveros prévios. (ELIAS e DUNNING apud GIULIANOTTI, 1999, p.17).

A interpretação histórica do desenvolvimento do futebol, desde a fase primitiva a modernidade, é percebida nos estudos de Max Weber, quem observou que o jogo primitivo era praticado geralmente em feriados religiosos, por isso a ideia de secularização acompanha a fase moderna do futebol, embora dogmas, cultos e supertições continuem vivos na imaginação do torcedor e nos ritos de muitos jogadores até os diais atuais. A história mostra que fé e jogo têm muito em comum. Witter e Meihy dizem que futebol, catolicismo e samba estão no "sangue do brasileiro".

Os seguidores da sociologia de Durkheim, por sua vez, defendem que o futebol desde a sua fase primitiva integrava os indivíduos e promovia a ordem social. A racionalização e a secularização, portanto, são os principais aspectos que o jogo adquire na sua transição do primitivo para o moderno, como sugere a perspectiva weberiana, enquanto a capacidade de promoção da ordem social (Durkheim) foi desenvolvida apenas na Grã-Bretanha.

Esta seria a importância dos ingleses para o futebol. Se formas similares já eram praticadas por povos de diferentes culturas, foram os ingleses quem uniformizaram e institucionalizaram as regras, em 1848, e deram uma nova dimensão ao esporte. Na medida em que a população rural se deslocava para os centros urbanos, a classe burguesa instituída ditava as novas formas de diversão - afastadas dos moldes primitivos. Uma vez estabelecido o modelo burguês, o número de consumidores cresceu.

A padronização começa nos colégios da elite inglesa em meados do século XIX inspirada em um jogo gaélico chamado hurling over goals (ANTUNES,1992, p. 08). Ao se apropriar de uma prática de longa tradição popular, os jovens privilegiados lhe atribuem novos significados que não demoram a se difundir. Já em 1885 surgem os primeiros clubes profissionais na Inglaterra.

O *hurling over goals* era um jogo bastante violento, cujo objetivo era levar a bola até o campo do adversário, derrubando-o se preciso fosse para alcançar êxito. Aspectos brutais da modalidade fizeram com que autoridades inglesas impusessem certas restrições ao jogo alterado, o que contribuiu com a formação de um código de conduta entre os participantes, do qual se valeram os colégios particulares a fim de permitirem a nova prática.

O esporte pode ter sido, por natureza, populista, mas foi também jogado com entusiasmo e com regularidade pelos alunos de graduação de Oxbridge. Os jogos foram introduzidos como estrutura de caráter, ensinando as virtudes de liderança, lealdade e disciplina, sintetizando a nobre filosofia de mens sana in corpore sano. Os novos "cavalheiros cristãos" deveriam manter a ordem política e econômica do lar e, mais tarde, dar sustentação à expansão do império no exterior (HARGREAVES, 1986, p.39). A reputação social dos jogos aumentou, sendo elevados ao status mais sério e envolvente de 'esporte' (LOWERSON, apud GIULIANOTTI, 1999, p.18)

As regras eram codificadas e os jogos supervisionados pelos professores das escolas públicas. No entanto, cada instituição as adotava de maneira distinta. Os alunos de Rugby e Eton, por exemplo, eram favoráveis ao uso das mãos e entendiam os pontapés como parte do jogo, enquanto os de Harrow, por não aceitarem tal flexibilidade, criaram a Associação de Futebol (FA) e propuseram um modelo que proibia o uso das mãos, o que o diferenciava daquele adotado pelos seus pares de Rugby, que, em contrapartida, originaria a modalidade coirmã. (GIULIANOTTI, 1999, p.18).

Entre 1830 e 1860 havia mais de setenta equipes inglesas de futebol. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.28). Em 1854, o primeiro clube de futebol, o Sheffield FC, foi fundado por industriais e comerciantes – a nova classe dos ricos urbanos. Em 1860, foram organizados campeonatos entre faculdades que compartilhavam do mesmo código de conduta. O aburguesamento trouxe ao futebol outros aspectos da modernização capitalista. Em 1891, um indivíduo neutro, o "árbitro", passou a ser o único a deliberar durante os jogos (AGOZINO apud Giulianotti, 1999, p.21).

Na Europa, onde o futebol se desenvolveu com maior rapidez do que em qualquer outro continente, estudantes ingleses fundaram clubes em escolas particulares na Suíça. Artesãos escoceses levaram-no para a Suécia no final do século XIX e os britânicos a Noruega no início da década de 1880 (GOKSOYR e HOGNESTAD apud GIULIANOTTI, 1999, p.23).

As escolas inglesas influenciaram significativamente a popularização do futebol na Alemanha e na Rússia (MASON,1986, p.69-70) e o esporte tornou-se conhecido na Espanha após os carvoeiros da Grã-Bretanha chegarem ao País Basco (MACCLANCY, 1996a, p.182). Na Itália, os marinheiros ingleses introduziram o jogo moderno em Milão, Turim, Roma e Nápoles (GUTTMANN, 1994, p.54) e durante a Belle Époque, os times de futebol eram formados por britânicos exilados em Paris (GIULIANOTTI, 1999, p.23).

Na Índia, o futebol era jogado com regularidade entre as tropas inglesas e os adversários locais, estes sempre descalços (MASON apud GIULIANOTTI, 1999, p.22). Na África colonial, soldados da ocupação e colonos brancos influenciaram os nativos a praticarem o esporte. O mwana-foot (futebol infantil) era o passatempo mais popular entre os povos indígenas do Congo na década de 20 (GIULIANOTTI, 1999, p.22).

Por outro lado, o futebol também era visto como forma de expressão nacionalista em algumas nações africanas. Já era o esporte mais popular do continente porque os africanos o consideravam "cultura neutra", independente dos valores ocidentalizados (MAZRUI apud GIULIANOTTI, 1999, p.23). Na África do Sul, embora os colonos tenham ajudado a difundi-lo entre os trabalhadores braçais, era a elite africana quem o controlava desde o âmbito local até o nacional (KUPER; JEFFREY apud GIULIANOTTI, 1999, p.23). Os negros se reuniam em terrenos baldios para jogar. No auge do apartheid, quando aqueles espaços lhes foram tomados, centenas de clubes negros competiam para usar um único campo de futebol (KIDD apud GIULIANOTTI, 1999, p.23).

Na América Latina, as relações comerciais ajudaram a expandir o futebol pelo continente. Na Argentina, clubes como o River Plate e o Newell´s Old Boys foram fundados por trabalhadores ferroviári-

os ingleses, assim como o Peñarol no Uruguai. No Chile, o futebol desembarcou com os marinheiros britânicos no porto de Valparaíso.

É importante ponderar, entretanto, que durante décadas os ingleses conceberam o futebol como uma criação exclusivamente britânica, não havendo por parte deles interesse algum em exportá-lo, o que ajuda a entender a relutância da Inglaterra em participar de competições internacionais e a aderir à Fifa. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 29). De modo geral, os ingleses espalhados pelo mundo praticavam o futebol entre si. Os povos nativos passaram a copiá-los de forma espontânea, prova de que os valores refletidos pelo futebol não se restringiam à sociedade britânica. Isso não diminui, todavia, a influência política e cultural inglesa, crucial para a difusão e regulamentação internacional do futebol.

Esportes mais imperiais, como rúgbi e o críquete, prevaleceram nos domínios, enquanto o novo jogo industrial foi facilmente introduzido por intermédio de redes comerciais e educacionais. A hegemonia cultural britânica em relação ao futebol permaneceu nesses campos estrangeiros. O inglês foi a língua oficial das associações de futebol locais, e os termos corner, referee, free-kick, penalty e, recentemente hooligan tornaram-se padrão em jogadores e torcedores. Além disso, o público de futebol na Europa e nas Américas ficava particularmente ansioso para assistir aos times ingleses em ação em suas viagens. Os resultados dos jogos contra esses turistas serviam como critério para avaliar a qualidade do jogo local. Enquanto isso, muitos técnicos de futebol do Reino Unido embarcavam em peregrinações intermináveis para fazer proselitismo de seu jogo. (GIULIANOTTI, 1999, p.25).

Quando Charles Miller chega ao Brasil, em 1894, o futebol já estava consolidado na Inglaterra. Ele já havia deixado de ser um jogo burguês, praticado exclusivamente nas universidades e internatos, para se democratizar por todo o continente europeu, bem como entre os países com os quais a Inglaterra mantinha relações comerciais. (ANTUNES, 1992, p.12). O futebol adquirira contornos urbanos típicos de sociedades industriais ou em processo de industrialização, como era o caso do Brasil.

2. A origem elitista no Brasil

O primeiro registro de uma partida de futebol no Brasil, regrada, com espaço e objetivos delimitados, remete à Várzea do Carmo, hoje Rua do Gasômetro, na região central de São Paulo, no dia 14 de abril de 1895, quando os funcionários ingleses da São Paulo Railway derrotaram os trabalhadores britânicos da São Paulo Gás Company por 4 a 2, com dois gols de Charles Miller. Esta é a versão oficial do que teria sido o marco-zero do futebol brasileiro, segundo consta dos registros históricos sobre o esporte no país.

Alguns historiadores, porém, sugerem que um jogo bastante semelhante ao futebol já era praticado em disputas com regras flexíveis ou em estilo livre, o que, às vezes, sequer caracterizaria disputa, mas uma brincadeira. Meihy e Witter destacam os convites dos marinheiros ingleses de licença em terra aos estivadores, para quem correr atrás de uma bola seria uma descontração antes de retomar o batente. Estes encontros, no cais de Santos, foram, segundo os historiadores, a primeira vez em que o futebol foi praticado no Brasil, em 1864. Depois, o jogo se expandiria para os colégios ingleses, dentre os quais o Mackenzie, e se difundiria na comunidade britânica residente no país por Oscar Cox.

No livro "Caminho do Café", Cremilda Medina relata a história da vila inglesa de Paranapiacaba, fundada em 1861 como centro operacional e residencial dos funcionários da SPR (São Paulo Railway), empresa responsável pela construção da estrada de ferro que serviria como rota de escoamento da produção de café até o porto de Santos. Um destes funcionários era Charles Miller, que, em 1894 - ano em que tomava posse Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil, (WITTER, 2003) -, teria estado na vila com duas bolas debaixo do braço e apresentado à novidade aos demais operários[1]. O historiador Ademir Médici e o escritor inglês John Robert Mills corroboram a versão de Medina. Para eles, o futebol brasileiro nasceu naquele dia, e no local daquela "pelada" surgiu o primeiro campo de futebol no Brasil, hoje sob os cuidados do clube recreativo União Lyra Serrano.

A antropóloga Simone Lahus Guedes, precursora no estudo do futebol de fábrica no Brasil, alega que operários batiam bola sem

compromisso após a jornada de trabalho em Bangu, zona oeste do Rio, no terreno que hoje abriga o estádio de Moça Bonita sede do clube homônimo fundado por sete ingleses, um italiano, um brasileiro branco e com o artigo "The" na frente do nome. (Da Matta, 2006, p.138).

Mercio (1985) faz referência a colégios jesuítas do Rio Grande do Sul e Maristas no Rio de Janeiro, onde o futebol era parte integrante das atividades físicas, já em 1886. Várzea (1955) menciona estabelecimentos de ensino no Rio e em São Paulo que, desde 1891, lecionavam futebol como disciplina curricular, caso dos colégios Abílio, Pedro II, Delamare, Grambery Aquino, Paula Freitas, Alfredo Gomes, Anglo-Brasileiro, Arquidiocesano e Diocesano. Alguns alunos dessas instituições já haviam tido contato com o futebol na Europa, onde o concebiam como forma de lazer.

Rodrigues Filho (1964) comenta sobre a difusão do esporte na última década do século XIX pelos padres do colégio São Vicente de Paula, em Petrópolis, que, em 1886, viam o futebol como ferramenta disciplinar inibidora de cochichos na hora do recreio. Como não se conversa jogando, o futebol estava instituído no intervalo entre as aulas, assim os padres não ficariam alheios às rodas de bate-papo para as quais nunca eram convidados.

O jornalista Adriano Neiva é um dos que reforçam a versão oficial. Embora admita a existência no país de jogos semelhantes ao futebol anteriores a Miller, para ele, foi o brasileiro filho de pai escocês e mãe brasileira de ascendência inglesa, quem organizou, difundiu e padronizou o esporte no Brasil, portanto é a ele quem deve ser atribuído o crédito de patrono do futebol brasileiro. "Está provado que antes de Muller havia bolas, mas não havia futebol, como poderá haver mar, sem haver natação, touro sem tourada, cérebro sem inteligência", afirma (1955, p. 38).

Embora haja contestações à data oficial que represente a origem do futebol brasileiro, as divergências somem quanto ao contexto social no qual ele se desenvolveu ainda no final do século XIX. O futebol chega ao Brasil restrito à elite, e assim permanece nos primeiros anos subsequentes a virada do século. Quando Charles Miller chega ao Brasil, após dez anos de estudo em uma escola pública de

Hampshire, na Inglaterra, onde aprende futebol, ele imaginava que o esporte já existisse no país, por isso ele trazia na bagagem as camisas usadas, a chuteira e as bolas, para continuar a jogar no seu país natal.

No início, ele teve dificuldades para encontrar adeptos à novidade, mas com o emprego na São Paulo Railway logo a modalidade foi apresentada aos companheiros de fábrica, todos ingleses ou descendentes de. Obviamente, não havia espaços delimitados para a prática em São Paulo. O local da partida inaugural, improvisado, na Várzea do Carmo, era utilizado para pastagem de burros puxadores de bondes (VÁRZEA, 1955a, p.154). O primeiro campo instalado na cidade foi na Chácara Dulley, no Bom Retiro, futura casa do primeiro time da cidade, o São Paulo Athletic Club, um clube fundado por ingleses, para ingleses, ao qual Charles Miller associou-se.

Em 1896, Augusto Shaw, professor do Mackenzie College, regressou dos Estados Unidos, onde se entusiasmara por um tal de "Rugby". Tentou difundi-lo entre os alunos do colégio, mas não obteve muito sucesso porque eles já haviam se interessado por outro tipo de jogo. Naturalmente, alguns deles descobriram como os ingleses do São Paulo Athletic passavam o tempo na Chácara Dulley, inclusive se aventuraram a participar de treinos e jogos improvisados em 1895-96. De volta ao colégio, eles não queriam saber de outra coisa na hora do recreio. E assim surgia a Associação Atlética do Mackenzie College, o primeiro clube brasileiro para brasileiros, fundado no dia 18 de agosto de 1898 por Augusto Shaw, José Sampaio, Mario Eppingaux, Carlos da Silveira, Alicio de Carvalho, Belfort Duarte e Roberto Shalders (Mazzoni, 1950, p.20).

Se o S. P. Athletic estava muito ligado à comunidade inglesa e a A.A.M.C restringia-se aos estudantes, já havia um punhado de rapazes interessados em jogar bola. Em 19 de agosto de 1899, vinte deles participaram de uma assembléia na rua Senador Queiroz, número 5, para escolher o nome do time pelo o qual estavam dispostos a jogar. Por 15 votos a 5 ficou decidido que o clube se chamaria S.C. Internacional, em função dos rapazes terem diferentes nacionalidades: brasileiros, alemães, franceses, portugueses e ingleses. Antonio Campos, que residia em um quarto acima do recinto onde o pleito se sucedera, foi elei-

to o primeiro presidente. Insatisfeito com o resultado da apuração, o grupo minoritário, liderado por Hans Nobiling, descendente de alemão e ex-jogador do Hamburgo, decidiu fundar, no dia 7 de setembro, outro clube, o E.C. Germânia (atual E.C Pinheiros). Nobiling justificou o rompimento alegando que fora motivado pelo ímpeto de criar uma instituição voltada aos anseios da comunidade alemã na cidade, tal qual fizera o S.P Athletic em relação aos ingleses (MAZZONI, 1950, p.23).

Na capital federal, o Rio Cricket and Athletic Association, fundado em 1872, só aceitava sócios nascidos na Inglaterra. O Paysandu Cricket Club, criado por dissidentes do Rio Cricket e, segundo Paulo Várzea, o primeiro clube de esportes terrestre e ao ar livre do Rio, era um pouco mais flexível: aceitava os descendentes. O Botafogo (1904), dos Sodrés, idem. O Flamengo (1895), que só viria a ser um clube de massa a partir da década de 1930[2] era um clube exclusivo da alta sociedade carioca, dos brancos, exceto um ou outro mulato bom de bola. De 1906 a 1922, nenhum time carioca com mulato ou negro no plantel conquistou o campeonato estadual (LEVINE apud FILHO, 1982, p.28).

O futebol chegara também a outras partes do país. No Rio Grande do Sul, o Rio Grande, da cidade de Rio Grande, na divisa com o Uruguai, foi fundado em 14 de julho de 1900. O Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, em 1903. Na Bahia, primeiro estado da região Norte-Nordeste a conhecer o esporte, o José, cujo apelido era Zuza, filho de José Ferreira, tesoureiro do British Bank, após temporada de estudos em Albion, retorna à casa entusiasmada pelo esporte. Dirige-se ao porto onde atracavam navios suíços e ingleses supondo que a tripulação fosse adepta ao association, mas na verdade se depara com um navio americano e aos oficiais propõe uma disputa. O desafio é aceito e no dia 30 de agosto, no campo da Pólvora, é disputada a primeira partida internacional em solo brasileiro entre americanos e um combinado anglo-brasileiro, que vence por 2 a 0. Animados pela vitória, rapazes do comércio decidem fundar o primeiro clube da Bahia, o Sport Club Bahiano, no dia 7 de setembro de 1903 (MAZZONI, 1950, p.37).

Outros clubes foram surgindo no decorrer da primeira década do século XX, mas os torneios organizados pelas ligas amadoras permaneciam restritos às instituições tradicionais. A edição inaugural

do Campeonato Carioca, então chamado de Campeonato Estadual da Guanabara, foi disputada em 1906 e reuniu apenas seis participantes, um a mais que no primeiro Campeonato Paulista, em 1902. Essas competições não atraíam muito apelo da torcida e da imprensa. Charles Miller, em entrevista a Tomás Mazzoni, afirmou: "Calculem os senhores que quando efetuamos o primeiro jogo interestadual solicitei dos jornais de então que dessem curso à notícia do prélio realizado. Pois a resposta de "O Estado de S. Paulo", "A Platéia" e "Diário Popular", foi uma só: "não nos interessa semelhante assunto". (WITTER, 2003, p.28).

O jornal "O Estado de S. Paulo", todavia, já abrira suas páginas para a modalidade na seção "Sport", desde 1900, com informações sobre as partidas de football realizadas à época. No dia 13 de dezembro de 1901, representantes dos cinco clubes de São Paulo reuniram-se para selar a criação de uma Liga de Futebol. Compareceram ao encontro: Antonio Casemiro da Costa, W. Holland, Antonio S. Queiroz e Tancredo Amaral, pelo Internacional; Charles Miller, H. J. Boyes e R.W.Crome, pelo São Paulo Athletic; Artur Ravache, Ritter e H. Nobiling, pelo Germânia; Belfort Duarte, Alicio de Carvalho e Roberto Scholds, pelo Mackenzie College e Otavio de Barros, Renato Miranda e João da Costa Marques, pelo Clube Atlético Paulistano (Mazzoni, 1950, p.28). As equipes já haviam se enfrentado diversas vezes, sobretudo o São Paulo Athletic e o Mackenzie, os dois primeiros clubes da cidade, mas sempre em desafios esporádicos, nunca em um torneio organizado. O diário publicou a tabela de classificação do certame (ver em anexo), conquistado pelo São Paulo Athletic, primeiro campeão paulista.

Ainda assim não houve até a década de 20 nenhuma manchete dedicada ao futebol, tampouco havia revistas especializadas no esporte. Existia a cobertura no corpo do noticiário, mas limitada a registrar os fatos. Nada de crônicas, colunas, opiniões. Apenas números e estatísticas. Ganhador, perdedor, autor do gol, lesionados, suspensos e próximos confrontos. Sem discussões. Por outro lado, já se percebia indícios de motivação pelo assunto e à medida que o esporte conquistava simpatizantes os veículos dedicaram mais páginas ao tema.

A Seleção Brasileira, toda branca, estreou no dia 21 de julho

de 1914, no local onde seria fundado quatro anos depois o estádio das Laranjeiras, sede do Fluminense Football Club, clube da elite carioca no começo do século XX. Após seis anos sem títulos (1911-1916), o tricolor se dobrou ao talento dos negros e mestiços e fez concessões pontuais para não ficar atrás dos rivais Vasco da Gama (1898) e Flamengo (1895), cujo departamento de futebol havia sido criado, em 1911, por um grupo de onze tricolores dissidentes, e que já demonstravam certo progressismo em prol de equipes competitivas.

O Vasco, que já havia elegido um presidente negro em 1904, Cândido de Araújo, foi campeão logo na estréia na primeira divisão do Campeonato Carioca, em 1923, mesclando trabalhadores negros e brancos, o que o tornou o clube mais popular do Rio durante as décadas de 1920 e 1930 (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.71).

Mas em Álvaro Chaves a história era outra. Caso emblemático é o de Carlos Alberto. Contratado junto ao América, em 1914, o jogador costumava passar pó de arroz no vestiário para disfarçar a cor da pele e, terminada a partida, ia embora direto para casa, já que não era convidado a entrar na sede social do clube.

O ex-goleiro e historiador Marcos Carneiro de Mendonça, primeiro grande ídolo do Fluminense, desmente a versão. Segundo ele, Carlos Alberto já tinha o hábito de passar pó de arroz no rosto desde os tempos do América. O que surgiu como provocação por parte da torcida americana, no primeiro duelo de Carlos Alberto contra o ex-clube, foi incorporado pela torcida tricolor, que adotou o apelido com orgulho e passou a entoá-lo nos dias de jogos. O mesmo aconteceria com o Vasco, cuja torcida aceitou de bom grado o apelido de bacalhau, e com o Palmeiras que décadas mais tarde adotaria o "porco" como segundo mascote, além do papagaio.

Há consenso, todavia, que o Fluminense, na sua origem, era o clube da nata carioca. Era o clube que zelava pelos bons costumes estrangeiros, que mandara trazer de fora a decoração da sede social e que recomendava ao torcedor apresentar-se em Álvares Chaves com os melhores trajes. Era o time dos cavalheiros que mandavam confeccionar ternos e gravatas borboletas sob medida nas alfaiatarias mais finas. Era o time das damas que, após a missa

dominical no Largo do Machado, iam a pé até as Laranjeiras para serem vistas e cortejadas. Os rapazes educados, alunos das escolas de engenharia, medicina e direito, estendiam-lhes os braços e reduziam o passo durante o trajeto, porque as damas calçavam aquelas sapatilhas importadas – lindas no pé, mas pouco apropriadas na caminhada. Quando o Fluminense entrava em campo, eles aplaudiam comedidos e elas mostravam os lenços brancos ao plantel que se alinhava próximo à tribuna de honra para agradecer o apoio.

Em 1921, o presidente Epitácio Pessoa baixou um decreto que proibia atletas negros de representarem o Brasil na Copa Sul-America (atual Copa América) na Argentina, o que impediu Arthur Friedenreich, o grande craque da época, de disputar o torneio. Dois anos antes, no Uruguai, o mestiço dos olhos verdes havia atordoado a imprensa local que, após vê-lo marcar o gol da vitória contra a celeste olímpica na prorrogação, rendeu-se ao talento diabólico do artilheiro e o apelidou de "El Tigre". Friedenreich nunca ganhou um centavo para jogar e foi contra a profissionalização do futebol, que já batia à porta. Maior artilheiro da era amadora, ele marcou ao longo da carreira 1.329 gols, 50 a mais que Pelé – o maior artilheiro da era profissional. (GALEANO, 2004, p.49). A sua média de gols (0,99 por partida) também supera a do Rei (0,93), como aponta Alexandre da Costa em "O Tigre do Futebol" (1999). Sem o craque, o Brasil perdeu na Argentina dois dos três jogos que disputou.

Colunistas esportivos, entre eles Mário Cardim, chefe da seção de esportes do jornal O Estado de S. Paulo e um dos fundadores do Clube Atlético Paulistano, clube de lazer da elite paulista, polarizavam o futebol conforme as condições sociais de quem os praticavam: o estilo difundido pela aristocracia inglesa era "grandioso", o oposto daquele gênero "inferior" que ganhava força entre os "canelas negras" (MACHADO, 2013, p. 36), estes incapazes de seguir regras e normas intrínsecas a qualquer modalidade esportiva digna de respeito.

Hilário Franco Júnior (apud Machado, 2013, p. 36) observa como o jornal "Sports" via a modalidade na sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1915: "o futebol é um esporte que só pode ser praticado por pessoas da mesma educação e cultivo. [Se formos]

obrigados a jogar com um operário [...] a prática do esporte torna-se um suplício, um sacrifício, mas nunca uma diversão", apontou.

Vemos, portanto, que futebol não passou imune aos preconceitos sociais vigentes nas primeiras décadas do Brasil república. Se por um lado os clubes britânicos, assim como os brasileiros que os imitavam, não demonstraram preocupação com as agremiações que cresciam à margem daqueles espaços exclusivos, e talvez por isso pudessem ousar desafiar os códigos formais do esporte, por outro impuseram restrições ou mesmo negaram a participação desses nos torneios locais. Foram várias as articulações entre clubes e federações com o intuito de dificultar o acesso dos clubes populares aos campeonatos que, para quem os organizava, deveria ser exclusivo de um determinado estrato social, no qual cada participante deveria se olhar e se sentir igual aos demais. A seguir veremos que barreiras foram essas e como elas foram sendo desmontadas à medida que o futebol, inevitavelmente, se popularizava.

3. Popularização

Grupos de jovens tomaram conhecimento de ingleses que se reuniam na Chácara Dolley para dar "pontapés numa coisa parecida com bexiga de boi[3]". Eles, os ingleses, satisfaziam-se ao fazer com que essa "espécie de bexiga amarelada entrasse por um retângulo formado por paus". (NEIVA, 1955, p.33). Cada vez mais as pessoas queriam saber o que os ingleses faziam no Bom Retiro. E da curiosidade surgiram as primeiras tentativas, como descreve Neiva: "Dentro em pouco, pelos lados da Luz, da Ponte Grande, as bolas de borracha não eram apenas jogadas com as mãos. Também os pés entravam em ação e começavam a ter decidida serventia. As pedras faziam de 'traves', e a meninada da época, o garoto da rua – o mesmo garoto que, anos mais tarde, seria figura central nos aplaudidos espetáculos no futebol varzeano, passou a ter contato com a bola, em sentido diferente do que ali se empregava [...] as ruas imitavam, então, o britanismo da Chácara Dolley, tal como hoje, elas, as ruas, imitam a inacessibilidade dos estádios". (NEIVA apud ANTUNES, 1992, p.17)[4]

E foi na base do improviso que esses jovens arranjaram um jeito de pôr em prática a curiosidade. A assimilação foi intuitiva e espontânea, como não poderia ser diferente, tendo em vista a simplicidade do jogo e os recursos (ou a ausência deles) à disposição. De início, era um jogo que não passava de brincadeira e que atraía mais e mais a molecada. Mesmo sem muita noção do que fazer com a bola nos pés, todos queriam estar próximo dela, chutá-la com força, correr atrás e alcançá-la antes do amigo. Para esses garotos, o futebol era uma diversão acessível, gratuita, que não impunha de antemão às exigências do remo (barco, pá, lagoa) e do críquete (taco, luvas, uniforme e campo traçado).

Eles não precisavam se associar a um clube para brincar, podiam fazê-lo na margem dos rios, nas praças ou em qualquer terreno plano, ao ar livre. Era diversão rotineira, às vezes parecia que não tinha hora para acabar, porque queriam estendê-la até onde desse. E eles aprenderam. Sem regras fixas, na prática, no improviso. Criaram outros significados, ousaram. Desenvolver-

am habilidades próprias. Esses meninos que jogavam em qualquer lugar e sob quaisquer condições, com o tempo, passaram a cobiçar lugares mais apropriados para a prática, tal qual faziam os ingleses na Chácara Dolley e os amadores no Paulistano. Recorreram, então, à várzea do Carmo, aquele mesmo local que havia abrigado o jogo entre os funcionários das companhias britânicas de trem e gás. Foi nela, na Várzea do Carmo, que surgiria o termo "futebol varzeano".

Os primeiros campos apareceram por volta de 1902 (ANTUNES, 1992, p.19) e logo superaram em número aqueles dos bairros elegantes. Cresciam vertiginosamente, como aponta Neiva (apud ANTUNES, 1992, p.19): "dormia-se vendo três campos novos, e quando se acordava, lá estavam, a se estirarem livres do capim, mais meia dúzia deles".

Da Várzea do Carmo, os campos foram se espalhando por toda a cidade e inúmeros clubes foram com eles surgindo, principalmente nos bairros operários – Brás, Belém, Penha, Bom Retiro, Canindé, Ponte Grande, Santana e Ipiranga. (SILVEIRA, apud Antunes, 1992, p.20). Além do futebol, os clubes de várzea promoviam outras atividades, como bailes, piqueniques e pescaria, o que também atraía mulheres e crianças. Ir à várzea aos finais de semana era um programa de família.

Na década de 20, as várzeas dos rios foram transformadas em campos de futebol que reuniam dezenas de operários e atletas da várzea, assim como os seus familiares, pois, como mencionado, nestes locais decorriam outras atividades associadas ao futebol. Já naquela época constatava-se a presença de centenas de torcedores nesses encontros que aconteciam em diferentes partes da cidade nos dias de folga.

A brincadeira acabou por despertar a atenção de alguns clubes que abriam as portas ao futebol amador. Não do Paulistano, do Mackenzie, Fluminense, Botafogo e América, exclusivos dos bem-nascidos – mas do Ypiranga, Andaraí, Corinthians, Bangu e Vasco.

O caso do Bangu é peculiar. Fundado, em 1904, por três ingleses, dois escoceses, um italiano e um brasileiro, todos da Companhia de Tecidos Progresso Industrial, em Bangu, zona oeste do Rio, o clube homônimo desde a sua origem permitiu e incentivou a participação dos operários nos jogos. Naquele ano os proprietários tentaram convencer seus compatriotas a formarem um time que disputaria o campeonato lo-

cal, mas diante a recusa destes em função da distância a que teriam de se deslocar até o bairro afastado, recorreram aos trabalhadores da fábrica, ensinando-os o futebol. Os operários gostaram da ideia porque além de se divertirem poderiam galgar alguns benefícios na fábrica, caso atuassem bem no campo, é claro. Os benefícios podiam ser uma promoção, exercer uma função menos extenuante ou ser dispensado um pouco antes do término do expediente. Em alguns casos, não tão corriqueiros, os donos abonavam a falta um dia após a boa atuação. Mas para isso era preciso jogar bem, muito bom, o que nem todos conseguiam. Alguns operários chegaram a se iludir com a possibilidade de jogar por um clube importante, talvez no Flamengo, no Fluminense, no América ou no Paulistano, e abandonar o emprego braçal, mas ainda levaria alguns anos para o futebol se profissionalizar e muitos desses clubes, a maioria, relutaria até aceitar de fato pagar a um jogador a entrar em campo.

Outros trabalhadores, porém, jamais tiveram esta ilusão. Sabiam que o seu destino era na fábrica. Por isso até não deram bola ao futebol, para não alimentar um sonho em vão. Já outros mantinham com ele uma relação racional do tipo "aceito os benefícios que ele me trouxer, mas tenho plena consciência que não viverei do futebol". Para esses sair mais cedo, receber uma ou outra dispensa, ainda que esporádica, e principalmente ser agraciado com uma função menos pesada já estava de bom tamanho.

Para os donos também estava bom. Eles mantinham as funções de chefia, gerência e comando. O desempenho do time era uma propaganda da fábrica. E o Bangu, com os recursos que dispunha, não decepcionou, fez até demais. Venceu o campeonato carioca com vários jogadores de origem humilde em três ocasiões – 1911, 1914 e 1933 – os dois primeiros da segunda divisão e o terceiro da primeira. Em 1966, trinta e três anos depois da célebre conquista, o alvirrubro venceria o segundo título carioca da primeira divisão. Em 1985, o time de Moça Bonita chegaria a final do campeonato brasileiro, tendo recebido o apoio de todos os grandes cariocas, e apesar de ter sido derrotado para o Coritiba nos pênaltis, o vice-campeonato hoje pode ser lembrado como uma glória do clube que se tornou mais conhecido do que a própria fábrica.

Entretanto, o Bangu não foi o único time de fábrica a lecionar fu-

tebol aos empregados. Em 1902, era fundado o Votorantim Athletic Club, na cidade homônima, então distrito de Sorocaba. Em 1909, a Regoli Cia. foi rebatizada com o nome do proprietário, um industrial da Mooca, e passou a se chamar Crespi F.C, que na década de 30 se tornaria o Clube Atlético Juventus. Na década de 20, em São Paulo, Fábrica Sant`Ana, Casa Pratt e Bloco Paraíba F.C seguiram o mesmo caminho do Bangu.

A partir dos anos 30, com o processo de industrialização em curso na capital paulista, surgiram outros: Sociedade Esportiva Linhas e Cabos, Associação Atlética Light & Power, Associação Atlética Matarazzo, Associação Amália de Desportos Atléticos, Savóia Team e Clube Atlético Votorantim. (ANTUNES, 1992, p.12). Os empresários descobriram o potencial do futebol de fábrica e estimularam a formação de clubes dentro das indústrias. Os times funcionavam como vitrine das empresas, estampando o seu nome e logo nas camisas. Era uma forma da fábrica veicular uma imagem positiva de si através do futebol, além de permitir certo grau de controle sobre a disciplina e o tempo livre dos trabalhadores.

Obviamente, o futebol de fábrica desenvolveu-se em outros países da América do Sul. No Uruguai, ao contrário do Brasil, os operários e moradores de bairros pobres de Montevidéu foram os primeiros a jogar futebol. (PERDIGÃO, 1986, p.67).

Outro fato que também pode, paradoxalmente, ter contribuído para a popularização do esporte, como destaca Magalhães (2010), foi a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro (1904). A polícia culpou os capoeiristas pela rebelião e proibiu a prática da luta (esporte ou dança?) na cidade. Alijadas deste autêntico signo cultural, as camadas populares logo se voltaram ao futebol como opção de lazer gratuita.

No início, os clubes da elite vinculados à Liga Paulista de Futebol (LPF), não se incomodaram com a concorrência dos simpatizantes varzeanos, mas quando esses reivindicaram a participação nos torneios organizados pela Liga, a rejeição era nítida. O caso que mais causou incômodo foi o do Sport Club Corinthians Paulista, porque, como demonstra Mazzoni (1955, p.276), a entrada de um time de várzea no círculo oficial era, antes de tudo, uma questão de "preconceitos sociais".

O clube que se tornaria o mais popular de São Paulo nasceu, em

1910, fruto de muita luta e sacrifício dos operários que, após a jornada de trabalho na fábrica, trabalhavam a noite na construção do campo e do estádio.5 Depois de muita insistência, o Corinthians conseguiu uma vaga na Liga em 1913. (SANTOS; MAZZONI; NEIVA, 1955, p.58). O time foi a revelação do campeonato ao apresentar um estilo de jogo original, alegre, irreverente, típico da informalidade vivida na várzea e oposto ao rígido esquema inglês seguido pelos demais competidores, este baseado em passes longos e incessantes cruzamentos na área. Inconformados com a derrota, algumas dessas equipes romperam com a liga e fundaram, em 1913, a Associação Paulista de Esporte Amador (APEA), dentre elas o Paulistano, que justificou a atitude alegando o intuito em montar uma "seleção composta por jovens delicados e finos".

Este período marcou o início do atrito entre o amador e o profissional. Enquanto os jogadores pobres começavam a deslumbrar a possibilidade de ganhar a vida com o esporte, diversas instituições resistiram ao movimento criando uma série de burocracias aos clubes que tentaram burlar as imposições elitistas.

4. Identidade Nacional

"Enquanto produto da sociedade, o futebol é a própria sociedade".

(Roberto Da Matta)

Oswald de Andrade foi um dos primeiros a entender o efeito unificador do futebol. "Socialmente. Economicamente. Filosoficamente", apontou. "Do presidente da República ao engraxate, este é o país do futebol". Não foi sempre assim. Como vimos, o processo de popularização foi gradual. Nos primeiros anos do século XX, o esporte mais popular na capital federal era o remo e os ingleses tentaram difundir o críquete, antes do futebol, nos clubes sociais.

Não foram as vitórias que levaram o Brasil a auto-intitular-se "o país do futebol", senão a dimensão a que o esporte depois de sucessivos fracassos alcançaria no ideário do povo e no tecido social da nação. É preciso frisar que o Brasil venceu o primeiro título mundial em 1958, na sexta edição do torneio, mas muito antes disso ele já era praticado de norte a sul, na grama e na lama, por todos os estratos sociais - seja de forma segregada, entre membros do mesmo estrato étnico-econômico, seja mesclada, na qual doutores e serventes pareciam ter encontrado um lazer comum, como atenta DaMatta (1979): "é dentro de um time de futebol que um membro da massa anônima e desconhecida, o chamado 'povão', pode tornar-se uma estrela e ganhar o centro das atenções como pessoa, como uma personalidade singular, insubstituível e capaz de despertar atenções".

Em "Casa-Grande & Senzala" (1933), Gilberto Freyre atribui um traço etnográfico presente desde o período colonial – a miscigenação – à contestável ideia da democracia racial[6], segundo a qual, certos fenômenos são capazes de atenuar diferenças sociais marcantes, ainda que em tempo e espaços determinados. Desta forma, assim como foi possível a alguns escravos galgar regalias limitadas na sociedade escravocrata, o futebol, na visão de Freyre, era uma forma de inclusão social.

Na pirâmide social do planeta os brancos estão em cima e os negros em baixo. É verdade que o futebol foi e é um dos espaços de-

mocrático onde o negro pôde galgar, ou ao menos almejar, as posições do branco. O futebol oferece uma chance ao menino pobre que só tem a bola como brinquedo. A possibilidade, ainda que ínfima, de ele ser visto, reconhecido, admirado, elogiado nos jornais, exaltado nas ruas. É o sonho impossível de um ninguém se tornar herói, um semideus.

É importante ressaltar, todavia, que embora o futebol tenha propiciado ascensão e mobilidade social a um sem-número de jovens pobres, sobretudo aos negros, seria incorreto supor que estes jovens estejam ou tenham jamais estado na mesma condição que a dos seus pares favorecidos, como mais tarde destacaria Galeano (2004, p.51): "[...] porque também no futebol uns são mais iguais que os outros. Embora tenham os mesmos direitos em campo, nunca competem nas mesmas condições o jogador que vem da fome e o atleta bem-alimentado".

A ideia de um jogo capaz de unir a sociedade vem desde a Grécia antiga com os jogos olímpicos, porém nem sempre é percebida na prática. No Brasil, o futebol assumiu um papel relevante na construção da identidade nacional no início do século XX, preconizado por artistas da Semana de Arte de 22, quando os valores culturais no país seguiam em larga medida os padrões europeus. "Nos anos 30, o Brasil cria aquilo que somos até hoje", disse Leonel Kaz.

As reações que o futebol provocava na sociedade da época eram diversas. Ainda enquanto esporte elitista, o futebol era enaltecido pelos motivos errados. Em 1905, Monteiro Lobato escreveu um artigo para um jornal de Caçapava, no interior de São Paulo, no qual defendia valores eugênicos em consonância ao discurso da medicina brasileira vigente no final do século XIX, para quem esporte e a educação física serviam como métodos de adestramento social do indivíduo. (ANTUNES, 2004, p.23). Lobato acreditava que a disciplina física advinda do esporte bretão poderia ser útil no combate a outros males nacionais, como a estagnação econômica e a desigualdade social. Ou seja, além do domínio físico sobre o corpo, estava em jogo também o controle moral de um povo (BERTOLLI FILHO e MEIHY apud ANTUNES, 2004, p.23).

Olavo Bilac, uma das vozes nacionalistas pró-modernização, enaltecia o futebol pelo uso saudável e disciplinar do corpo e como hábito higiênico a ser difundido pelo país – medidas essenciais para 'limpar

a raça' mestiça do Brasil (DA MATTA, apud ANTUNES, 2004, p.23).

É certo também que não foram poucos os intelectuais que receberam com precaução, ou mesmo rejeição, o fenômeno da popularização do futebol. Lima Barreto, grande entusiasta dos valores culturais brasileiros, acreditava que o futebol era uma fabricação estrangeira que não vingaria no Brasil porque deseducava o povo e segregava o negro – afinal, era um esporte elitista, uma "atividade em que marmanjos seminus dão pontapés, soltam palavrões e se metem em brigas", como ele mesmo definiu. Barreto chegou, inclusive, a criar uma liga que visava impedir a consolidação do futebol no país (apud ANTUNES, 2004, p.24).

Graciliano Ramos compartilhava visão semelhante. No trecho abaixo, extraído da crônica "Traços a Esmo", publicada no semanário "O Índio", em 1921, o autor, sob o pseudônimo J.Calisto, descreve o que lhe parecia ser um fenômeno passageiro: "pensa-se em introduzir o futebol, nesta terra. É uma lembrança que, certamente, será bem recebida pelo público, que, de ordinário, adora as novidades. Vai ser, por algum tempo, a mania, a maluqueira, a idéia fixa de muita gente. Com exceção talvez de um ou outro tísico, completamente impossibilitado de aplicar o mais insignificante pontapé a uma bola de borracha, vai haver por aí uma excitação, um furor dos demônios, um entusiasmo de fogo de palha capaz de durar bem um mês" (RAMOS, apud SOARES e LOVISOLO, 1998).

Em seguida, Graciliano desdenha da prática estrangeira sob o pretexto de agressão à autenticidade da cultura brasileira:

- Mas por que o futebol? Não seria, porventura, melhor exercitar-se a mocidade em jogos nacionais, sem mescla de estrangeirismo, o murro, o cacete, a faca de ponta, por exemplo? Não é que me repugne a introdução de coisas exóticas entre nós. Mas gosto de indagar se elas serão assimiláveis ou não. No caso afirmativo, seja muito bem-vinda a instituição alheia, fecundemo-la, arranjemos nela um filho híbrido que possa viver cá em casa. De outro modo, resignemo-nos às broncas tradições dos sertanejos e dos matutos. Ora, parece-nos que o futebol não se adapta a estas boas paragens do cangaço. É roupa de empréstimo, que não nos serve. [...] O do futebol não preenche coisa nenhuma, pois já temos a muito conhecida bola de palha de milho, que nossos amadores mambembes jogam com uma perícia que deixaria o mais experimentado sportsman britânico de queixo caído. (...) Temos esportes em quantidade. Para que metermos o bedelho em coisas estrangeiras? O futebol não pega, tenham a certeza.

Não vale o argumento de que ele tem ganho terreno nas capitais de importância. Não confundamos. [...] Estrangeirices não entram facilmente na terra do espinho. O futebol, o boxe, o turfe, nada pega (RAMOS apud SOARES e LOVISOLO, 1998).

As previsões destes dois ícones da literatura nacional mostraram-se falsas e com uma dose de ironia: suas obras expuseram duas das maiores mazelas sociais brasileiras – a vulnerabilidade do negro na sociedade carioca e a pobreza extrema no sertão nordestino – mas subestimaram o papel transformador que àquela prática revelaria na vida dos afrodescendentes e migrantes braçais.

Outra visão crítica ao futebol segue a interpretação marxista da história pós-feudalismo. Nela, o futebol serviria para distanciar o proletário de questões mais relevantes, aquelas que de fato poderiam romper com a lógica da exploração. Segundo esta linha de pensamento, o futebol é usado como mecanismo de alienação popular, uma válvula de escape, o "ópio do povo". Mathew G. Shirts (1982, p.57) defende que "o futebol enquanto manifestação popular é recolhido pelos interesses dominantes, para, num segundo momento, ser servido ao povo com um aperitivo ideológico". Já Levine afirma que o significado principal do futebol "tem sido o seu uso pela elite para apoiar a ideologia oficial e dirigir energia social por caminhos compatíveis com os valores sociais prevalecentes" (apud MEIHY; WITTER, 1982, p. 23).

Para Da Matta (2006, p. 164), a realidade é o oposto. O futebol é importante não porque ele faça esquecer as mazelas sociais, até porque esta nunca foi a sua pretensão, mas porque ele "proporciona ao povo pobre, enganado, destituído de bens e de visibilidade social e cívica, a experiência da vitória e do êxito que o sistema social hierarquizado e concentrador de riqueza do Brasil faz com que poucos possam experimentar".

Houve também nos primeiros anos do século XX intelectuais de esquerda que defendiam o futebol como atributo identitário, um meio pelo qual o povo pudesse extravasar as emoções. Gramsci o chamou de "reino da lealdade humana exercida ao ar livre" (GALEANO, 2004, p.42). Che Guevara o definiu "não apenas como um simples jogo, mas uma arma da revolução". Albert Camus, Prêmio Nobel de Literatura em 1957 e ex-goleiro do Racing Universitaire de Argel, afirmou que "a maior parte daquilo que sei na vida

aprendi jogando futebol", enquanto Hobsbawn ponderou: "o futebol abriu caminho no mundo inteiramente por seus próprios méritos". Meihy e Witter (apud BAETA, 1979, p.19) descrevem-no como a "mais importante e contínua manifestação de massas no Brasil".

O êxito do futebol entre as camadas desfavorecidas parecia mesmo inevitável por fatores que versam sobre a simplicidade natural do jogo, a possibilidade de praticá-lo a céu aberto, o baixo (ou nulo) dispêndio com uniformes e sua enorme capacidade de improvisação. Apesar de se tratar de esporte coletivo, no âmbito recreativo não é imprescindível quantidade determinada (ou mesmo par) de participantes. As posições no campo são cambiáveis; jogava-se sobre superfícies diversas; a bola é feita de couro, meia, papelão ou borracha e a prática independe de idade mínima.

Galeano (2004, p.39) recorda que foram os pobres quem afastaram do futebol a pecha de passatempo fino ao passo em que ele se tornava diversão constante nos subúrbios carioca e paulista. O esporte estrangeiro se abrasileirava à medida que deixava de ser privilégio de uns poucos jovens acomodados, que o jogavam copiando, e era absorvido pela energia criadora do povo que o descobria. Bem mais tarde, aquele futebol mutilado pelo racismo pôde se revelar em toda a plenitude de cores. E assim nascia o futebol mais bonito do mundo, feito de jogo de cintura, ondulações de corpo e vôos de pernas que vinham da capoeira, dança guerreira dos escravos negros, e dos bailes alegres dos arredores das grandes cidade.

Após tantos anos, ressalta o escritor, é fácil comprovar que foram os negros ou mulatos os melhores jogadores da história do Brasil: de Friedenreich a Romário, passando por Domingos da Guia, Fausto, Leônidas, Zizinho, Garrincha e Pelé. Todos vieram da pobreza, e alguns voltaram a ela. Por outro lado, nunca houve nenhum negro ou mulato entre os campeões brasileiros de automobilismo. Como o tênis, o esporte das pistas exige dinheiro.

Como se sabe, o futebol não foi criado no Brasil, mas foi aqui em que ele se desenvolveu de forma ímpar, espontânea e casual – traços típicos da informalidade brasileira. Foi aqui em que ele instituiu a malandragem como arte da sobrevivência, a ginga como estilo de

jogo e se transformou em um campo imbatível de emoções (Da Matta, 2006, p. 165). "O futebol brasileiro é essencialmente musical. Não existe futebol sem música", conclui Witter. Freyre (1947) diz que "o desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos de nossa formação social e cultural".

Paradoxalmente, foi esse jogo estrangeiro, de início elitista, cheio de anglicanismos intangíveis que, devido a uma redefinição cultural imprevista, transformou-se no principal agente de reconhecimento das virtudes nacionais porque, como dizia Da Matta (2006, p.145, é uma atividade dotada de notável multidimensionalidade: "uma densidade semântica complexa que permite entendê-lo e vivê-lo simultaneamente por meio de muitos planos, realidades e pontos de vista. [...] ele também orquestra componentes cívicos básicos, identidades sociais importantes, valores culturais profundos e gostos individuais singulares." Ou pelo fato de ter se tornado um símbolo social no que se refere à subjetividade das relações estabelecidas dentro do contexto de uma partida, as transgressões às regras, ordem e à desordem, o envolvimento da torcida com seu time de coração, chorar ou se alegrar, brigar ou festejar. O futebol teria, assim, uma riqueza simbólica, que poderia expressar a sociedade brasileira. (RINALDI, 2000).

É, sem dúvida, uma tarefa árdua a que se prestam os sociólogos compreender como um jogo, uma dança, uma festa, um ritual, tornam-se fenômenos de massa, objetos culturais de uma nação. Ponderar se de fato os são, gera múltiplas interpretações. No caso do futebol, especificamente, um produto estrangeiro que se abrasileira aos poucos, assumindo outros traços da cultura nacional, tornando-se não apenas um jogo, mas uma dança, uma festa, um ritual, uma celebração, talvez não tenha explicação. É até certo que não haja já que esta irracionalidade, a dispensa por explicações formais, a valorização da simplicidade e o senso comum são típicos costumes nacionais. Não é casual, portanto, que elementos valorados pelo brasileiro, como a espontaneidade e o improviso, estendam-se ao futebol.

Outra reflexão interessante é a que propõe Da Matta ao analisar as contradições entre casa e rua. A primeira: pessoal, hierárquica e segu-

ra, onde prevalecem as rígidas normas necessárias para a boa convivência domiciliar. A segunda: o individualismo, as trocas e um conjunto de regras estabelecido pelos participantes de forma consensual. Nos dois casos as leis são claras e passíveis de punição. No entanto, nas ruas elas são invariavelmente flexíveis e horizontais. (DA MATTA, 1982, p.17).

Nesta analogia a "casa" seria o ambiente propício para esportes em que o filho sob a tutela do pai inicia-se na modalidade cujo desenrolar se dá em locais específicos e com o uso de equipamentos adequados, sem os quais seria impossível praticá-los. É o caso do tênis, remo, hipismo, golfe, polo, kart e, em menor grau, a natação, que apesar de independer de recursos sofisticados, requer uma estrutura nem sempre acessível.

Futebol, vôlei, basquete e corrida são modalidades de "rua" por que informais, menos paternalistas. As regras são menos rígidas e podem ser praticadas em locais diversos, com poucos ou, nas três primeiras, um único recurso. A bola representa a gratuidade, a sorte e o azar. Representa o imponderável, a interrogação. A bola não tem dono. Corre solta no seu habitat à espera de alguém que possa conduzi-la com habilidade às redes rasgadas do campinho esburacado ou do Maracanã abarrotado. E depois descansa debaixo da cama do menino que sonha um dia levar a multidão ao delírio. A bola é a grande questão. Pode-se falar do jogador, do juiz, dos estádios, dos contratos, das táticas, dos cartolas e do salário dos técnicos, como fazem todos. Esta é uma maneira ingênua de fugir do verdadeiro assunto: o caráter da bola. Porque, sem ela, todos os são seres racionais e previsíveis. Só a bola, em sua plena e irracionalidade, desperta dúvidas. Essa bola que tentamos domesticar, segurar e "comer". Sem ela, poderia haver jogo, mas não haveria grandeza e ritual. Pois a bola representa insegurança, descontrole e, é claro, a verdadeira graça do futebol.

Além de esportes, futebol, vôlei e basquete são jogos, passatempos, brincadeiras, pois deles surgem vertentes que rompem com as regras originais. É o caso do gol a gol, goleiro-linha, futevôlei e do vinte e um.[7] Por serem coletivos, pressupõem como condições indispensáveis à prática a interação, trocas e não raro a proximidade com estranhos.

O "jogar" é, na visão do antropólogo, o "privilégio negado reiteradamente por todas as rotinas: o direito de errar e acertar".

Ao contrário do esporte, que demanda técnica, vigor físico, precisão e disciplina – características associadas à ordem e ao trabalho; logo, ao previsível. "As rotinas nos levam às repartições, fábricas, oficinas, aos escritórios e igrejas; os jogos nos levam aos campos, aos estádios e à sua magia", argumenta (2006, p.25). Ao contrário da economia, da indústria e demais esferas da sociedade ligadas ao dever, à obrigação, ao sacrifício e à batalha pelo pão de cada dia, o jogo é uma atividade paradoxal no sentido de à priore não produzir riqueza material e cujo objetivo é justamente transferir o foco da seriedade laboral para o relaxamento lúdico. Enquanto nos escritórios o tempo é um aliado do patrão e custa a passar para o funcionário, nas peladas ele voa, porque ninguém cronometra o prazer - quando mal se dá conta já é hora de descansar para o castigo da manhã seguinte.

Por outro lado, o esporte moderno também guarda muitas semelhanças com o universo competitivo da economia de mercado. O apreço pela conquista de metas, a busca pela liderança, o respeito dos concorrentes e o sacrifício em prol do triunfo.

O espetáculo seduz o torcedor com a ideia de uma disputa na qual os jogadores "darão a vida" em campo. Corpo, alma e coração. A imprensa turbina o pré-jogo com notícias que exploram a rivalidade. Depoimentos de ex-atletas relembram duelos passados. Os números são analisados; as estratégias, escondidas. Esta atmosfera de comoção estética atrai o público ao estádio. Clubes, meios de comunicação, empresas de marketing esportivo e anunciantes lucram; o torcedor recebe uma descarga de alívio na rotina pesada.

O sucesso no esporte e na empresa elege figuras míticas que arrastam platéias ávidas por conselhos de como se tornar um modelo de excelência. A biografia dos astros do esporte confunde-se com a narrativa das palestras corporativas que reduz a fórmula do sucesso à força de vontade, persistência e resiliência, porque no esporte e na profissão a dor pela derrota é passageira. O fracasso é suplantado por um sistema que se atualiza em torno de novos confrontos, possibilitando ao derrotado de hoje tornar-se um vitorioso amanhã. "Aprende-se, pois, que a alternância na glória é a glória da alternância – base da igualdade e da justiça modernas", afirma Da Matta. (2006, p. 165).

Como destacou Veblen, o esporte moderno substituiu um modelo de competição dualista, no qual só existia o "ganhar" ou o "perder", por um ciclo renovável de "revanches" e "segundos turnos", o que por certo modificou a natureza dos conflitos e tornou o "ganhar" e o "perder" eventos transitórios e não mais determinantes.

As regras universais inibem a prepotência do "você sabe com quem está falando?", esta enraizada no ambiente familiar, utilizada por alguém que se coloca em uma condição superior a do interlocutor com o intuito de obter privilégios ou de se livrar das punições. Isso não ocorre nas ruas porque são espaços compartilhados por indivíduos distintos que negam, para o bom andamento do jogo, vantagens não conquistadas pelo próprio esforço e previamente consentidas. Em tempo, o futebol é uma forma de cidadania porque permite juntar o mundo da casa com o universo impessoal da rua, onde sagrado e profano convivem harmonicamente, pois as regras valem para todos - amigos e desconhecidos - não sendo aceitas modificações casuísticas de modo a beneficiar uns e prejudicar outros.

Se o futebol, como seus primos mais conspícuos - o carnaval, a umbanda e o jogo do bicho -, permite uma forma de cidadania positiva, posto que transforma um indivíduo sem eira nem beira em pessoa momentaneamente vitoriosa, é porque ele é uma ponte. Um instrumento que pode ser manipulado para permitir ascensão social. Se o jogo é metáfora da vida, há sempre o recomeço, a nova chance, a superação e a derrota – um ciclo que se renova até as normas serem quebradas. E é justamente neste instante, quando as normas não podem ser cumpridas, que o jogo se torna imortal. (DA MATTA, 1982, p.15).

Embora o profissionalismo tenha contagiado o discurso no futebol brasileiro, agora compatível aos estádios modernos construídos para atenderem um público homogêneo, a mobilização social presente nos arredores das arenas, manifestada pelo clã impedido de entrar no que era para ser a sua casa, apesar disso, a movimentação em torno dos telões em botecos gourmetizados; as praças com chafariz colorido no interior; as tevês 14 polegadas sintonizadas na roça; os campinhos do Amapá ao Paraná revelam o quão arraigado o futebol está na sociedade brasileira.

Não são apenas os resultados das partidas oficiais que impor-

tam, mas a angústia nos dias que as antecedem, os palpites arriscados no café e no almoço da véspera e antevéspera, o pretexto para se iniciar um bate-papo na fila do supermercado, as provocações e tira-teimas redundantes após o apito final, a ladainha dos derrotados, o teatro dos campeões, o ruído das vuvuzelas, os cânticos das gerais, a chuva de papel picado, a simpatia compartilhada com o estranho que veste a mesma camisa, a emoção dos gols e da bola na trave, do pênalti desperdiçado, a beleza das jogadas plásticas, do drible desconcertante, o silêncio do estádio vazio e o do luto antes da bola rolar, o estrondo das arquibancadas pulsantes, a alegria da vitória de virada e a dor do torcedor solitário no meio da multidão devastada.

A memória histórica esportiva dificilmente se apaga. Ela é apresentada na forma de "títulos conquistados", "duelos inesquecíveis", "rivalidades atemporais", "gols de placa", "defesas milagrosas", "gerações fantásticas". Os narradores e comentaristas fazem questão de lembrar os fãs desses fatos marcantes. É parte integrante na contextualização do público ao espetáculo que se apresenta. Contudo, por mais que os tecnocratas da bola desmereçam o senso comum, o dito popular e a sabedoria despida de linguajar refinado, o povo entende de futebol sem tê-lo estudado nas salas de aula porque aprendeu na rua, na prática. Conversa de botequim virou motivo de deboche entre os que se projetam entendedores do assunto porque leram meia dúzia de livros. Ora, se tem um lugar onde o conhecimento futebolístico é posto na mesa sob a forma mais democrática, na qual qualquer um opina sem pedir licença, discorda e têm razão, é justamente no botequim.

A experiência de se frequentar um estádio de futebol é bastante rica em sentidos e difícil de ser mensurara. Quando os meios de comunicação entraram de vez no negócio do futebol e passaram a transmitir um número cada vez maior de partidas, muito se questionou a continuidade deste apoio no local dos jogos. Dizia-se que as transmissões esvaziariam os estádios, da mesma maneira que se questionou a sobrevivência do rádio ante o surgimento da TV. Hoje sabemos que uma coisa não suplantou a outra, e que a televisão, no intuito de promover o seu produto adquirido a preço de ouro, estimula a ida do torcedor ao estádio, criando no seu imaginário um misto de ansie-

dade e empolgação durante os dias que antecedem à partida. Espetaculariza-se o jogo para assim se cobrar caro os espaços comerciais.

A reflexão é oportuna porque o torcedor, mesmo em um modelo organizado, não é um mero espectador do jogo. No grupo ele é parte do espetáculo, ele é o espetáculo. No conjunto ele expressa sua masculinidade, os seus sentimentos de solidariedade, companheirismo e de pertencimento ao clã que lhe acolhe. (PIMENTA apud MAGALHÃES, 2000, p.135). As torcidas organizadas proporcionam uma das mais ricas experiências coletivas em sociedade, projetada na sensação de pertencimento a um grupo de indivíduos que, apesar de pensarem e agirem com hábitos próprios, são movidos por um sentimento em comum. Indivíduos que se encontram nas arquibancadas onde ainda se pode extravasar toda e qualquer angústia reprimida sem esbarrar em retidões moralistas e politicamente correta. (AGOSTINO, 2002, p. 237).

O potencial imagético do futebol é, sem dúvida, convidativo. Gols, dribles e jogadas ensaiadas puderam ser vistas, revistas, destrinchadas, esmiuçadas por meio da observação. No entanto, sabemos que antes do jogo ser televisionado - o que no Brasil só ocorreria em 1955[8] em preto e branco - ele já era irradiado em praça pública para centenas de milhares de torcedores. Em 1938, o locutor Leonardo Gagliano Netto embarcou com a delegação brasileira para a França. A irreverência de Ary Barroso foi uma importante contribuição para a popularização do Flamengo. O rádio trabalha, na ausência de imagens prontas, com imaginação do ouvinte - recurso que provoca as mais variadas reações e sem o qual talvez elas já estivessem fora do ar.

É marcante e ainda recorrente a figura do torcedor no estádio que não desgruda o rádio de pilha do ouvido, assim como até hoje, e não só entre os saudosistas, muitos prefiram o rádio à tevê, embora seja resistível desligá-la. Isso deve ocorrer porque, obviamente, “ouvir” e “ver” são sentidos distintos, independentes, às vezes complementares, mas não excludentes. Acredito que a relação entre eles se estenda para o campo de jogo, onde o “ver”, o “ouvir”, o “pulsar” e o “sentir” estão muito presentes, e onde é possível compartilhá-los com pessoas que naquele momento comungam o mesmo código, que é o ato de “torcer”, o rito ao qual Boris Fausto se refere: “íamos sempre na geral.

Sentávamos no concreto sem encosto e tomávamos de frente o sol da tarde, olhando, ofuscados aos privilégios das numeradas, sentados à sombra... nada substitui o contato com a massa, a festa da entrada dos times em campo, as infindáveis discussões sobre quem marcou, sobre se houve ou não impedimento, sobre quem devia ser substituído".

No âmbito não oficial, saudosistas reúnem-se aos domingos na praia para jogar baralho, beliscar aipim e espiar os garotos descalços fazendo firulas com os adversários aturdidos, até que um chute no travessão e arranque reações diversas dos entendidos no assunto.

Nos campeonatos de várzea, a torcida costuma acompanhar o time fora, mesmo quando se trata de jogar contra um adversário que conta com o apoio dos moradores do bairro. O clima supostamente hostil não raro converte-se em confraternização e piadas enquanto a carne assa.

Nestes campos, é comum ver corredores próximos ao gramado formados por curiosos, transeuntes, motoristas de táxi, ciclistas e desocupados. Eles assistem às partidas com a mão no queixo, volta e meia alisam o bigode e se necessário comentam com o camarada ao lado o que o garoto que perdeu a bola deveria ter feito no lance. Essas situações fazem parte do cotidiano de centenas de pessoas envolvidas cm a várzea – crianças, jovens e adultos – em vários cantos do país e ilustram bem o que Rinaldi (2000, p.167) verificou: "o futebol no Brasil tem assumido um papel que vai além de uma simples modalidade esportiva, configurando-se como um fenômeno social. Historicamente, é possível percebê-lo por duas perspectivas: enquanto meio de transmissão ideológica e enquanto um importante elemento da cultura brasileira. Nesse sentido, este estudo de cunho bibliográfico tem por objetivo estabelecer uma reflexão a respeito do futebol enquanto manifestação cultural e, em alguns momentos históricos, como meio de transmissão ideológica. Através deste estudo, foi possível perceber que o futebol nos fornece subsídios para que possamos ter um melhor entendimento das formas de organização e das relações que permeiam a sociedade brasileira".

Édison Gastaldo o define como "um caminho potencial para descobrirmos verdades profundas sobre a nossa cultura, sobre quem somos. Dentro de um campo de futebol, dramatizam-se valores e aspectos fundamentais do que significa ser brasileiro", ar-

gumenta, usando como exemplo os altíssimos índices de audiência das transmissões dos jogos da seleção brasileira na Copa:

> - Nenhum outro evento concentra tanta gente na frente da TV para ver a mesma coisa. É a hora em que todo mundo se veste de verde e amarelo, em que todo mundo canta o hino nacional, em que todos se abraçam, choram, vibram. Um jogo do Brasil na Copa do Mundo é o fato social total brasileiro (MAUSS). Concentram-se multidões no mesmo lugar, em torno de um único valor: nós contra os outros. Por isso a Copa é tão importante. É o momento de ver quem somos frente aos outros, expresso na metonímia de que 11 pessoas são o Brasil.

Mas, afinal, por que o futebol pertence a um terreno social? Qual é o seu papel na construção de um ideário sociocultural brasileiro? São questões importantes que merecem estudos mais aprofundados e que não cabem no escopo desta pesquisa. Por ora, é importante destacar o seu papel como representação simbólica de um Brasil vencedor, assim como não podemos deixar de constatar, com certa dose de fascínio, que este produto importado do último império colonial da era moderna apropriou-se do nosso hino, das nossas cores, da nossa bandeira e permitiu ao nosso povo "surrupiar os símbolos nacionais mais potentes dos poderes públicos, especialmente das Forças Armadas e dos populistas de todos os matizes", ponderou Da Matta (2006, p.109).

O futebol brasileiro mudou as auto-representações maniqueístas que os nossos pais e avós faziam da sociedade "civilizada" do colonizador branco. Exorcizou o complexo de vira-lata (Nelson Rodrigues), a bajulação ao estrangeiro e permitiu que admirássemos um produto incorporado a nossa cultura. Isso não se deu sem esforço, de uma hora para a outra. Durante algum tempo, para a elite nacional o verdadeiro futebol era o inglês. Já começávamos a desenvolver um estilo próprio, do qual podíamos e deveríamos nos orgulhar, mas o dos ingleses era superior, mesmo quando perdiam para os brasileiros. A seleção era escrachada em casa e elogiada fora. Foi aos poucos que o grito de gol nos fez perceber o quanto valíamos a pena, como éramos verdadeiramente bons, às vezes os melhores, neste jogo. E o torcedor se sentia parte integrante da festa. Ao contrário do espectador passivo das corridas de cavalo, na ópera, no teatro e nas regatas, no futebol a torcida tem a certeza de que pode interferir diretamente no resultado.

Da Matta (ESTADO DE S. PAULO, 8 de junho de 2002) diz que todas as nações que escaparam ao modelo de desenvolvimento ocidental, o futebol promoveu a aproximação entre símbolos da sociedade – comida, dança, laços familiares, jogo do bicho e sacanagem – com os do Estado nacional – civismo, bandeira, hino, armas. E assim fazendo, ao experimentar a vitória em cinco Copas do Mundo, o brasileiro sentiu-se confiante e orgulhoso do triunfo do seu país e pôde finalmente "cantar com orgulho o seu hino e perder-se emocionado dentro do campo verde da bandeira nacional". (2006, p. 166).

Como em nenhum outro momento, é durante uma Copa do Mundo que o nacionalismo se exacerba. Em entrevista recente, José Mourinho afirmou que ao viajar por alguns países durante a competição, percebe-se claramente quais estão na disputa. (Yahoo, 2014). Talvez este seja um dos poucos momentos em que o indivíduo se sinta impelido a demonstrar apreço pelo país natal.

No Brasil, em particular, demonstrações ufanistas foram mais comuns no passado. Já não se vê tantas bandeiras hasteadas no pátio dos colégios ou estendidas nas janelas. Verde e amarelo não é a combinação predileta na moda. O hino toca nos feriados da Independência e Proclamação da República, e antes de eventos esportivos em alguns estados porque uma lei assim determina. Durante o torneio, porém, as ruas se enfeitam, as firmas dispensam os funcionários mais cedo e o brasileiro retira a camisa amassada da gaveta para apoiar a seleção, como se isso fosse um dever cívico.

Quando o Brasil venceu a Copa de 1962, um jornalista do France Soir no Rio de Janeiro relatou que "a cidade inteira parecia ter entrado em estado de catalepsia". Na França, um milhão de pessoas comemorou o título inédito em 1998 na Champs Elysées, a mesma avenida que um dia depois - 14 de julho - feriado nacional (queda da Bastilha), registrou um público de apenas 150 mil (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.178).

Rivalidades entre nações sempre estiveram presentes desde a disputa da primeira edição em 1930, no Uruguai. No dia da final, ao atravessarem o rio da Prata a caminho de Montevidéu, os argentinos gritavam "vencer ou morrer". Em 1978, o volante Chicão, ao ouvir o hino nacional na partida contra a Argentina, confessou: "a im-

pressão que se tem é a que estamos indo para uma guerra e é preciso vencê-la". Em sua autobiografia, Maradona reconheceu o gosto de revanche ao derrotar a Inglaterra na Copa de 1986, em alusão à Guerra das Malvinas que ocorrera quatro anos antes. "Estávamos defendendo nossa bandeira, os rapazes mortos" – dentre os quais estava o irmão do meio-campista Osvaldo Ardiles, campeão em 1978.

Anatol Rosenfeld diz que "tão importante como a circunstância em que um povo joga, é certamente a de como este jogo é praticado, sobre quais formas se manifesta e se organiza e a que necessidades e tensões ele propicia uma descarga" (MACHADO, 2011). É sobre isso que irei tratar a seguir. Abordarei em seguida uma das formas a qual ele se refere e que, acredito, moldou o futebol brasileiro e contribuiu significativamente para que ele alcançasse profunda dimensão no cotidiano popular. Antes disso, porém, veremos como a profissionalização modificou completamente a concepção original do jogo.

5. Profissionalização

Como vimos anteriormente, muitas instituições resistiram à profissionalização do futebol, sobretudo aquelas associadas aos setores aristocráticos das sociedades paulista e carioca. Em São Paulo, o São Paulo Athletic Club (1888) fechou o departamento de futebol em 1912, um ano depois de conquistar o quarto título paulista. O Mackenzie College (1898), bicampeão (1913 e 1916) e o primeiro clube fundado somente por brasileiros voltado a prática do esporte bretão, encerrou as atividades em 1925. O Clube Atlético Paulistano (1900), único tetracampeão consecutivo, dispensou o elenco em 1929. Um ano depois, diretores e ex-jogadores se juntariam aos sócios da Associação Atlética das Palmeiras para fundar o São Paulo Futebol Clube.

A profissionalização está inserida no contexto da regulamentação trabalhista que marcou o primeiro governo Vargas e que culminaria na consolidação das leis trabalhistas (CLT) em 1943. (MAGALHÃES, 2010, p.23). O ex-presidente estimulou o vínculo empregatício no sentido em que o Estado pudesse exercer algum controle sobre o futebol. Certa vez, em um amistoso entre Brasil e Argentina, quando a seleção da casa vencia por três a zero ainda no primeiro tempo, o presidente foi ao vestiário no intervalo pedir moderação aos jogadores canarinhos em virtude do momento diplomático que os dois países viviam.

Após uma década de incredulidade, na qual os trabalhadores braçais jamais sonharam com a possibilidade de ganhar a vida jogando bola, o cenário começava a se democratizar nas primeiras décadas do século XX com o surgimento dos clubes populares - Ponte Preta (1900) e Corinthians (1910) -, de imigrantes - Vasco da Gama (1898) e Palestra Itália (1914) -, e fabris – Bangu (1904) e Juventus da Mooca (1924). (WITTER, 1982, p. 27).

Se até 1920 o futebol foi realmente marcado pelo amadorismo e improvisação, de 1920 a 1930, período em que uma onda nacionalista transformou a vida cultural brasileira, o esporte começou a ser redesenhado. A década de 30 marca a transição entre o puro amadorismo,

o amadorismo marrom (Mário Filho) e o semiprofissionalismo (WITTER, p.30). Foi quando o desejo genuíno, desprovido de qualquer interesse comercial, misturou-se à possibilidade de se aferir pequenos benefícios. Então o garoto que corria atrás da bola na lama e chegava em casa com o joelho ralado, a mãe preocupada, e ele só torcendo para chegar logo o dia seguinte e repetir o ritual, não querendo se desgrudar da amiga, chamando-a com carinho, criando intimidade, este garoto é convidado a mostrar o que sabe em algum clube que, apesar de não poder contratá-lo, dispõe de outros mecanismos, mais sutis, para agradá-lo.

São benefícios tímidos, geralmente uma ajuda de custo, suficiente para cobrir a tarifa de ônibus, talvez o lanche, o que para quem brincava de graça já era alguma coisa. O bom de bola mesmo podia até ser surpreendido com um par de chuteiras, roupas sociais e ingressos para o teatro, com direito a acompanhante. E quando um clube queria muito contar com determinado atleta, o dirigente chegava a oferecer-lhe um emprego.

Os clubes disputavam os melhores jogadores com agrados mais generosos. Essas bonificações eram chamadas de "bicho", uma espécie de código entre dirigente e atleta para mascarar o pagamento em moeda corrente, o que era proibido. Se o duelo fosse contra um time de menor expressão, pagava-se um galo, animal pequeno. Contra um rival conhecido, uma cabra. Mas caso o dirigente nutrisse particular interesse em derrotar um time eleito arqui-rival, aí o bicho tinha que ser maior – uma vaca, de duas ou quatro pernas, a depender do ímpeto pela vitória.

Não existia vínculo empregatício entre clube e jogador, o que, pode-se dizer, foi útil a ambos. Ao clube por razões óbvias. E ao jogador porque ele se via na condição de vestir a camisa de quem mais lhe agradasse. No dia do jogo, o atleta se apresentava, jogava e recebia escondido. Se jogasse bem, podia ser convidado novamente. Contudo, não se vivia do bicho. Era um ganho imprevisível. Muitos preferiam jogar por um emprego.

Caso de Hércules de Miranda, que defendeu a seleção na Copa de 1962. Miranda selou contratos com São Paulo e Fluminense dos quais recebia importante quantia à época em paralelo a empregos burocráticos advindos da aproximação com estas instituições. Garrincha foi um operário-jogador do Sport Club Pau Grande, grêmio vinculado à Com-

panhia América Fabril, do ramo da tecelagem (MAGALHÃES, 2010).

Trocando em miúdos, o amadorismo marrom pode ser bem compreendido nesta sátira de Plínio Barreto (apud WITTER, p.30), extraída de um diálogo entre jogador e dirigente:

- As vésperas de um clássico com o Atlético, ou com o América, ele punha em execução o especial expediente que tinha lá sua certa dose de humor. Ao notar a presença do presidente do Palestra, o craque vivo e inteligente dele se acercava mancando intencionalmente, na simulação esperta de uma contusão. O presidente, muito mais arguto e hábil, 'manjava' aquela sistemática encenação.

- O que houve?
- O joelho dói, doutor, e acho que não tenho condições de jogar domingo...
- O presidente sorri, de certo mo
do satisfazia-se com aquela aproximação que o ligava ao craque já tão famoso, ídolo da platéia palestrina, e matreiramente tirava uma nota de 20 mil réis de sua carteira, passando-a de leve e com cuidado sobre o joelho contundido:
- Ainda dói, Nininho?
- Dói menos, mas na verdade ainda dói, doutor. E Com muita prontidão, uma nota de 50 mil réis substitui a de 20.
- E agora, Nininho?
- Está melhorando, doutor. Afinal surgia uma "pelega" de 200 mil réis... e Nininho finalmente se curava de vez.
- Doutor, o senhor é uma sumidade médica. Já não dói mais nada.

Os clubes que adotavam tal prática o faziam pensando no desempenho em campo. Os dirigentes passaram a se importar menos com a elegância e mais com o talento. Se o talento viesse acompanhado da boa educação, do linguajar culto e da pele clara, melhor. Caso contrário, abria-se exceções. Eram exceções porque a maioria do plantel se encaixava no padrão desejável. Um ou outro que fugisse a regra tudo bem, afinal ele contribuía com a vitória que engrandecia a instituição perante os rivais. A torcida não se importava que o clube ajudasse o jogador, pelo contrário. Até gostava, assim podia cobrar mais desempenho em campo. E os dirigentes, querendo agradar o torcedor, abriam a carteira e achavam tudo normal, quase todos faziam. Se não fizessem, perdiam.

É claro que alguns clubes, os baluartes do amadorismo, não concordavam e deduravam os transgressores à Associação Metro-

politana de Esportes Athléticos (AMEA), fundada em 1924, após cisão na Liga Metropolitana de Desportes Terrestres, pelos clubes da elite cariocas ainda reticentes à profissionalização. Vasco, Bangu e Andaraí, que aderiram posteriormente à entidade e burlaram a regra, sofreram sanções. O Bangu, como se sabe, escalava operários. Quando a AMEA impôs que apenas os alfabetizados poderiam jogar, o clube contratou professores para treinar os atletas a escreverem os seus nomes e datas de nascimento. Ainda assim alguns tremiam e eram reprovados no teste à beira do gramado (RODRIGUES, 2003). O Alvirrubro recorria, pagava a multa e o atleta entrava em campo.

Os portugueses empregavam jogadores no comércio, mas dispensava-os do expediente. O trabalho deles era jogar pelo Vasco. Caso a Associação investigasse a profissão dos jogadores – supunha-se que todos exerciam funções remuneradas fora do esporte e de preferência com bons ordenados – estes eram instruídos a dizer que trabalhavam na padaria tal. O fiscal chegava de surpresa e o dono confirmava que tanto o Fausto quanto o Mingote eram funcionários da casa, mas que naquele dia não se apresentaram por motivos de saúde. Uma semana depois, lá estava o fiscal para averiguar a história e desmontar a farsa. É verdade que às vezes a AMEA fazia vista grossa, até porque outros clubes também davam um jeito de fugir aos requisitos, mas os casos mais escancarados não passavam batidos. Inconformados com o bicampeonato carioca do Vasco (1923-24), Fluminense, Botafogo e América pressionaram a AMEA a instituir uma norma que impossibilitasse a participação do cruzmaltino em futuras edições: daquele momento em diante os clubes deveriam ter estádio para disputar o campeonato. A regra só valia para o Vasco, porque outros times sem estádio não foram impedidos de competir. A comunidade portuguesa, então, financiou a construção de São Januário, o maior estádio da cidade, inaugurado em abril de 1927 (WISNIK, 2008).

Por outro lado, havia amador que não queria se profissionalizar, sobretudo se já tivesse um emprego de prestígio – o médico, o engenheiro, o advogado, o contador. Sim, porque neste caso a profissionalização significava uma inversão de sentidos. Enquanto amador ele não dependia do clube, pelo contrário. Era o clube quem o procurava, o

paparicava, o implorava para jogar. Na vitória, recebia elogios e agrados. Na derrota, o clube não tinha o direito de se queixar; não o pagava nada. De um jeito ou de outro o clube devia, isto sim, agradecer-lhe por ter vestido a camisa com honradez. Já como profissional, não, a relação era outra. Ele se tornaria um empregado do clube, com hora para se apresentar, deveres a cumprir. Não teria mais desculpa para os exageros que ele poderia cometer enquanto a instituição não o remunerava.

No início da década de 30 os clubes grandes reconheceram a dificuldade em manter talentos no plantel sem oferecer-lhes recompensas fixas e contínuas, sobretudo quando os rivais argentinos e uruguaios, países onde o profissionalismo já havia sido instituído, os contrataram. Leônidas da Silva foi para o Peñarol em 1934. Fausto dos Santos, que já havia jogado pelo Barcelona em 1931, naquele ano se transferiu para o Nacional, o mesmo time pelo qual Domingos da Guia jogou em 1934-35. No ano seguinte, o "divino mestre" cruzou o rio da prata para vestir a camisa do Boca Juniors. Nas excursões ao exterior, os craques eram assediados por times europeus no dia seguinte aos amistosos; alguns não retornavam com a delegação. O Corinthians perdeu Del Debbio para a Lazio em 1931; o Palmeiras, Ministrinho para a Juventus, também em 1931. As transferências foram facilitadas depois que Mussolini baixou decreto permitindo a naturalização de descendentes da segunda e terceira gerações – pretexto do qual se valeu a azurra para contar com quatro argentinos e um brasileiro no título mundial de 1934[9]. (FRANCO JÚNIOR, 2007).

À revelia da Confederação Brasileira de Desportes, contrária à profissionalização, Fluminense, Bangu, Vasco, Flamengo, Bonsucesso e América fundaram a Liga Carioca de Futebol (LCF), que se uniu à Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) para criar a Federação Brasileira de Futebol (FBF) e se contrapor à Federação Paulista, apoiada pela CBD.

A APEA já havia se desentendido com a CBD. Em meio ao cabo de guerra entre dirigentes paulistas e cariocas por lugares na delegação que iria ao mundial de 1930, a Confederação, cuja sede era no Rio, intercedera a favor desses, o que fez com que a Associação Paulista se recusasse a ceder atletas à seleção, razão pela qual Arthur Friedenreich

não foi ao Uruguai. Dois anos depois, o craque serviria como tenente das tropas paulistas na Revolução Constitucionalista (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.76). A rixa era tamanha que quando o Brasil perdeu na estréia para a Iugoslávia os paulistas saíram às ruas para comemorar.

Criada, assim como a AMEA, para difundir o amadorismo, a APEA, ao contrário da coirmã, desde a fundação (1913) cobrava ingressos nos jogos por ela organizados. Os clubes passaram a contar com uma nova fonte de arrecadação e a oferecer gratificações como estímulo à vitória. Foi por esta razão que a CBD convocou apenas amadores para o mundial da Itália. Indignados, clubes, atletas profissionais e as federações (LCF, APEA e FBF) boicotaram a CBD e decidiram não apoiar a seleção em 1934. (Magalhães, 2010, p. 25). A participação do escrete canarinho naquela edição foi pífia, sendo eliminada logo no primeiro jogo. O conflito entre federações só terminaria em 1937, quando a CBD reconheceu o profissionalismo e incorporou a FBF, no que foi considerado "o ano da pacificação do futebol brasileiro" (MAGALHÃES, 2010).

O Brasil disputou pela primeira vez uma final de Copa na metade daquele século. Se as campanhas do escrete canarinho haviam deixado a desejar em 1930 e 1934, quando o esporte profissional ainda engatinhava no país, e se em 1938, na França, o terceiro lugar e a artilharia do negro Leônidas da Silva demonstraram o quanto à modalidade evoluíra em menos de uma década, em 1950, após o fim da segunda guerra mundial que impediu a realização de duas edições da Copa, daquela vez o time tinha tudo para ganhar. Jogava para uma nação confiante. Apenas o acaso poderia estragar o que era dado como vitória garantida.

Era ano eleitoral. Pela segunda vez os brasileiros podiam eleger seu presidente desde a queda do Estado Novo, em 1945. Getúlio Vargas tentava retomar o poder pela via democrática e reconhecia no futebol um meio de propaganda nacionalista. E neste clima, ainda sob os efeitos do pós-guerra, o Brasil sediou a quarta edição do torneio, que contou com a presença de 13 seleções – sete das Américas e seis da Europa.

200 mil espectadores[10] testemunharam no Marcacanã "a maior tragédia brasileira", como a imprensa esportiva definiu a derrota. O gol de Ghiggia foi recebido em silêncio por todo o estádio. No entanto, sua força fora tão grande, seu impacto tão violento, que gol, um simples

gol, parecia dividir a vida do brasileiro em duas fases distintas: antes e depois dele. Em Montevidéu, dois uruguaios morreram de emoção ao ouvir pelo rádio aquele desfecho inesperado. Aqui, dois brasileiros também não resistiram: um deles foi traído pelo coração, no instante do gol; o outro, procurou a morte por conta própria (VOGEL,1982, p.89).

Enquanto os uruguaios comemoravam o bicampeonato mundial da celeste olímpica, os brasileiros retornavam para casa desolados, incrédulos de que o desfecho da vitória garantida, do carnaval antecipado, havia tomado o rumo imprevisto. As ruas ficaram desertas. As bandeiras foram recolhidas. E a farra contida. Um sentimento de perda. Um silêncio fúnebre, sepulcral. A tristeza era profunda e seu efeito sobre as pessoas curioso. Com exceção de algumas reações anômicas, como o suicídio, o estado de desolação tinha algo de delírio. Mas delírio ordenado, uma espécie de transe. Tudo parecia seguir um plano. Era um ritual – o ritual do luto (VOGEL, 1982, p.90).

Quando Schiaffino empatou, aos 21 do segundo tempo, resultado que ainda daria a vitória ao Brasil, a torcida se calou. O país não se preparara para ser campeão com um empate. Três dias antes, a vitória por 6 a 1 sobre a Espanha, uma das melhores atuações da seleção em mundiais, foi vista como um aperitivo da conquista. Treze minutos depois, transcorridos sob um silêncio angustiante, pessimista, como se o público já antevisse o fracasso, Ghiggia avançou pela direita, passou por Bigode, e, ao invés de cruzar para Míguez no centro área – a jogada mais plausível, tal qual fora a do primeiro gol uruguaio -, chutou. Barbosa, esperando o cruzamento, foi pego no contrapé. Em nenhum momento os torcedores vaiaram ou deixaram de reconhecer o triunfo uruguaio, o que não significa que a derrota tenha sido esquecida ou superada, pelo contrário. Nem mesmo as conquistas futuras foram capazes de apagar aquele 16 de julho – o "maior fracasso do futebol brasileiro" – relembrado e recontado, ano após ano, por gerações que não o presenciaram, mas que cresceram ao menos com uma vaga ideia do que ele significou para o país.

Os jornais atribuíram o mérito da vitória celeste à "catimba" e à "garra" uruguaia - simbolizadas pelo capitão mestiço, Obdulio Varela, que não fraquejou ante o cenário adverso. Quando

o Uruguai perdia, o capitão cobrava "mais alma" dos companheiros. Ao contrário de Bigode, Juvenal e Barbosa, os vilões negros do escrete brasileiro, que decepcionaram a nação com sua falta de "raça" nos dois lances capitais da partida (VOGEL, 1982, p.97).

Entretanto, foi precisamente a partir de uma tragédia que o país se fortaleceu. Eram os últimos meses do governo Dutra. Se o Estado Novo (1937-1945) fora marcado pela consolidação das leis trabalhistas e pela formação da indústria de base nacional, mas também pela forte repressão aos críticos do modelo, agora Getúlio voltava à cena política pela via democrática, "nos braços do povo". Era o início de uma década em que a economia brasileira se abria para a concorrência estrangeira. A redução do protecionismo permitiu a empresas de fora disputar o mercado interno nacional, e o brasileiro pôde adquirir bens de consumo importados. O futebol, como legítimo produto nacional, não podia ficar de fora desta onda internacionalista. Por meio dele o país vendia uma imagem positiva ao mundo, repleta de alegria, irreverência e ginga, que assim como o Carnaval, as praias e a MPB, contrastava com a desigualdade, a fome e a violência latentes no cotidiano da população. Só que agora o brasileiro miserável tinha alguma coisa com que se orgulhar.

- De repente o Brasil ficou unido contente de existir, trocando a morte, o ódio, a pobreza, a doença, o atraso triste por um momento puro de grandeza e afirmação no esporte. Vencer com honra e graça, com beleza e humildade, é ser maduro e merecer a vida, ato de criação, ato de amor – Oswald de Andrade - O Momento Feliz, 1970.

- Ficou no meu coração a cara de um popular que torcia como um desesperado, incentivando o Brasil com os mais cabeludos e embaraçantes palavrões. O povo xingava e o Brasil goleava. Ali tive a primeira intuição do Brasil vencedor. Um Brasil que não era feito de 'raças inferiores', mas que 'comia a bola'. Brasil construído a palavrões que abria para si mesmo as portas da excelência. Hoje, somos de fato e de direito reis do futebol - Roberto Da Matta, 2006.

6. Futebol Sem Fronteiras

O futebol global movimenta 146 bilhões de reais (El País, 2015) - 3% do PIB europeu -, mexe com 1,6 bilhão de fãs e emprega 450 milhões de pessoas, entre jogadores, comissão técnica, médicos, fisioterapeutas, massagistas, psicólogos, jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, analistas de sistema, olheiros, roupeiros, gandulas, fora os empresários. Se cada um desses profissionais sustentar, na média, outros dois membros da família, isso significaria que 1,35 bilhão de pessoas - 1/6 da população mundial - vive do futebol. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.178).

De 2007 a 2011, a parcela do setor esportivo no PIB nacional cresceu 28,4%. Em 2012, ela correspondia a 1,6% do PIB nacional (Exame, 2014) – fatia um pouco inferior a dos Estados Unidos (2,1%), Alemanha (1,8%), Inglaterra (1,8%) e Austrália (2,3%). De acordo com a Pluri Consultoria, entretanto, a taxa brasileira deve chegar a 1,9% até 2016, o que equivaleria a R$67 bilhões (ou o PIB da Sérvia). O futebol representa 53% deste montante (R$36 bilhões) – 0,8% do PIB brasileiro. O faturamento dos 20 maiores clubes do país cresceu 79% no período e chegou a R$2,2 bilhões. Dentre esses, o de maior receita é o Corinthians (290 milhões). A Fundação Getúlio Vargas estima que 370 mil brasileiros trabalhem com futebol.

Os três melhores futebolistas da atualidade - Messi, Cristiano Ronaldo e Neymar -, finalistas do prêmio Bola de Ouro da Fifa, valem juntos 420 milhões de euros (CIES Football Observatory, 2015). Se ampliarmos a lista e incluirmos jogadores como Zlatan Ibrahimovic, Eden Hazard, Diego Costa, Paul Pogba, Gareth Bale, Aléxis Sánchez, Sérgio Agüero e Francesc Fàbrigas, esta cifra alcança os 921 milhões. Segundo a Fifa, em 2014 os clubes profissionais gastaram 3,6 bilhões de dólares em contratações de superastros do esporte.

Como é natural do capitalismo, mercados se adaptam ao mundo globalizado no intuito de expandir a marca, traçar novos horizontes e atingir diferentes consumidores. Florentino Perez, presidente em exercício do Real Madrid, declarou que para o clube é mais interessante

investir no mercado asiático, onde a popularidade do futebol cresce a cada ano, do que na Espanha, onde a marca já está consolidada. Não é casual que os grandes clubes do Velho Continente excursionem durante a pré-temporada por países nos quais o futebol até pouco tempo não despertava tanta atenção. Hoje há 1,6 bilhão de chineses e indianos que torcem e, principalmente, compram produtos licenciados do Real Madrid, Barcelona, Inter de Milão, Chelsea, Milan, Porto, Manchester United, Benfica, Liverpool, Galatasaray, Juventus e Paris Saint-Germain.

Desde 2005, os Emirados Árabes Unidos se tornaram o maior patrocinador de camisas dos clubes europeus. Há uma década, companhias aéreas do Oriente Médio sequer investiam neste segmento, hoje aportam 163 milhões de dólares para estampar os seus logos nas camisas do Barcelona (Qatar Airlines); Real Madrid, Paris Saint-Germain, Arsenal, Milan (Emirates) e Manchester City (Etihad Airlines) (El País, 31 de maio de 2015).

Alguns dos homens mais ricos do mundo adquiriram na última década diversos clubes no continente, rompendo com uma velha mística de que agremiações desportivas não podem ter dono. Carlos Slim, empresário do ramo das telecomunicações, tornou-se sócio majoritário do Oviedo. Erick Thohir, acionista das maiores indústrias de carvão da Indonésia e proprietário do Philadelphia 76ers, comprou 70% da Internazionale de Milão.Nasser Al-Khelaifi fez o mesmo com o Paris Saint-Germain. Abdullah bin Nasser Al-Thani, membro da família real do Qatar, é dono do Málaga. Roman Abramovich, do Chelsea. Mansour bin Zayed Al Nahyan, sheik e político dos Emirados Árabes Unidos e membro da monarquia de Abu Dhabi, arrematou o Manchester City.

Inaugura-se um novo modelo de negócio. Clubes são Sociedades Anônimas Esportivas (SADs) com capital aberto na NYSE, NASDAK e Dow Jones. Jogadores são empresas. Prestam serviço a um contratante e são remunerados por vários. Quando Messi e Cristiano Ronaldo entram em campo, eles não jogam apenas para Barcelona e Real Madrid, mas para a Turkish Airline, Adidas, Emporio Armani, Herbalife, KFC e Nike. E o fã é um cliente. Com ele uma seara de oportunidades se desvenda e convida os dirigentes a refletir: qual o interesse em fortalecer o vínculo com um torcedor que não

consome nenhum produto? Prefiro o torcedor que apóia o time com gritos ou investimentos? Estádio lotado é incrível para o espetáculo, mas quantas pessoas estão vendo pela tevê ao redor do planeta?

Obviamente, o padrão de comportamento deste público é fluido, variável, cabendo as empresas apresentarem-lhe um produto atrativo, que no futebol equivale a um time vencedor. Para formá-lo, contrata-se os melhores atletas disponíveis no mercado, acreditando que desta forma potencializa-se a chance de conquistar títulos. Isso equilibra a equação dos clubes mais vitoriosos com os mais endividados. O que a contraparte (torcida) almeja – títulos – o time em campo lhe dá. E se não der, troca-se o responsável (treinador) e retoma-se o leilão de outros ativos. Esse caráter mercantil do universo coorporativo é a essência do futebol moderno, perfeitamente integrado à realidade atual. Alfredo Relaño, diretor do diário esportivo AS, resumiu-a da seguinte forma: "se o futebol fosse um negócio, pertenceria aos bancos" (El País, 2015). Também não deve ser casual que BBVA e Barclay´s financiem os dois maiores campeonatos nacionais da Europa: La Liga e Premier League.

É generalizante afirmar que todo menino brasileiro um dia sonhou em ser jogador de futebol. Esta é uma máxima bastante propagada entre os amantes do esporte, mas que foge um pouco à realidade. O número de pessoas que declaram não torcer por time algum no Brasil (27%) equivale à soma das torcidas de Flamengo (17%) e Corinthians (10%), os clubes mais populares do país. (Folha de S. Paulo, 26/12/1993) - o que não significa, claro, que quem não torça por uma equipe em particular deixe de acompanhar futebol. Pesquisa do portal UOL revelou que apenas 16% da população brasileira o pratica, embora 67% se dizem fãs dele. Ora, então é possível inferir, a partir deste levantamento, que a maioria dos brasileiros gosta de futebol, mas não o joga. Ainda assim há diversos países cujo nível de entusiasmo pelo esporte supera o do Brasil: mexicanos, espanhóis, sul-coreanos e egípcios (70%); sauditas (74%); tailandeses (75%); indonésios (77%) e nigerianos (83%) – o povo mais apaixonado por futebol no planeta.

É comum ouvir nos botequins, onde a paixão ainda pode ser extravasada, que o amor à camisa morreu. Na verdade, de modo a problematizar a questão, seria válido perguntar quando e em quais

condições ele existiu. A nostalgia remete ao tempo em que os jogadores permaneciam durante toda a carreira – ou em grande parte dela – no mesmo clube, mantendo com ele uma relação não só profissional, embora também o fosse, mas de identidade. As exceções existem até os dias atuais e dispensam exemplos, mas são exceções, como sempre foram, porque o intercâmbio de atletas sempre ocorreu com maior ou menor fluxo no futebol brasileiro e mundial, fosse por imposição dos clubes que os tratavam como mercadorias ou por espontânea vontade dos próprios. Romeu Pelliciari trocou o Palestra Itália pelo Fluminense em 1935. Em 1942, Perácio deixou o Botafogo para jogar no Flamengo. Um ano depois, o rubro-negro perdia Domingos da Guia para o Corinthians, que teve de desembolsar uma boa quantia para contar com o "Divino Mestre", nas palavras de Mario Filho, "o primeiro heroi negro do futebol brasileiro".

Jogadores que despontavam no interior eram contratados pelos times do eixo Rio-São Paulo, da mesma maneira que ocorria com a mão de obra rural nordestina absorvida pelas indústrias do sudeste (Franco Júnior, 2007, p.82). Apesar dos clubes já pagarem bons salários na época, e daquele ser um momento de regulamentação das leis trabalhistas, os jogadores eram submetidos a situações exploratórias como a pressão dos clubes para que atuassem lesionados. Quando Leônidas da Silva se recusou a disputar um amistoso nas férias, justificando a ausência com a famosa frase "jogador não é escravo", ele passou a ser visto por torcedores e dirigentes como mercenário. Mesmo assim, em 1942 o São Paulo não hesitou em contratá-lo junto ao Flamengo por 200 contos de réis, a maior transação do futebol brasileiro até então. Nos oito anos em que jogou pelo tricolor, o Diamante Negro conquistou cinco títulos paulistas.

A valorização do espetáculo levou inevitavelmente à valorização dos atores. É claro, contudo, que o salto nas últimas décadas foi estrondoso. Em 1930, o meia-armador Jack trocou o Bolton pelo Arsenal por 11 mil libras. Em 1998, Denílson deixou o São Paulo para jogar no Bétis em uma transação que custou ao clube espanhol 33 milhões de dólares. Em 2000, o PSG pagou 35 milhões pelo francês Anelka e a Lazio 28 milhões pelo argentino Lopez. Ninguém gastou tanto, porém,

quanto o Real Madrid no início do século XXI. Foram 51 milhões para contratar o português Luís Figo em 2000; 64 milhões por Zidane em 2001 – jogador que custara menos de 5 milhões ao Bordeaux em 1996 - e 41 milhões por Beckham em 2003 (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.183).

No final da década de 1980 o caso de um jogador belga sinalizaria a revisão do modelo de passe. Jean Marc Bosman processou o clube em que atuava, o RFC Liège, por não concordar em ter 75% dos vencimentos reduzidos, conforme previa a renovação contratual. Em 1995, o Tribunal de Justiça da União Européia dá ganho de causa ao jogador por entender que nenhum clube pode restringir, a seis meses do término do contrato vigente, o direito de um atleta em negociar a sua mão de obra nos termos que melhor lhe conviessem. Era a abertura de um caminho que desencadearia no aumento significativo das exportações de jogadores sul-americanos para a Europa. Em 1995, saíram do Brasil 223 jogadores. Em 1996, 360. Em 97, 553. Em 2002, 665. Em 2003, 858. Em 2006, 2 mil brasileiros jogavam no exterior. No mundial de 2006, nove brasileiros participaram por outras seleções. 66 brasileiros disputaram a Liga dos Campeões de 2005; 88 na de 2006. (Franco Júnior, 2007, p.184). A mesma situação, embora em proporção menor, ocorre com os nossos vizinhos. Seis mil jogadores argentinos deixaram o país entre 1980 e 2005; 760 uruguaios entre 1997 e 2003 e 120 paraguaios somente em 2004.

O êxodo acelerou em meados da década de 70, na esteira do tricampeonato mundial no México, quando grandes clubes europeus começaram a rastrear talentos na América do Sul, oferecendo-lhes salários muito acima da realidade no continente. Na década de 80, Zico, Falcão e Sócrates – ídolos até então de uma só torcida – deixaram o país para jogar na Itália. Dos 11 titulares em 58, 62 e 70 – inventores de um estilo que encantou críticos e fãs mundo afora – todos viviam e jogavam no Brasil. Já na equipe titular do tetra, 24 anos depois, oito deles defendiam clubes europeus. No penta, 11 dos 23 que compunham o elenco atuavam fora do país. No mundial de 2014 em casa, apensas os goleiros reservas, Jefferson e Victor, e dois atacantes, Fred e Jô, jogavam no Brasil.

Na Inglaterra, a cada eliminação do British Team em uma Copa do Mundo ressurge a discussão de que a Premiere League está abar-

rotada de estrangeiros. Na temporada de 2015, eram 368 (inclusive treinadores) – 70% do total (Terra, 16 de agosto de 2015). A Itália importa bastante, mas mantém os melhores jogadores no país. Do elenco campeão em 2006, nenhum jogava no exterior. A Alemanha adota proteção semelhante com os seus craques. Dos 23 convocados que vieram ao Brasil em 2014, apenas sete não atuavam na Bundesliga. Curioso é o que ocorre com a França. Há muitos estrangeiros (240) no campeonato nacional (46,4%) e muitos franceses fora dele, principalmente na Inglaterra (37), onde inclusive são a maioria entre os não britânicos, o que nos sugere que a França importa muitos jogadores, sobretudo da África, mas exporta os seus próprios talentos.

Em março de 1998, a Lei 9.615, conhecida como Lei Pelé, em homenagem ao craque que foi Ministro dos Esportes entre 1995 e 1998, foi promulgada. O texto previu, em suma, a autonomia dos atletas e fragilizou o vínculo com o clube pelo qual atuavam, posto que o passe – o direito econômico do qual detinham as entidades desportivas sobre os jogadores – foi extinto, como se pode observar no Art. 27-B transcrito abaixo:

> Art. 27-B. São nulas de pleno direito às cláusulas de contratos firmados entre as entidades de prática desportiva e terceiros, ou entre estes e atletas, que possam intervir ou influenciar nas transferências de atletas ou, ainda, que interfiram no desempenho do atleta ou da entidade de prática desportiva, exceto quando objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

Se por um lado a lei assegurou ao atleta liberdade para decidir seu destino profissional, o que pode ser interpretado como um avanço na legislação trabalhista vigente, ela também acabou por impulsionar a ascensão de intermediários e representantes legais nas transações com terceiros e a reduzir de forma notável o tempo de permanência do jogador no seu clube de formação. Em reportagem publicada na revista Época, Rodrigo Capelo mostra que quatro em cada cinco jogadores no Brasil recebem até R$1.000, apenas 0,8% ganham acima de R$50 mil e 82,4% têm rendimentos inferiores a profissionais bem menos mitificados, como garçons, pedreiros e motoristas de ônibus. Uma verdadeira fábrica de ilusões, como o autor sugere.

E foi justamente ao 0,8% que a lei beneficiou. Sob o pretex-

to de acabar com a "ditadura dos clubes" e aprofundar a profissionalização do esporte, a medida retirou das instituições a prerrogativa de negociação dos atletas para abrir espaço a um nicho de mercado protagonizado pelos agentes intermediadores. A lei não acabou com o passe, apenas o transferiu dos clubes aos empresários. Antes de a lei ser sancionada, o jogador tinha menos fluidez no mercado; logo o clube exercia controle maior sobre ele. Porém, isto também trazia uma espécie de segurança trabalhista ao atleta que não recebia tantas oportunidades de jogar por equipes expressivas. Com o enfraquecimento financeiro dos clubes, muitos não tiveram condições de honrar a folha de pagamento e tiveram de demitir jogadores, que por sua vez encontravam dificuldades para se recolocarem no mercado. Os grandes craques, a fatia ínfima deste negócio, esses, sim, puderam se leiloar na bolsa global ao oligopólio de clubes que serve como vitrine para os fundos de investimento divulgarem sua mercadoria.

A expansão do mercado da bola, caracterizada pelo surgimento de novos destinos – alguns com pouca tradição no esporte – alcançou o ápice na virada do século. Ucrânia, Rússia, China, Qatar, Dubai, Índia entraram no páreo pelos garotos convencidos a encarar a aventura como um passo determinante rumo à independência financeira aos 30 anos. O sonho de jogar um Fla-Flu no Maracanã lotado está cada vez mais distante no passado. A Europa também está ficando para trás. O presente é a China e a Índia – para onde até os europeus estão migrando. Salários escorchantes em países miseráveis. Um mundo irreal, alheio à realidade, mas conectado à modernização generalizada, à eliminação de barreiras que impeçam a livre e irrestrita circulação de mercadorias (aqui cabe uma analogia com a liquidez do vínculo afetivo que um dia existiu entre jogador e clube) enquanto se impõe a mais rígida e seletiva peneira de imigrantes indesejados, à destituição de valores nacionais e regionais em prol de uma sociedade global para atender 1% da população, na qual se encontra 1% dos jogadores que logrou alcançar um sonho, mas já não enxergam qualquer falha no esquema.

A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever. Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar. Neste novo mundo, o

futebol profissional condena o que inútil, e é inútil o que não é rentável. Ninguém ganha nada com esta loucura que faz com que o homem seja menino por um momento. O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para que se jogue, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia. Por sorte ainda aparece nos campos, embora muito de vez em quando, algum atrevido que sai do roteiro e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho, além do juiz e do público das arquibancadas, pelo puro prazer do corpo que se lança na proibida aventura da liberdade (GALEANO, 2004).

Embora possa transparecer uma visão pessimista da história, foi, sem dúvida, a profissionalização que possibilitou a ascensão social de inúmeros jovens das classes sociais mais baixas. Quando não se jogava por dinheiro, ou seja, a bola rolava por fatores não comerciais, aqueles jovens não vislumbravam trabalhar com o que mais gostavam porque não havia chance da paixão se tornar profissão. Cedo ou tarde, dedicavam-se a outra atividade e o futebol tornava-se um hobby cada vez menos frequente, como aconteceu com os metalúrgicos e funcionários da indústria pesada (GUEDES, 1982), sobretudo depois de constituírem família e terem de buscar um segundo emprego para sustentá-la. O futebol como hobby, não profissional, deixa de ser prioridade e passa a concorrer com outras formas de lazer, principalmente aquelas que envolvem a família.

Ademais, sendo a paixão algo difícil de quantificar, não é correto inferir que o lado profissional tenha anulado os motivos que levariam um atleta na atualidade a defender um time não fossem as cláusulas contratuais. Os goleiros Rogério Ceni e Marcos permaneceram durante toda a carreira no mesmo clube e com eles criaram um vínculo que vai além do profissional. Craques do passado, como Pelé, e os já citados, Zico, Falcão e Sócrates, não deixaram de ser reconhecidos após saírem do país para jogar no exterior, pelo contrário. Eles fizeram por razões profissionais e pessoais. Propiciar à família a experiência de viver no

exterior é argumento antigo para justificar a saída. Naquela época, o futebol já havia se tornado um negócio lucrativo. Os salários eram bem inferiores aos atuais, mas altíssimos se comparado à maioria das carreiras não esportivas, ao menos os praticados pelos principais clubes do país.

Outros atletas que jogaram alguns anos na mesma instituição, mesmo depois da transferência continuam sendo admirados pela torcida pelo fato de terem "honrado a camisa" durante a permanência. Em forma de cânticos nos estádios, os torcedores cobram empenho dos dirigentes para trazê-los de volta, repatriá-los, e caso a hipótese se materialize, recepcionam o ídolo no aeroporto e enchem o estádio na apresentação.

A expressão "vestir a camisa", que começou no futebol e depois alcançou as relações empregatícias corporativas, remete a ideia daquele jogador que se entrega, "não tira o pé", deixa em campo todo o esforço em prol do seu time – valores caros a qualquer torcedor. O status de idolatria, neste caso, não estaria ligado necessariamente a uma passagem vitoriosa pelo clube. Rivelino, um dos maiores ídolos do Corinthians, jamais conquistou um título pelo clube. No Internacional, o zagueiro paraguaio Gamarra talvez não tenha sido um ídolo, mas é constantemente lembrado pela torcida colorada. E não foi o torneio Rio-São Paulo de 2001 que fez com que Luis Fabiano ocupasse um lugar na memória afetiva do torcedor tricolor.

Um fenômeno mais recente são os ídolos de duas torcidas, às vezes, rivais regionais. O exemplo mais concreto é a dupla de ataque tetracampeã mundial: Romário e Bebeto, ídolos de Flamengo e Vasco. Edmundo também alcançou a façanha, mas por clubes de estados distintos (Vasco e Palmeiras) e Zinedine Zidane por times de países diferentes (Juventus e Real Madrid). Contudo, a experiência de trocar de imediato um clube pelo seu maior rival continua sendo traumática para qualquer torcedor, razão pela qual dificilmente o status de ídolo se mantém entre os fãs do antigo clube. Este foi o caso de Luis Figo. O português havia disputado 249 partidas e feito 45 gols pelo Barcelona – ótimo retrospecto para um meio-campista – quando, em 2000, saiu do clube catalão para defender o arquirrival da capital. Situação semelhante ocorreu com Viola, que brilhou no Corinthians de 1992 a 1995, mas quando retornou da Espanha, em 1996, assinou com o Palmeiras e a

reverência por parte da torcida alvinegra cessou. Já Ronaldinho Gaúcho deixou de ser ídolo de um para ser de outro. Revelado pelo Grêmio de Porto Alegre, forçou sua saída para a França. Uma década depois, retornou ao Brasil e - após breve período no Flamengo, onde foi recebido com pompas e por quem jurou amor um ano antes de deixá-lo em litígio judicial referente a salários atrasados – conquistou a devota torcida do Atlético-MG, o time mais popular de Minas Gerais, que desde o primeiro e único título nacional só era protagonista no cenário estadual.

7. Ludismo, conflitos e superstições

> - Como a senhora explicaria a um menino o que é felicidade? - questionou o jornalista.
> - Não explicaria – respondeu Dorothee Sölle – Daria uma bola para que jogasse.

O diálogo acima, extraído do livro "Futebol ao Sol e à Sombra", do escritor uruguaio Eduardo Galeano (2013), traduz de uma forma simples a impressão do autor sobre o esporte que ele tanto amava. Neste livro, Galeano trata a paixão genuína como o alicerce principal do futebol, mesmo numa era em que o jogo parece ter se tornado mais um título de capitalização. Se a paixão tivesse acabado, os estádios não lotariam e as manifestações públicas teriam cessado – o que não é verdade, embora já não tão rotineiro.

O esporte nasce como uma atividade festiva, esporádica, contrastante com as obrigações do trabalho. O trabalho disciplina; a festa, contagia, exagera. O trabalho é racional, garante o sustento familiar. A festa é ritualística, subverte a razão e explora sentidos. Não à toa, o futebol é comparado com constância ao Carnaval. Torcidas copiam sambas e enredos das escolas de samba. Analogias do gênero "se você pensa que cachaça é água... se você pensa que o Flamengo é sopa; ô balencê, balancê, escute o que vou te dizer: é festa da raça, pague pra ver..; é festa, é festa na favela" são muito comuns nos estádios. Em São Paulo, algumas dessas escolas nasceram dentro das torcidas organizadas, como a Gaviões da Fiel, Dragões da Real e Mancha Verde.

Não é casual também que o futebol caminhe de mãos dadas com a fé, afinal se é da natureza do jogo o imprevisto e o imponderável, não pode haver surpresa com a dose de credulidade e supertição dos jogadores. Em 1968, atletas do Náutico foram vistos preparando um despacho na véspera da final contra o Sport. (SHIRTS, 1982, p.92). O Fluminense apelou ao Papa João Paulo II durante a cobrança de pênaltis na final do campeonato carioca de 1980 – o pontífice visitara o Rio de Janeiro no mês anterior a decisão. Não é possível afirmar se houve ou não intervenção divina naquela data, mas o Fluminense sagrou-se campeão, e desde então a torcida tricolor pede a benção a João de Deus no Maracanã.

É bastante freqüente a ida de jogadores a igrejas na véspera de duelos importantes. Muitos padres são adeptos ao futebol e não enxergam pecado em atender às preces. Os treinadores Cuca e Antônio Lopes são católicos fervorosos e em mais de uma ocasião atribuíram o mérito da vitória a Deus, além de já terem sido flagrados de joelhos, olhos fechados, com o crucifixo nos lábios ou o terço entrelaçado no punho nos momentos cruciais da decisão. Paulo Machado de Carvalho, chefe da delegação brasileira nas duas primeiras conquistas, em 1962, vestiu o paletó que dera sorte em 1958 e mandou importar o cachimbo sueco que fumara no dia anterior ao confronto contra a anfitriã.

Alguns argentinos atribuem a escassez de títulos nos últimos anos a uma promessa descumprida em 1986, quando membros da delegação comprometeram-se a caminhar até Misiones, no nordeste do país, e louvar o santo local, caso a conquista se concretizasse.

Fenômeno mais recente é o aumento no número de jogadores que se converteram à religião evangélica. Pesquisa do UOL (2013) revela que eles já são a maioria no Brasil. Alguns deles são vistos após as partidas com camisas que trazem mensagens de cunho gospel. É o caso de Kaká, Thiago Silva, Lúcio e Gilberto Silva. Outros aparentemente trocaram a vida boêmia pela espiritual: Luisão, Diego Tardelli e Marcelinho Carioca. Há ainda aqueles que fizeram da crença uma segunda profissão: Ricardo Oliveira e Zé Roberto.

Foi dentro do universo arbitrário que surgiu o esporte e a arte. Atividades que, dizem os materialistas, alienam o homem. Entretanto, nas palavras de Da Matta (2006, p. 60), "sem arte, vinho e música, sem os esportes e os jogos, os homens não sobreviveriam. Pior que isso, não seriam verdadeiramente humanos. Pois o que nos distingue dos brutos é precisamente essa capacidade de poder praticar o que não é objetivo, nem produtivo ou muito menos necessário, como o jogo e o ritual".

Se pararmos para pensar, é notável a rapidez com que o futebol se popularizou em um espaço tão curto de tempo no Brasil. Recordemos que três dos quatro grandes times do Rio de Janeiro – Flamengo, Vasco e Botafogo – nasceram como clubes de remo, pois era este o esporte mais popular do país até o final da primeira década do século XX, e não mais de vinte anos depois, bastaria um passeio a pé para perceber

a emersão dos campos de futebol na paisagem urbana pelo país afora. Na ausência deles, ruas sem saída e terrenos baldios o substituíam.

Quando Ângelo Mendes de Morais, ex-prefeito do Rio, mandou construir, em 1948, o maior estádio do mundo e ultimou os jogadores a conquistar a Copa em nome da honra nacional, meninos já viravam a noite batendo bola na praia e improvisavam traves com pedras ou chinelos no asfalto, na medida em que contavam, claro, com a complacência dos nostálgicos motoristas que admiravam aquelas travessuras inocentes. "No gramado de um jardim público, no canto de um terreno baldio ou no meio da rua, com dois pedaços de pau e uma bola de meia surge um campo, onde, tarde após tarde, bandos de garotos jogam ventura e desventura, em partidas que parecem não querer terminar", dizia Vogel (1982, p.77).

São muitas as tentativas de explicar o futebol enquanto fenômeno social transformador. São inúmeras as teses que buscam compreender as razões pelas quais ele se tornou tão popular no Brasil, na América Latina, na África e na Europa. A maioria delas recai sobre o caráter simples da sua prática. Como destacado anteriormente, trata-se de um esporte com poucas regras (dezessete) de fácil entendimento, muitas das quais se aplicam a situações específicas de uma partida oficial – portanto, não impedem um jogo na rua de transcorrer sem impedimentos. Vogel afirma que todos podem gostar de um jogo que apresenta infinitas possibilidades de expressão a partir de um inventário relativamente reduzido de recursos e regras. "Os meios e os fins são claros e as condições do desempenho todos compreendem – o que deve ser feito e como deve ser feito. Apenas a execução da partitura corre por conta de cada um e tem como instrumentos corpo e alma, devidamente preparados". (VOGEL, 1982, p.79).

Já Da Matta (2006, p.117) atenta para outro fato. Esportes praticados com os pés são imprecisos enquanto os com as mãos indicam apreço à precisão, exatidão e previsibilidade, características de uma sociedade que cultua a racionalidade científica, como a americana, não a brasileira. No capítulo XI de "Sobrados e mocambos", Gilberto Freyre associa o pé pequeno do mulato brasileiro a sua habilidade no samba e na capoeira. "Samba que o levava para dentro do sistema como

dançarino alegre, capoeira que sinalizava seu lado rebelde", acrescenta Da Matta. Ambos, segundo Freyre, relativos ao futebol "dionisíaco" – "esse instrumento privilegiado de ascensão do negro e do mulato dentro da sociedade brasileira", conclui. A semelhança entre futebol e samba é inversamente proporcional. Enquanto o primeiro surgiu na elite e ganhou o povo, o segundo seguiu o caminho inverso. (Gonçalves, 2010). Para Franco Hilário Júnior, o samba tem muito a ver com a forma com que o brasileiro se comporta em campo, no vai-e-vem ofensivo, nos dribles improvisados e até mesmo na maneira com que às vezes se tenta ludibriar o árbitro em benefício próprio, assim como se percebe os passos do tango no jogo argentino de toques curtos e muita movimentação. O fato é que esse jogo britânico do "pé na bola" foi reinterpretado no Brasil como a arte da "bola no pé", o que mudou tudo. Num caso a bola é um atrapalho a ser rebatido, despachado ou chutado com o pé que, afinal, foi feito para isso mesmo; no outro, entretanto, descobre-se uma afinidade inusitada entre o pé e a bola que agora tem com esse pedaço do corpo humano uma séria atração que é uma das marcas mais importantes do futebol brasileiro. (DA MATTA, 2006, p.157)

Times que de antemão não demonstram a mesma habilidade que a do rival, ainda assim podem derrotá-los. Isso ocorre até com certa freqüência, e é justamente por propiciar que ocorra que a fábula Davi versus Golias evoca sentidos. No jogo com os pés, há muitas probabilidades e incertezas. Todos sabem que ninguém pode ser campeão de todas as competições. Mas é sempre cativante ver um time pequeno, uma nação flagelada, derrotar a tradição e a pretensa superioridade. O camaronês Roger Milla disse certa vez que o "futebol é o que permite a um pequeno país tornar-se grande".

De fato, as surpresas apelam não apenas à sorte, mas ao denso espaço interno de uma modalidade que dentre todos os esportes modernos foi a que mais preservou a característica de "jogo". "Quer dizer, de todas as modalidades lúdicas que se transformaram em esporte, plenamente integradas ao universo capitalista e de espetáculo de massa, o futebol foi a que mais preservou a dimensão de uma incerteza que irradia o drama e a excitação que todos pagamos para ver", pontuou Da Matta.

É claro que isso também acontece em outros esportes, mas no

futebol a freqüência é maior porque os aspectos extracampo atenuam diferenças qualitativas entre os competidores, além de permitir que outro elemento assuma sua importância na partida: a sorte. Outra vez, a sorte não é uma exclusividade do futebol, ela exerce sua influência em outras modalidades, mas é no futebol em que ela costuma interferir de modo cabal – "daí a sua imediata ligação com crenças religiosas, algo muito mais raro de ocorrer quando se trata de modalidades esportivas como o voleibol, a natação e o atletismo que são esportes com uma menos dimensão aleatória", afirma Da Matta. (2006, p.155).

Não obstante, ainda prevalece no meio futebolístico um discurso que a encara com desprestígio. Prega-se que vencer por sorte é menos meritocrático do que por esforço, como se existissem duas modalidades de vitória paralelas. O erro neste tipo de interpretação é ignorar os múltiplos significados que emanam da sorte, do acaso, do inusitado – aspectos inerentes ao jogo sem os quais inexistiria emoção, o maior atrativo do esporte.

Ora, sabemos que esses fatores são corriqueiros no futebol. Não se pode assumir ausência de mérito em uma jogada na qual o jogador tenha efetuado um arremate de fora da área com o intuito, obviamente, de marcar o gol, mas que no trajeto a bola desvie, digamos, em um atleta do time rival, e com isso engane o arqueiro que se posicionava para defender. Se o desenlace desta jogada é o gol, é a sorte dando às caras, o que não impede, de maneira alguma, o atacante de comemorar e pleitear créditos pelo tento. Mas se a bola bate na trave e sai, isso também é obra da sorte, e neste caso a equipe rival pode respirar aliviada e agradecer ao acaso, porque isso, de fato, é obra do acaso. Ninguém jamais poderia prever o que aconteceria. Nenhum computador. Nenhum software. Nenhum aplicativo. Nada e nem ninguém. Se este caráter incerto for anulado no futebol, o jogo tornar-se-á inevitavelmente sem graça.

A sorte é uma virtude. É bom tê-la em qualquer situação. No jogo e na vida. Ela decide partidas, campeonatos e torna as brincadeiras mais divertidas. Não saber o desfecho de um jogo é o motivo por que ele é interessante. A ansiedade que antecede ao confronto faz parte do universo emocional do futebol. É um clima angustiante do qual os envolvidos não abrem mão e

que alimenta a imprensa na véspera com as mais variadas pautas.

Não faz muito sentido assistir a uma partida, seja em que esporte for, cujo resultado é sabido desde o início. Por suposto, duelos memoráveis podem ser reprisados, o que ocorre quando a parte interessada revive glórias antigas, enquanto o lado derrotado preferiria esquecê-las ou relembrar apenas das suas próprias alegrias. O passado é uma disputa entre saudosistas que têm certeza de qual história foi mais bonita – um rito compartilhado pelos fãs e natural ao ato de torcer, notável nas discussões infindáveis cujo propósito não é, nem nunca foi, mostrar quem tem razão; jogos não são objetivos.

Outro fator que contribuiu com o nivelamento no futebol é o empate. Nos quatro principais esportes americanos (futebol americano, basquete, beisebol e hockey), todos jogados com as mãos, o empate é muito raro. Isso tem em parte a ver com o espírito do seu povo, que, grosso modo, não admite que uma competição possa terminar sem vencedor.

O esporte nos EUA é antes de tudo espetáculo. Um modo de produção de massa no qual se pode, é verdade, desabrochar talentos incríveis, mas cujo intuito-mor é fabricar negócios. Tudo gira em torno do dinheiro. É uma concepção naturalizada, o próprio torcedor tem em mente esta ideia clara. O extracampo é uma atmosfera envolvente voltada para o público consumidor. Só quem consome participa da festa. O que ocorre em campo é um pretexto para promover tal forma de envolvimento calcada não no emotivo, mas no gasto.

Talvez isso demonstre por que a relação do brasileiro com a sua seleção seja mais emotiva do que a do americano com a sua, embora ultimamente os brasileiros tenham se distanciado um pouco do escrete nacional e já não ostentem com o mesmo orgulho a amarelinha das cinco estrelas, muito em função das atuações na contramão do gênero que a consagrou e que o povo aprendeu a delirar; vitórias burocráticas justificadas pelo discurso modernista de que o futebol mudou e já não se pode jogar bonito. Ainda assim, não há nenhuma mobilização esportiva nos EUA capaz de levar milhões de pessoas às ruas como faz a Copa do Mundo na América Latina. O Super Bowl lota os bares, ambientes privados. Na Copa do Mundo, o carnaval é na rua, público.

O americano enche as arenas para prestigiar o seu time, que é uma franquia, tem donos, acionistas. As grandes seleções norte-ameri-

canas de basquetebol, apelidadas de dream team com razão, empolgaram gerações de fãs, mas de uns tempos para cá os EUA sequer selecionam os maiores talentos para as competições internacionais, talvez porque a superioridade na modalidade seja gritante a ponto de alcançar sucesso sem que para isso tenha de contar com os melhores jogadores.

São os atletas individuais que fazem a bandeira americana ser erguida nas olimpíadas. Em esportes coletivos existe um código de relações, de tabelas, de intuições, no qual cada jogador se esforça para suprir eventual deficiência do companheiro. Ele permite uma equipe vencer com falhas – ideia inaceitável em um sistema que visa a perfeição e demoniza erros.

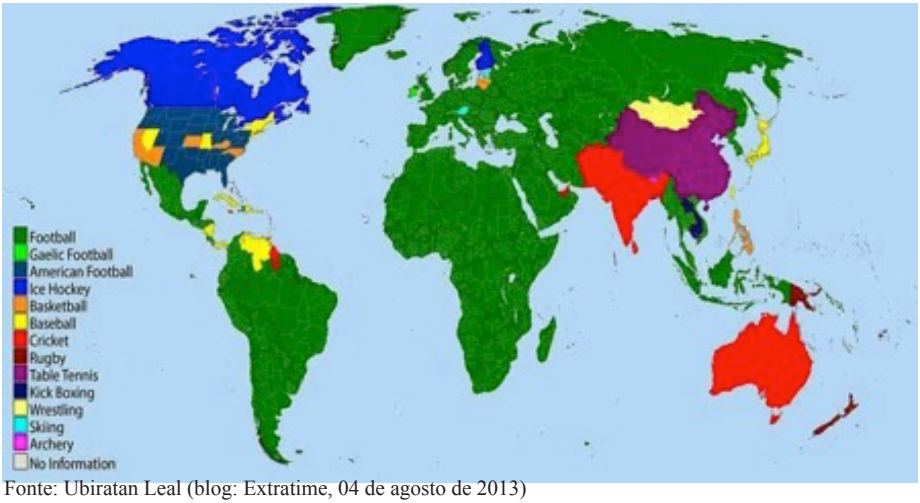
As temporadas regulares das grandes ligas nacionais são longas e os desníveis técnicos entre as equipes, nítidos. Tem-se em mente desde o começo quem serão os classificados. Há surpresas, mas são pouco recorrentes. A emoção está nas séries eliminatórias, os playoffs, onde o equilíbrio é maior. Às vezes, o equilíbrio é realmente grande, e são justamente esses os melhores jogos. O bom desempenho nessas quatro modalidades exige precisão, disciplina tática, estratégia, obediência às regras e planejamento – típicas características da cultura americana. O princípio do trabalho árduo como chave do sucesso faz parte do universo esportivo de um modo geral, mas o futebol brasileiro parece ter se desgarrado um pouco dele. No Brasil, as virtudes que despertaram o imaginário popular são, de certa forma, antíteses das americanas.

O futebol exige que o jogador seja hábil para se adaptar às situações imprevistas. Situações impossíveis de terem sido calculadas e cujas soluções não têm a ver com estratégia, mas com o improviso, com o drible, com a capacidade de descobrir soluções no momento em que o problema se apresenta. Este tipo de habilidade espontânea é valorizado pelo brasileiro, assim como os elementos não associados ao trabalho – sorte e acaso – tão presentes no futebol. A ideia de que é preciso se esforçar muito para conquistar algo é confrontada por um estilo de jogo que cultua a diversão, o mover das cadeiras, o vai-e-vem das coxas, a artimanha, o lençol, a caneta. É como se o sacrifício no Brasil tivesse menos apego. Aqui, não é demérito vencer sem esforço. Trabalha-se muito, mas também se faz pouco caso dele. Diz-se que a vitória vem

do talento. Talento não se aprende, e é ele, o talento, que impede o dinheiro de determinar o placar dos jogos. Claro que o dinheiro pode cooptar talentos, e com freqüência o faz, mas sempre há espaço para outros talentos não revelados despertarem e acabarem com as certezas.

É óbvio que o Brasil também produziu campeões individuais. Na natação, no tênis, no judô, na Fórmula 1. Verdadeiros orgulhos nacionais. Mas poucos foram capazes de promover tamanho investimento emocional quanto o futebol. Isso se deve a uma visão antiga que fazemos de nós mesmos, na qual se crê que no Brasil o futebol é bem mais do que esporte. É uma imagem que exportamos e da qual nos orgulhamos, assim como foi o café, a malandragem, a MPB, as praias e o carnaval.

Outro fato curioso é o fascínio dos americanos por cálculos e estratégia. Uma partida de futebol americano – esporte que apenas eles praticam – revela o nível de complexidade revestido em informações que não cessam. Dados relativos a regras, estatísticas, retrospectos e situações simbólicas do tipo: o que aconteceu naquele instante preciso, há sete anos, na décima nona vez que os times se enfrentaram em uma semifinal de conferência – compõem a natureza da disputa territorial análoga à guerra, que talvez por isso desperte tanto interesse entre eles. O futebol no resto do mundo é muito mais simples, o que ajuda a explicar por que ele não tenha se popularizado em nações com maior interesse por códigos complexos de disputa.



Fonte: Ubiratan Leal (blog: Extratime, 04 de agosto de 2013)

O paradoxo simplicidade versus complexidade pode parecer uma forma simplista de compreender como um esporte se propaga em cultura e não em outra, mas faz bastante sentido. Vimos que o imperialismo exerceu influência neste aspecto, uma vez que a prática de modalidades na colônia trazidas pela metrópole era bastante comum. Por outro lado, a forma com que cada uma dessas colônias recebeu tal influência, esta, sim, variou. O críquete e o rugby – dois esportes britânicos – foram bastante aceitos na Oceania, mas apenas o primeiro foi incorporado à cultura da Índia e do Paquistão.

É interessante observar que países vizinhos tendem a compartilhar interesse pelo mesmo esporte – o que possibilitou a criação de ligas continentais envolvendo tanto clubes quanto seleções. É o caso da UEFA Champions League, da Taça Libertadores da América, das Eliminatórias para a Copa do Mundo e da NBA, NHL e MLS – estas três últimas reúnem equipes americanas e canadenses -, embora seja curiosa a pretensão com que a MLS (Major League Beisebol), torneio disputado apenas na América do Norte, refira-se à final do torneio: World Series.

É evidente que cada nação preserva traços culturais singulares – entre eles o esporte. Por exemplo, a paixão nacional na Venezuela, assim como nos seus vizinhos caribenhos, é o beisebol, e não o futebol, como no restante da América do Sul. O hóquei no gelo é o favorito dos canadenses e, embora muitos americanos gostem da modalidade, ela certamente não é a mais querida naquele país.

Os países do leste europeu, assim como os escandinavos, dividem suas atenções entre hóquei no gelo e futebol, adequando seus gostos conforme as estações do ano: no inverno, hóquei; no verão, futebol. Na Finlândia, predomina o hóquei; na Dinamarca, o futebol. Na Suécia, equivalem-se. Na Rússia, República Tcheca e nos Bálcãs o futebol é bastante difundido e organizado. As partidas são transmitidas em tevê aberta e no verão os jovens são vistos batendo pelada nos parques públicos. No entanto, o hóquei permanece como o esporte nacional – a exceção da Lituânia, onde o basquete detém a predileção popular - talvez devido ao êxito dos jogadores soviéticos nascidos no país nas décadas de 60 e 70.

Nada mais uniforme, porém, do que a preferência dos africa-

nos. A despeito da enorme diversidade étnica, demográfica e socioeconômica na África, e não somente entre mediterrâneos e subsaarianos, o futebol é o esporte mais popular em todo o continente, da Argélia a Botsuana, do Senegal a Somália. Com exceção do Zimbábue, eliminado pela Fifa[11], as demais 53 nações do continente, todas filiadas a Confederação Africana de Futebol (CAF), disputam a mais seletiva eliminatória mundial, da qual apenas cinco países se classificam para a Copa.

Na África do Sul, o rúgbi é o esporte mais bem-sucedido. O time nacional é um dos melhores do planeta e já conquistou dois títulos de Copa do Mundo (1995 e 2007) com elencos formados majoritariamente por atletas brancos. Mas repare que êxito e popularidade nem sempre caminham de mãos dadas. A despeito do sucesso do rúgbi, é o futebol o esporte mais popular entre os negros – 80% da população (autodeclarada) sul-africana. (Wikipédia e The Economist). O rúgbi é jogado nas Universidades; o futebol, em Langa e no Soweto.

Na Europa e na América do Sul, onde o fenômeno não se repete na totalidade, mas em larga abrangência, o esporte se faz presente nos estádios, nas calles e no coração dos torcedores que o elevam a quase um ritual religioso. Sobre este aspecto, no que tange as particularidades da América Latina, onde, outra vez, vale ressaltar que cada nação preserva seus costumes próprios, percebe-se, todavia, uma congruência comportamental entre os torcedores sul-americanos que pode ser explicada pelo imaginário em torno daquilo que se concebeu como "alma latina". E há uma semelhança incrível entre esses torcedores no sentido do quão intenso o futebol, como lazer ou no ato de torcer, responde aos seus anseios, preenche suas frustrações, alivia tensões e ecoa um conjunto de signos latino-americanos presentes nas canções e festas populares. Poucas coisas na América Latina ocorrem sem que tenham relação direta ou indireta com o futebol. "Festa compartilhada ou compartilhado naufrágio, o futebol ocupa um lugar importante na realidade latino-americana, às vezes o mais importante, ainda que ignorem os ideólogos que amam a humanidade e desprezam as pessoas" (GALEANO, 2004, 212).

O futebol aceita o erro. Ele não tem a pretensão de ser perfeito – daí seu receio à tecnologia, salvo algumas interferências pontuais. No jogo em si há um consenso de que nada deve ser pré-definido, de que tudo

seja decidido em noventa minutos. “Por mais que os tecnocratas o programem até o mínimo detalhe, por muito que os poderosos o manipulem, o futebol continua querendo ser a arte do imprevisto. Onde menos se espera salta o impossível, o anão dá uma lição ao gigante e o negro mirrado faz de bobo o atleta esculpido na Grécia”, dizia Galeano (2004, p. 204).

O treinamento, por mais necessário e eficaz que seja, aos olhos do torcedor nunca terá o brilho de um drible desconcertante porque o talento natural na cultura brasileira é mais valorizado do que a disciplina.[12] Romário e Edmundo debochavam dos treinamentos, cochilavam na preleção e arrebentavam nas partidas. Foram ídolos. Torcida e imprensa os adoravam pelas suas jogadas e entrevistas nada ensaiadas.

Contudo, o futebol moderno tem deixado de lado o irreverente, o improviso e a surpresa em nome da tática, da organização e do discurso tecnológico alinhado ao modelo capitalista norte-americano. As comissões técnicas insistem em premeditar, antever e simular situações de jogo visando eliminar erros que cedo ou tarde voltarão a acontecer. Os comentaristas copiam as análises dos seus pares saxões recheadas de estatísticas e prognósticos. São indícios de um movimento que visa tornar o futebol previsível, racional e chato.

Os meios de comunicação tiveram um papel importante para a disseminação do futebol enquanto fenômeno de massa, mas ele já era assunto nas ruas muito antes da Copa ser irradiada. O recurso do “replay” potencializou a discussão que sempre existiu entre os torcedores.

Não é novidade, minutos após o final do duelo, os especialistas reprisarem os lances decisivos. Eles os fazem repetidas vezes e emendam comentários rebatidos pelos colegas, iniciando uma discussão que se estenderá ao longo da semana nos bares, padarias, praças, açougues, pátios escolares, escritórios, armazéns, peixarias e demais estabelecimentos onde os torcedores gostam de expor opiniões e trocar provocações.

Agora, a cada erro de arbitragem reacende o debate sobre o uso da tecnologia no futebol, um dos poucos terrenos da vida em sociedade nos quais ela não interferiu por completo. Se um árbitro precisa recorrer ao computador para acabar com o impasse de um lance duvidoso, como ocorre sucessivas vezes na NFL, o fluxo natural da partida é interrompido, abrindo espaços na transmissão para anúncios publicitári-

os inconvenientes. Implicaria também na diminuição da autoridade do árbitro, uma vez que caberia à máquina julgar os lances polêmicos. Não é a tecnologia a favor da arbitragem, é a tecnologia retirando a prerrogativa do árbitro, anulando-o. Imagine se o juiz delegasse a uma central de comando o poder de decidir quanto à marcação de um pênalti; determinar se a bola entrou ou não; se o jogador caiu ou foi derrubado; se o gol deveria ter sido anulado. Se assim fosse, qual função lhe restaria em campo? Correr atrás dos atletas e deliberar sobre jogadas menores.

Não bastassem os quinze minutos de intervalo, os alambrados e uniformes cobertos de anúncios, naming rights comprando a identidade dos estádios, a torcida receberia outras sessões comerciais nos segundos de dúvida até o computador concluir o que se sucedera na jogada. Depois, não haveria xingamentos, ofensas, reações espontâneas e acaloradas ou contestações, afinal, não haveria erro. Haveria conformismo, silêncio, introspecção.

Ecoam no futebol moderno argumentos sobre como a modalidade deveria aprender com as demais. Questionamentos do tipo "se vôlei e tênis permitiram o uso da tecnologia, por que o futebol resiste?". Tal argumentação ignora as peculiaridades de cada esporte e assume de antemão o eventual efeito positivo que a tecnologia traz. Ao que tudo indica, no entanto, as diferenças entre as duas maneiras de se jogar - a precisa, com as mãos, e a improvisada, com os pés - continuarão existindo enquanto a ideia de aceitação ao erro prevalecer frente à racionalização generalizada.

Há ainda um aspecto interessante intrínseco ao jogo que é o tempo. Em determinados momentos de uma partida, como nas penalidades máximas, a sensação é de que o tempo foi suspenso nos segundos que antecedem a cobrança. Este instante é, sem dúvida, o mais antagônico do futebol. Os dois lados aguardam o desfecho da jogada que provocará invariavelmente reações opostas nas equipes, sobretudo se o jogo estiver empatado ou se a cobrança significar o empate de quem perdia.

O conceito de cultura, tão diverso e difuso, aplica-se ao jogo nas ruas, na terra, na roça, nas quadras escolares, nos ginásios bem e malcuidados e nos campos da várzea. O futebol transcende divisões sociais, raciais e ideológicas pelo seu caráter original, simplista e inclusi-

vo, mas, sobretudo, por conter um elemento humano intrínseco à arte e à cultura: a paixão. É justamente contra esta paixão que a tecnologia age, porque ainda não se inventou uma forma de equalizar o racional e o emotivo; são forças dicotômicas, é natural uma se sobrepor à outra, e no caso do futebol, pelo menos no imaginário do torcedor latino, a despeito da vontade de quem lucra com ele, o segundo subverte o primeiro.

Acima do futebol, está a lenda. Uma estranha magia se impõe ao esporte. E o jogo se transforma em saga, desperta paixões, cria mitos, heróis, glórias e tragédias. Exaltado pelas multidões, criou em seu lado sombrio um mundo à parte que envolve poderosíssimos interesses políticos e financeiros. Mas nada se sobrepõe ao encanto desta "festa pagã" (GALEANO, 2004, p.02).

Paixão demonstrada na várzea por uma massa de trabalhadores, membros do dito "povão", que não abrem mão do passatempo de domingo. Os jogadores disputam a bola no campo de terra batida enquanto os familiares batem papo no lado de fora. O juiz apita e eles trocam as camisas. Alguns vibram mais que os outros, mas logo se vê os vencedores confraternizarem com os rivais. A existência e o fortalecimento desta amizade devem-se ao usufruto daquele campo compartilhado, sempre aberto a novos participantes – um espaço que transcende a mera questão do lazer para alcançar as mais variadas formas de interação social, como observou Alba Zaluar: "o processo vivo de suas hesitações, dúvidas, conflitos, idas e vindas às tradições populares, avanços e recuos diante da dominação não pode ser captado numa estrutura objetiva da qual fossem inteiramente inconscientes. Ele supõe a capacidade de distanciamento, embora limitada, dos próprios agentes. Nem as variações que encontrei a respeito de suas concepções sobre o trabalho, a pobreza, a política etc. podiam ser isoladas e dissecadas fora desse extenso diálogo que travam entre si nas ruas, nas praças, nas biroscas, nas casas e que gostam de chamar animadamente de "troca de ideias" (ZALUAR, 1985, p. 31).

Futebol e pátria caminham lado a lado, e com freqüência políticos e ditadores usaram esta aproximação para afirmar vínculos de identidade. Na década de 30, os regimes totalitários alemães e italianos buscaram através do esporte unificar o povo – caminho pelo qual

Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e os presidentes militares também trilhariam no Brasil. A azurra conquistou os mundiais de 34 e 38 em nome da Itália de Mussolini. Os jogadores iniciavam e terminavam as partidas saudando o público com a palma da mão estendida. (Galeano, 2004, p.42). As Olimpíadas de Berlim, patrocinada por Hitler em 1936, foram uma tentativa de provar a superioridade alemã frente às demais nacionalidades. Anos mais tarde, os jogadores do Dínamo de Kiev derrotaram a seleção de Hitler em plena ocupação alemã na Ucrânia. Haviam sido avisados: "Se ganharem, morrem". Entraram em campo dispostos a perder, mas foram tomados por uma súbita dignidade. Terminada a partida, os onze foram fuzilados ainda de uniforme no corpo.

Na véspera da final contra o Uruguai em 1950, a seleção deixou a tranquila Caso dos Arcos, no bairro de Joá, para se concentrar em São Januário, onde foi bajulada por políticos que queriam ser fotografados ao lado dos futuros campeões. (PERDIGÃO, 1986). Quatro anos depois, na Suíça, após a eliminação nas quartas de final para a Hungria de Puskas, Kocsis e Czibor – partida que ficaria conhecida como "Batalha de Berna" devido às três expulsões e ao jogo "truculento" dos dois lados - árbitro brasileiro Mário Vianna, que havia apitado uma partida da competição, acusou no microfone de uma rádio um suposto complô comunista a favor dos húngaros. O comunismo voltaria a ser lembrado na Copa de 70, dois anos depois da Primavera de Praga eclodir no leste europeu. Na ocasião, logo no início da partida, ainda na fase de grupos, o centroavante tcheco Petras ajoelhou-se e fez o sinal da cruz para comemorar o gol contra o Brasil. No dia seguinte recebeu um telegrama advertindo-o pelo gesto. A Tchecoslováquia, então comunista, portanto, em suma, um país ateu, proibia manifestações públicas religiosas (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Em 1962, na recepção acalorada da equipe bicampeã mundial no Rio, Garrincha, o craque daquela edição, foi recebido com honrarias pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Impossível não deixar de notar a contradição no encontro. Como bem descreveu Paulo Francis, um era o oposto do outro. O homem do povo que carregava os valores de uma identidade nacional recém-construída, calcada na informalidade, no sorriso e na artimanha do deboche genuíno ao adversário,

era a antítese do político reacionário que se curvava ao gringo, à repressão e ao retrocesso complexo de vira-lata, na contramão do que se consolidava na figura do humilde anjo de pernas tortas que deixara a vida simples da pequena Pau Grande para conquistar o mundo na Escandinávia.

Dicotomias futebolísticas. Em 1934, enquanto Bolívia e Paraguai se aniquilavam na Guerra do Chaco, disputando um ponto desértico no mapa, a Cruz Vermelha paraguaia montou uma equipe de futebol que excursionou pela Argentina e Uruguai arrecadando fundos para atender vítimas de ambos os lados no confronto. A excursão santista em 1969 ao Congo, ainda sob colonização belga, fez com que os grupos Kinshasa e Brazzaville interrompessem temporariamente o conflito para que o país pudesse ver de perto Pelé, Edu, Toninho Guerreiro e Cia. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.40). Santos que, quatro décadas antes, havia proposto leiloar todos os troféus para arrecadar fundos para a Revolução Constitucionalista de 1932.

A Arena, partido oficial da ditadura, intervinha no futebol de diversas maneiras. Uma das mais conhecidas era a inclusão de equipes de pouca tradição no campeonato nacional. Estes times vinham normalmente de lugares onde a popularidade do regime estava afetada – daí a expressão: "aonde a Arena vai mal, um time no nacional". Um dos vultos pró-redemocratização que surgiram nos últimos anos do período militar foi o movimento liderado por Sócrates, Zenon, Wladimir e Casagrande conhecido como "Democracia Corinthiana" (1982-1984). Apesar do movimento não ter logrado restabelecer eleições diretas no Brasil, foi um marco dentro de uma instituição popular inserida no contexto de um esporte que o regime manipulava e em um meio bastante hierarquizado e conservador. Sócrates tinha proposta para jogar na Itália, mas prometera não deixar o Brasil caso a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada, o que não ocorreu, retardando o direito da população brasileira escolher o seu representante via voto direto. O ídolo do Timão dizia ser possível transformar a sociedade através do futebol. "É o único meio, penso, que pode acelerar o processo de transformação da nossa sociedade porque é a nossa maior identidade cultural. Todos entendem de futebol. De política, nada" (SÓCRATES; GOZZI, 2002, p.58).

Em 1930, era disputada a primeira edição da Copa do Mundo,

pouco glamourizada, com apenas oito participantes, muito antes deste torneio se tornar o símbolo máximo da disputa esportiva internacional. Prejudicados por um racha entre as federações carioca e paulista, que polarizavam o futebol nacional, alguns dos melhores jogadores da época não foram convocados e o escrete canarinho decepcionou no Uruguai.

Menos de uma década depois, porém, após nova derrota na Itália, em 1934, a história seria outra. Em 1933, o profissionalismo se efetivava e o torcedor se deslumbrava com os mais natos talentos dos gramados. Nascia um novo estilo. Toques refinados, controle da bola, apreço ao ataque. Nele, até beque era craque.

Domingos da Guia, o "Divino Mestre", inaugurou a escola de zagueiros habilidosos, que pediam a bola e saíam para o jogo, ao invés de se livrar dela "a todo custo para não comprometer". Rompia-se com o velho antagonismo de que raça e técnica pertenciam a universos paralelos; do drible como atributo exclusivo do atacante e com a imagem do zagueiro "bronco".

Domingos e Leônidas, o "Diamante Negro", os craques que levavam pequenas multidões aos estádios cariocas, comandaram a primeira seleção brasileira a ser lembrada em mundiais. Perdeu na semifinal para a Tchecoslováquia, é verdade, numa partida em que Leônidas fora impedido de atuar pela CBD – decisão que surpreendeu público e crítica e cuja explicação ventilada deve-se ao ranço étnico nutrido pela instituição, e fortemente presente na sociedade brasileira, como bem detalhou Mário Filho no clássico "O negro no futebol brasileiro". Se a derrota foi atribuída à ausência de Leônidas, o craque retornava ao país nos braços da torcida e com o prêmio de artilheiro do campeonato. Era a consagração de um talento natural, talvez do maior jogador que o mundo já vira desde Friederich. "Nos anos 30, o Brasil cria aquilo que somos até hoje", afirmou certa vez Leonel Kaz.

Abro parênteses nesta narrativa para breve explanação – breve, pois receio fugir ao tema e faltar espaço para aprofundá-lo – sobre a participação das mulheres no universo futebolístico, pois, ao contrário do que muito se propagou, ele não é e nem nunca foi exclusividade dos homens. Durante a primeira guerra mundial (1914-1918), enquanto os homens guerreavam, o futebol feminino cresceu bastante na Europa

devido à inserção das mulheres na indústria pesada. A equipe Dick, Kerr´s Ladies, formada por funcionárias da fábrica Dick, Kerr & Co. passou a atrair um público grande nos jogos beneficentes depois de derrotar a equipe masculina da companhia. Em 1920, Lily Parr chegou à fábrica com 14 anos e logo se juntou ao elenco das Ladies. Marcou 40 gols na temporada de estréia. Naquele mesmo ano ela disputaria o primeiro jogo internacional contra um combinado francês. Parr jogou no time feminino da fábrica até 1951, quando se aposentou. Faleceu em 1978 em função de um câncer de mama. Considerada uma das melhores jogadoras de todos os tempos, foi homenageada em 2002 pela English Football Hall of Fame – única mulher a receber a honraria – e seu nome batiza um torneio amistoso anual organizado pela comunidade LGBT na Inglaterra (OLIVEIRA, Onze Ideal, 2011).

Ao contrário do que ocorreu com os homens, o futebol feminino no Brasil surgiu entre as classes pobres, já que a elite conservadora recriminava a prática entre mulheres. O primeiro registro de garotas batendo bola data de 1921 em uma festa de São João (MAGALHÃES, 2010, p.143). A modalidade cresceu vertiginosamente entre as décadas 70 e 80, em consonância com o movimento feminista que buscava com os próprios méritos rechaçar o rótulo de "sexo frágil".

Nos anos 80, o futebol feminino foi institucionalizado no Brasil. O time mais conhecido da época era o Radar, que chegou a excursionar pela Europa promovendo o talento das jogadoras brasileiras. Em 1988, o time carioca entrou em decadência e as garotas só voltariam a despertar o interesse de dirigentes três anos mais tarde, quando foi formada a seleção nacional que disputaria o mundial da China. Em 1996, o futebol feminino foi incluído na lista de modalidades olímpicas. Desde então o Brasil teve gerações fantásticas de jogadoras. Cristiane, Formiga, Fabiana, Rosana, Pretinha, Kátia Cilene, Marta, entre outras, conquistaram três títulos pan-americanos (2003, 2007 e 2015), duas medalhas olímpicas de prata (2004 e 2008) e um vice-campeonato mundial (2007) – resultados mais que expressivos para um país que há pouco tempo não tinha um campeonato nacional.

8. Várzea Saudosa

19º. Sexta-feira, maio de 2000. Dia típico do outono paulistano: madrugada amena, manhã nublada. São 06:23 quando Tucano, um árbitro de boxe recém-aposentado, chega para mais uma pelada entre amigos no centro de treinamento do Canto do Rio, o terceiro no lado leste da maior praça de futebol amador da zona oeste da capital, com 12 campos de dimensões variadas administrados pelas agremiações ali fixadas. Naquele dia não havia confronto marcado. Desde a goleada que a equipe sofrera para o arquirrival Esplanada duas semanas antes, pela sétima rodada da segunda edição do torneio "Copa dos Feirantes", que o técnico decidira "revisar conceitos" – expressão bastante comum no universo futebolístico para designar mudança de rumo. Tucano estava convencido de que o time vinha treinando demais. Talvez fosse a hora dos atletas retirarem um pouco a pressão sobre si, encararem a diversão de domingo com menos seriedade, afinal aquele sempre fora o propósito desde a fundação do clube: divertir-se com os amigos.

O mundo do futebol de várzea é um pouco intrigante, peculiar. Cada clube preserva a sua história, mas, no fundo, eles têm muito em comum. Surgem de forma espontânea, geralmente são frutos de encontros casuais entre senhores na casa dos trinta e poucos que um dia sonharam em levar o negócio a sério e agora gostariam de manter aceso o espírito que antecede a entrada no gramado. É um ritual. Chegam pela manhã com mochila, camiseta regata e chinelo de dedo. Confraternizam. Fazem piadas. Perguntam como vai a vida. Implicam com o mais gordo. Muitos são gordos. Ou acima do peso. Caminham até o vestiário. Continuam as piadas. Retiram as chuteiras das mochilas. Elas são pretas, vermelhas, azuis e amarelas, mas geralmente são pretas. As travas, gastas. Em seguida vêm as caneleiras, mas nem todos trazem as suas. Vestem os calções pretos e azuis, de marcas distintas – poucos são longos, outros justos, a maioria é curto, azul e traz resquícios do logo apagado da Topper. As camisas, essas sim, todas iguais. Só G e GG. Os apelidos são sugestivos, rem-

etem a traços físicos e a terra natal: bigode, careca, barriga, alemão, Ceará, Bahia, Maranhão. Ninguém se olha no espelho quebrado. Os vaidosos molham o cabelo. É preciso girar a torneira até o final para escorrer um filete de água. Eles formam uma roda, o capitão profere meia dúzia de palavras motivacionais e puxa a oração. Muitos são religiosos, todos têm fé. A maioria acompanha o líder, mas três ou quatro se calam e fecham os olhos. Nunca rogam pela vitória. Acreditam que o adversário faz o mesmo e não querem deixar o chefe indeciso. Pedem proteção. O capitão estende a mão direita no centro da roda; os demais encostam as palmas umas sobre as outras. Gritam três vezes o nome do time e se enfileiram. Sobem as escadas. E se benzem.

9. O japonês do Itaim

12 de abril de 2006. Sunão não encontra os amigos. Uma placa fixada no portão de entrada dizia que o campo estava interditado. Ele já esperava por aquilo porque estava a par do processo em curso, mas não sabia, ou não fazia questão de saber, que o dia em que teriam de sair dali se aproximava. Ligou para Mazzola, Orlando e Tucano. Ninguém atendeu. Discou novamente e, enquanto aguardava na linha, resmungava em voz alta: "atende, atende". Mazzola atendeu, mas a ligação estava péssima. O Kadett vinho estacionou no cascalho da entrada. Era Tucano, vestia botas, estava bravo e nem trancou a porta.

Sunão Haluyo Sagueshima não fala muito e às vezes pede para repetir a pergunta – mais por hábito do que por surdez. Adotou o til no primeiro nome porque desistiu de explicar que a fonética do "a" no seu ditongo é aberta, já que é japonês. Mede um metro e sessenta e três, é magro feito uma enguia e costuma usar bonés que políticos regalam durante campanhas eleitorais. As lentes dos óculos de leitura são sustentadas pela mesma armação parda há dezesseis anos. Sofre de hipermetropia: enxerga bem de longe e mal de perto. 12 graus no olho direito, cinco e meio no esquerdo. Os seus pais vieram no fluxo de japoneses que chegou ao Brasil no começo da década de 30 atrás de trabalho na lavoura do interior paulista. Tem sete irmãos – dois deles, Massao e Paulina, esposa do Tucano, ligados ao clube. É pai do Fábio e do Marcelo. O primeiro chegou a jogar bola no Canto do Rio, até se mudar para Maringá, onde se formou em agronomia e decidiu não voltar. Marcelo é engenheiro civil, nunca gostou de futebol, mas frequenta as reuniões na sede social até hoje. É o mais calado da turma, quase monossilábico. Tem um humor aguçado. Ri de perguntas triviais e não parece ser fã de metáforas.

Morador do Itaim, Sunao conheceu o Canto do Rio por meio do irmão Massao, bom de bola desde moleque. Apesar do talento mais aguçado do irmão, Sunao também tinha as suas virtudes. Em geral, é uma pessoa calma. Só altera a voz quando bebe, ou seja, aos finais de

semana e, ao contrário de alguns companheiros de time, não costuma ingerir álcool antes dos jogos, nem mesmo a branquinha "para acalentar o corpo". Por causa do temperamento, Sunao era quem acalmava os ânimos dos jogadores quando estes discutiam com o juiz. Os juízes gostavam de Sunao porque ele era um dos únicos que os cumprimentava na derrota. Em função desta simpatia, os árbitros, conforme alguns deles confessaram, hesitavam a amarelar alguém do Canto do Rio nos lances duvidosos. Ao contrário do irmão, não é um driblador. Quando tentava passar pelo adversário, recorria ao seu único recurso: chutão pra frente e corrida. Às vezes dava certo porque nem sempre o marcador acompanhava o pique, mas geralmente perdia a bola, porque, franzino como era, não aguentava o jogo de corpo. Pedia falta nestas divididas, mas os árbitros o ignoravam dizendo que futebol é "jogo de homem". Ele não se ofendia. Raramente arriscava ao gol porque não era um bom finalizador. A sua tampouco era marcar, embora aceitasse vez ou outra quebrar o galho na zaga. Por tudo isso talvez preferisse o jogo coletivo ao individual, e no coletivo, era bom. Como não é de se afobar, nem mesmo quando instado a se apressar, Sunao não erra passes e não perde a bola porque fica pouco tempo com ela – daí o técnico escalá-lo na cabeça de área, posição ingrata para os pretensos habilidosos. Sunao lida bem com vaidades e por isso sempre teve lugar garantido na equipe.

10. Rola a bola no terrão

No final do século XIX, o café substitui o açúcar como principal produto da economia nacional. São Paulo desponta como o estado mais rico da nação anos antes da proclamação da república. A coroa portuguesa financia a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, atendendo à pressão de cafeicultores paulistas e do Vale do Paraíba, que dependiam do Porto de Santos para escoar a produção. A empresa contratada para executar a obra foi a companhia britânica São Paulo Railway Ltda., para quem Charles Miller trabalhava.

No início do século XX, a industrialização atraiu um fluxo grande de mão de obra para as cidades. Este processo se intensificou em São Paulo com a chegada de imigrantes europeus, que beneficiados pela ampliação da malha ferroviária oriunda do café, encontraram na cidade as condições ideais para instalarem suas fábricas. Entre 1907 e 1919, São Paulo superou o Rio de Janeiro e se tornou o maior centro produtivo do país. Foi durante os governos ligados à oligarquia rural paulista e mineira, na República Velha, quando a então matriz econômica quase estritamente agrícola se abria para a formação da indústria nacional, que o futebol começou a se popularizar nos dois grandes centros do país, na medida em que neles se constituía uma burguesia urbana formada por comerciantes e trabalhadores assalariados atraídos pelas oportunidades de emprego nas fábricas. E foram nas cidades que o homem do campo conheceu o futebol.

Como todos sabem, ele chega a São Paulo pelas mãos da elite e nela permanece restrito nos primeiros anos do século XX. Enquanto os ingleses do São Paulo Athletic Club, o primeiro time da cidade, davam pontapés em uma bola de borracha no campo da Chácara Dulley, no Bom Retiro, jovens curiosos se empoleiravam nos muros para espiar o que aqueles cavalheiros faziam correndo pra lá e pra cá. Da curiosidade vieram as primeiras tentativas de imitação – improvisadas, desregradas, com o que desse para chutar – nas várzeas do rio Tietê. Eram ex-escravos, imigrantes pobres e caipiras que vieram batalhar nas

fábricas da cidade e apoderaram-se dos espaços públicos aos domingos para desfrutar de um lazer que não lhes cobrava carta de apresentação.

A capital paulista vinha passando por um crescimento demográfico desde o final do século XIX, e, nos anos 20, já era um município de médio porte, com 579 mil habitantes. Em 1933, este número havia saltado para mais de um milhão; na década de 40, para 1,3 milhão e, na de 50, para 2,2 milhões. Em 1900, 1,4% da população brasileira vivia no município; em 1920, este percentual subira para 1,9%; em 1940, 3,2% e, em 1950, 4,2%. O principal fator deste incremento populacional, além do crescimento vegetativo, foi a mobilidade interna de migrantes, mais acentuada, inclusive, que a chegada dos estrangeiros – fenômeno que contribui com o contínuo processo de urbanização, isto quando São Paulo começara a se tornar a maior metrópole da América do Sul.

Os anos 30 marcaram a transição da base econômica primária para a secundária. No final daquela década, pela primeira vez a produção industrial paulista superou à agrícola. A cidade começava a perceber os reflexos da urbanização acelerada, do advento da República, do fim da escravidão e do desembarque dos imigrantes. O cientista social Nicolau Sevcenko aponta o ano de 1919 como início de um ciclo em que o futebol evoluiria espantosamente em São Paulo. Na visão de Sevcenko, o município naquele momento estava propenso a assimilar inovações. "Num curto período, sem dar tempo para que as pessoas se acostumassem ao fenômeno, a vida da cidade gera essas agregações maciças, em que tanto a multidão é atraída pela fruição em comum de um espetáculo, quanto pelas próprias proporções das massas envolvidas". De acordo com a Liga Paulista de Futebol, São Paulo já tinha duas mil equipes em 1914. Elas se concentravam nas chamadas praças desportivas nas várzeas da Barra Funda, Bom Retiro e Ipiranga, que reuniam quarenta, cinquenta, sessenta campos cada.

O termo várzea, segundo o historiador José Sebastião Witter, refere-se a terrenos planos, semipreparados, propensos a prática do futebol amador, que se localizavam nas margens dos rios paulistanos. Costuma-se associar à denominação a ideia de espaços com pouca estrutura em locais afastados das regiões prósperas, o que não deixa de ser verdade. De fato, são nas periferias onde estão, até hoje, a maioria dos

campos. Por outro lado, a várzea não se restringe a um grupo social ou a determinados bairros. Tanto é que surgiram times, e ainda há times, nos quatro cantos da cidade, inclusive em áreas valorizadas, com estruturas distintas, alguns deles com recursos não tão escassos, embora, via de regra, o orçamento apertado seja o maior empecilho enfrentado por eles.

Também se remete à várzea a imagem de um jogo descomprometido, em que amigos se encontram para "brincar" numa disputa cujo resultado no final das contas é secundário. Outra vez, isso traduz parte do espírito no qual a várzea baseia-se: relações sociais e elo comunitário. Contudo, o caráter lúdico das "peladas" foi reduzido frente o estímulo à competição dos torneios organizados por empresas que viram nela um meio de divulgação das suas marcas. No mais importante deles, a Copa Kaiser, extinta em 2013, a final era transmitida pelo canal Gazeta e os finalistas ganhavam prêmios em dinheiro. Os atletas que se destacassem recebiam incentivos do seu time e ofertas dos outros. Surgiu assim neste universo um subgênero que transita entre o profissional e o amador, entre a seriedade e a diversão – o que o transformou em outro tipo de jogo.

Os clubes de várzea assumiram parte do papel sociopolítico antes desempenhado pelas igrejas nas comunidades, apregoando valores morais e códigos de conduta nas regiões instaladas, porque ofereciam um sentido de adesão e pertencimento oposto ao efêmero vínculo profissional entre o grande clube e o atleta contratado. Na várzea, a relação dos jogadores com o clube é profundamente identitária, uma vez que grande parte do elenco nasceu ou reside no bairro onde a instituição foi fundada. Torcedores, jogadores e sócios revezam funções e se esbarram nas confraternizações pós-jogo.

Um clube de várzea distingue-se do profissional nos mais variados aspectos. A maior parte deles não possui sede social e o local de treinamento costuma ser cedido por órgãos públicos – neste caso é compartilhado com outras agremiações – ou arrendado, o que gera relativo impacto nas modestas finanças da instituição.

As fontes de arrecadação limitam-se aos eventos promovidos nas áreas anexas ao campo, como bingos, rifas, bailes e, obviamente, o bar. É nele em que os laços de amizade se estendem para além do jogo, funcionando muitas vezes não apenas como pretexto, mas objetivo-fim

dos encontros. O comércio de bebidas e tira-gostos gera importante receita para quitação das despensas, que variam desde as contas de água e luz até gastos triviais inerentes a prática – bolas, chuteiras e uniformes – além dos facultativos, caso as equipes optem por elevar o nível da brincadeira. Neste caso, considera-se a aquisição de redes para o gol; da cal para demarcação da superfície e funcionários que zelem pelo pequeno patrimônio da instituição. Em casos pontuais os clubes são acometidos por crises de generosidade que lhes levam a distribuir aos destaques itens antes considerados desnecessários, como caneleiras, chuteiras da Adidas e uniforme de treino. Aos times que desejam participar de competições cabe arcar com os honorários da arbitragem e dos gandulas, e não raro o adversário condiciona a presença ao auxílio-transporte e à "vantagem" – recompensa financeira por assumir o risco de jogar em território "inimigo", onde estará sujeito à hostilidade da torcida local.

Outra receita é a prática da permuta com pequenos comerciantes da região, que muitas vezes fazem parte do elenco. Desta forma, é fornecida a confecção e lavagem dos uniformes em troca da exposição do emblema da loja neles, e, às vezes, durante a partida, um carro de som anuncia o nome do estabelecimento. Diante de todos estes gastos, o arrendamento do terreno representa o maior impacto aos cofres da agremiação, de maneira que delas não dão conta de se manter na ativa.

A palavra "várzea", portanto, tem origem topográfica, mas na medida em que o futebol se populariza, já nas primeiras décadas do século XX, surgem outros centros públicos para a prática: praças, parques comunitários, ruas sem saída, terrenos baldios e os famosos "terrões", onde a brincadeira quebrava as regras padronizadas, que, embora tenham conferido ao jogo características comuns que possibilitaram sua difusão, foram concebidas de maneiras distintas por ex-escravos, imigrantes pobres e caipiras. Assim sendo, a definição de várzea deixou de se ater à localização, até porque é óbvio que já não existem campos de futebol nas beiras dos rios, e passou a abarcar outros sentidos.

Quando o futebol profissional dava seus primeiros passes, a brincadeira rebelde às regras inglesas tornava-se o passatempo dos rejeitados nos clubes sociais. No início, não havia divisão por idade ou desenvoltura. Os planteis eram formados na hora no par ou ím-

par ou no cara e coroa. Se não era possível agrupar uma quantia par de jogadores – e para não deixar ninguém de fora – a equipe desfalcada contava com o destaque da semana passada, que nem sempre correspondia às expectativas criadas. Vizinhos chegavam no outro domingo com convidados novos que logo se enturmavam.

Não tardou para a quantidade de praticantes se tornar incompatível com o tamanho do campo e alguns, então, passaram a esperar sua vez de participar. Não havia árbitros. As regras, quando existiam, eram de comum acordo. Quando os veteranos deixavam o orgulho de lado e acusavam o desgaste, uma nova composição entrava em campo: se antes os casados, geralmente mais velhos, enfrentavam os solteiros; agora, para equiparar as coisas, misturava-se dente de leite, café com leite, perna de pau e estrela. Desorganizadas, desregradas, tumultuadas, anárquicas, sem camisas, na lama e divertidas, nasciam as famosas "peladas". Nelas, o perna de pau ganhava confiança e decidia provar seu talento a si próprio. Assim, o lazer esporádico se transformou em jogo e foram organizados os primeiros torneios amadores de caráter comunitário, divididos em categorias conforme a idade dos craques para não dar margem a discussões, nos quais o pretexto de se reunir aos amigos rivais para a prática do lazer comum, agora incorporada aquele cotidiano local, permeava o ímpeto pela vitória.

Estes certames se popularizam em outras partes da cidade e, desta forma, o jogo-brincadeira ganhou adeptos. Operários da construção civil, da indústria, do comércio, garçons, recepcionistas e seguranças dos hotéis quatro e cinco estrelas, açougueiros, feirantes, sanfoneiros, autônomos, desempregados e bicheiros se reuniam nas escassas horas vagas naquele campo sem dono para brincarem com raça e descontração. Após o apito final, vencedores e vencidos esqueciam o placar na "tenda" (bar), faziam piada dos gols desperdiçados, reclamavam da arbitragem, beliscavam fraldinha, emendavam no truco e na bocha e já acertavam o reencontro pensando em desafiar o time da outra ponta do bairro. Desta forma o futebol varzeano aparecia nas periferias de São Paulo e começava a fincar raízes no cotidiano dos seus moradores.

Em 1933, o futebol brasileiro se profissionalizou e, à margem dos clubes elitistas que insistiam no amadorismo, os populares abri-

am espaço a qualquer um que demonstrasse habilidade de ganhar a vida jogando bola – caso de Bangu, Vasco e Andaraí, no Rio; Corinthians e Juventus em São Paulo e do Internacional, no Rio Grande do Sul, que, aliás, tem este nome porque teria sido fundado para contemplar a todos. Foi neste período também que o esporte começou a se desgarrar do eixo Rio-São Paulo. Embora já houvesse clubes nas outras regiões do país, até meados daquela década, os dois estados polarizavam o futebol brasileiro, com as suas respectivas associações, AMEA e APEA, exercendo forte influência na indicação dos convocados a representar o Brasil em torneios internacionais, haja vista a formação dos elencos nas duas primeiras edições do mundial: no primeiro, a exceção do paulista Araken Patuska, só cariocas; no segundo, fora o zagueiro gaúcho Luiz Luz, só paulistas e cariocas.

A despeito do fracasso em ambas as ocasiões, o futebol já havia sido incorporado à cultura nacional. No Rio, substituíra o remo, cujos simpatizantes passaram a organizar encontros em datas que não coincidissem com os matchs na capital federal. A construção do estádio de São Januário, em 1927, fruto de mobilização da comunidade portuguesa na cidade, simbolizava que esporte caíra no gosto popular do carioca. Em São Paulo, o marco desta fruição foi o estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, inaugurado no dia 27 de abril de 1940, numa época em que a cidade carecia de praças desportivas para atender a crescente demanda da população, que também já havia se envolvido profundamente com o futebol.

11. Os novos donos do espaço

São Paulo foi uma vila pequena e acanhada desde a sua fundação, em 1554, até os anos 1870. Foi a partir de então que, motivada pelo trinômio – indústria cafeeira, linha ferroviária Santos-Jundiaí e fluxo migratório – a cidade inicia o ciclo de transformações que a tornaria o principal centro econômico do país. As habitações e igrejas que até então se concentravam no entorno das ruas São Bento, Direita e Imperatriz (atual XV de Novembro), começaram a se expandir para outros terrenos mais distantes, conforme neles se instalam fábricas, comércio e residências. As construções variam entre barracas, cortiços e prédios baixos.

As várzeas, vales e zonas alagadiças são os novos bairros a acolherem o migrante vindo, sobretudo, do nordeste brasileiro. De início, eles se estabelecem em habitações nas cercanias das fábricas, nos bairros do Brás, Mooca, Bom Retiro e Barra Funda, próximo às estações de trem e da Hospedaria dos Imigrantes, porta de entrada e local de acolhimento dos estrangeiros recém-chegados à procura de trabalho.

As áreas centrais eram as mais valorizadas, pois nelas se encontravam os órgãos públicos, assim como deles recebiam mais investimentos em iluminação, saneamento, coleta de resíduos e segurança. Todavia, já se notava um deslocamento das elites para terrenos altos, arejados, limpos e de baixa aglomeração, resultando, assim, no surgimento de algumas zonas segmentadas, de acesso mais restrito, onde indivíduos da mesma condição social compartilhavam o mesmo espaço – o exemplo mais nítido ocorreu em Higienópolis.

Relatório da Comissão das Obras de Saneamento da Capital, publicado, em 1926, apontava para 154 terrenos sob litígio judicial no município, o que equivalia a uma área de remissão na ordem de 27.478,98 m2. A capital possuía até então uma densidade média predial relativamente baixa – 1.700 prédios por quilômetro quadrado.

Tomando o elevador como elemento importante no processo de verticalização, o seu uso na cidade de São Paulo iniciou-se na primeira década do século 20. A Lei n. 2.332, de 1920, menciona que a sua ex-

istência não elimina a necessidade de escadas. Em 1925, os elevadores alcançam um número considerável de repartições, a ponto do Poder Público exigir, por meio da Lei n. 2.818, licença de funcionamento. No entanto, essa lei só passaria a vigorar em 1940, quando foi criado o registro de elevadores e quando o processo de verticalização começa a se acentuar.

A expansão do setor Sudoeste está relacionada à criação de novos centros comerciais. O encarecimento fundiário em áreas preenchidas por empreendimentos de alto padrão, tal qual ocorrera na Avenida Paulista, deslocou o capital imobiliário para regiões propensas à valorização comercial, como a Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros. Estes novos polos se situam ainda mais afastados das residências dos trabalhadores de baixa renda. A Avenida Faria Lima, por exemplo, avançou nas duas extremidades, ultrapassou o Largo da Batata e chegou ao cruzamento com a Avenida Pedroso de Moraes e do outro lado, cruzou a Avenida Juscelino Kubitscheck e se estendeu até a Avenida Hélio Pellegrino. O prolongamento da Faria Lima delimitou o pequeno bairro do Itaim Bibi, espremido entre essas vias e novo reduto dos empreendimentos de alto padrão.

Até 1988, São Paulo contava com 35.165 elevadores instalados em 16.589 edifícios, sendo que 8.248 foram construídos entre 1973 e 1988. A verticalização, neste período, caracteriza-se por uma nova expansão provocada pela Lei de Zoneamento, estabelecendo novas limitações aos coeficientes de aproveitamento dos terrenos urbanos. No final de 2004, este número saltou para 54.684 elevadores em 23.748 edifícios, dos quais 7.159 haviam sido construídos desde 1988.

Em 2011, eram 63.893 elevadores e 26.621 edifícios. Houve um incremento de 2.873 entre 2004 e 2011. Como o mercado imobiliário não é estático, move-se conforme novas áreas recebem investimentos públicos, sobretudo no que tange às obras de paisagismo e revitalização urbana, a oferta se expande para locais de menor densidade habitacional. Verifica-se, a partir deste período, uma queda na produção vertical em São Paulo, ao passo em que a forte concentração imobiliária deixa o setor Sudoeste e avança sobre as cidades vizinhas. A verticalização percebida nos 72 bairros da cidade desloca-se para a Região Metropolitana, litoral e interior. É assim que mu-

nicípios como São José dos Campos, Osasco, Sorocaba, Campinas, Guarulhos e São Bernardo do Campo superaram em duas décadas a população de várias capitais do país. Entre 2000 e 2011, houve um aumento de 319,79% no ritmo de verticalização na grande São Paulo.

De acordo com a Revista do Arquivo Municipal, até 2014 existiam 30 mil edifícios só na capital. A legislação elitizou os apartamentos, e dos anos 50 a 80 reduziu o coeficiente de aproveitamento. Mesmo com a outorga onerosa do direito de construir, a cidade apresenta um coeficiente de aproveitamento médio de aproximadamente 1,20 vezes a área do terreno, portanto de baixa produtividade urbana, porque o modelo adotado para o sistema de transporte privilegiou o uso de automóveis em detrimento ao modal coletivo. A legislação e as opções de transporte não produziram uma cidade compacta e sua expansão fez do apartamento uma alternativa de residência menos democrática.

Logo, o desenvolvimento econômico não está apenas relacionado à produção do espaço urbano, mas é parte integrante dele. Isso significa que o urbano não é entendido como lugar, base da reprodução do capital, mas como parte inerente ao processo de acumulação e, portanto, sujeito às leis do valor. Ora, é precisamente devido a isso que a periodização em que ocorre o crescimento econômico em São Paulo coincide com a rapidez do processo de verticalização. A adoção de uma legislação restritiva e a desistência por parte do poder público em investir no transporte coletivo também contribuíram para a expansão do capital imobiliário em sua busca por terrenos baratos. "Este processo, aliado aos financiamentos voltados às classes mais adimplentes, resultou numa cidade difusa e elitizou a produção imobiliária, excluindo a população mais pobre da cidade", apontam os autores do artigo Nadia Someck e Guilherme Gagliotti.

No limite, é óbvio que o histórico processo de elitização do crescimento vertical agravou as desigualdades sociais ao se apropriar de espaços onde políticas habitacionais poderiam ser implementadas. É vital a aplicação de instrumentos legais, como o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade, para frear este processo e fazer com que a cidade contemple a qualidade de vida dos cidadãos.

No âmbito desportivo, enquanto os clubes da elite se esta-

beleciam no centro da cidade, beneficiando-se do aparelho público ali instalado, o que facilitava, sobretudo, a locomoção dos seus integrantes; os de bairro se encontravam nas várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, nos subúrbios e nos arredores das fábricas. Embora estas instituições não estivessem de todo desvinculadas da vida no centro da capital, era na várzea e nos subúrbios onde se percebia a convivência harmoniosa entre populares por eles recepcionados sem distinção.

A disputa pelos terrenos usufruídos pelas organizações de futebol amador coincide com o processo de consolidação da várzea como costume incorporado pelos diversos bairros de São Paulo – muito antes desta se tornar metrópole – quando as agremiações populares se multiplicavam e os festivais de futebol reuniam centenas de participantes em torno de uma atividade não-laboral. Esta prática associativa, voltada para os laços comunitários, ainda que inserida no âmbito competitivo, como eram os casos destes festivais, começou a mudar, no momento em que a várzea passou a ser objeto de disputa entre associações esportivas e o capital de fábricas e indústrias que nela começaram a interferir já no final dos anos 1920 – sem a mediação do poder público.

O processo de diminuição dos campos de várzea em função da especulação imobiliária em São Paulo começa na década de 20, quando as remodelações sociopolíticas na capital alteraram a ocupação dos espaços na cidade e inauguraram uma nova forma de disputa por eles. Estas transformações influenciam a forma como o futebol é praticado no município, seja pela ameaça às relações sociais constituídas em torno dos clubes, seja pela perda dos espaços livres utilizados pelas agremiações. A tensão entre patrimônio e cultura popular já era visível.

Havia mais de 1.000 campos de várzea em São Paulo na década de 30, espalhados pela Vila Maria, Canindé, Ipiranga, Vila Prudente, Vila Matilde, Glicério, Penha e Lapa. "Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamentos", critica Witter. "O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de 60 x 120 metros acabou vendendo para a fábrica. Hoje não se joga 10% do que se jogava naquele tempo. Não tem espaço, falta lugar".

Surgiram nas décadas de 40, 50 e 60 diversos clubes populares, alguns com nomes sugestivos: E.C. Heróis das Chamas, formado por

funcionários do Corpo de Bombeiros; E.C. Rei do Brilho, fundado por Antônio Rodrigues de Oliveira, o Mineirão, um engraxate apaixonado por futebol; Auto Escola Jurandir, do ex-goleiro da seleção brasileira, Flamengo e Palestra Itália; Esporte Clube Café do Ponto, time do alto e Pinheiros onde o São Paulo F.C chegou a treinar; Estrela da Parnaíba, destaque da zona Leste nos anos 50; E.C Moleque Travesso, da Vila Guarani, sensação do torneio Desafio do Galo que revelou o pentacampeão mundial César Sampaio; Caracas Futebol Clube, o time de maior torcida do Butantã. Pela várzea também passaram figuras ilustres, como o ex-governador de São Paulo, Mário Covas, que atuou como centroavante, em 1955, do time da Escola Politécnica da USP, onde chamou atenção pelo número de gols marcados, sobretudo em lances inusitados. Estas foram as décadas de ouro do futebol de várzea.

De 1930 a 1970, a várzea formou mais de 10 mil jogadores profissionais. Baltazar, Wladimir, César Maluco, Leivinha, Serginho Chulapa, Elias, Ricardo Oliveira, Zé Roberto, Dentinho e tantos outros talentos vieram dela. De acordo com a Federação Paulista de Futebol, em 2002, 4.000 jogadores se profissionalizaram, porém, na contramão da lógica, mil deles pediram reversão no processo para atuarem em campeonatos amadores.

Cada campo tinha um clube. A prática de arrendar o espaço era comum. Muitas vezes o proprietário emprestava o terreno à agremiação, pois era preferível a deixá-lo abandonado. Em contrapartida o clube cuidava do local, protegendo-o da degradação. A cessão perdurava até a valorização comercial chegar ao bairro. Ademais, o clube trazia progresso. Em dia de domingo, milhares de pessoas vinham assistir aos jogos. São Cristóvão e Estrela de Oliveira eram os mais populares, arrastavam pequenas multidões de sete, oito, doze mil pessoas. Um público que fazia a festa com tambores e bandeiras, mas que também bebia e comia. Os donos não se importavam, tiravam a sua comissão. Às vezes tinham que lidar com reclamações de barulho, mas a gastança compensava. No entendimento deles, o comércio geraria progresso e cedo ou tarde a região se valorizaria.

A década de 80 marca o início da decadência dos times de várzea devido à falta de espaço. O futebol varzeano paulista foi se

afastando cada vez mais da cidade. As famosas praças do Bom Retiro, Brás e da Barra Funda não existem mais. Na região do Morumbi Sul havia vinte campos de várzea situados em uma área de retenção especulativa de terras, que se intensificara a partir dos anos 90. O bairro é peculiar porque talvez ali, como em outros poucos da cidade, a contradição entre o moderno e o insalubre seja tão nítida. Na região da Vila Andrade, os campos eram cedidos pelos proprietários doas terrenos, que incentivavam os times, fornecendo os insumos básicos para a prática desportiva, como traves, redes e a cal. Em contrapartida, os times assinavam um documento no qual se comprometiam a deixar o espaço quando a construtora solicitasse.

Terrenos da ELETROPAULO, antes da empresa ser privatizada, foram alvos de conflitos em regiões onde se observava um constante processo de favelização. Um dos mais conhecidos centros de compras do paulistano, o Shopping Eldorado, foi erguido sobre um antigo "terrão". Na Barra Funda, uma área onde havia seis campos de várzea, em frente aos Centros de Treinamento do Palmeiras e do São Paulo, foi arrematada pela incorporadora TECNISA em leilão promovido pela TELESP, que costumava cedê-la para práticas recreativas, e se transformou no Jardim das Perdizes, um complexo de 250 mil m2 composto por 12 condomínios e 28 torres residenciais com apartamentos de 60, 79 e 280m2 – neste último cada unidade é avaliada em R$2,8 milhões de reais.

Outro fator conflitante, sobretudo na periferia, foi a convivência entre os apoiadores da várzea com os movimentos habitacionais. Enquanto os moradores queriam preservar o lazer de final de semana, grupos de sem-teto construíam casas do dia para noite nos terrenos ocupados pelos times. O impasse gerava uma série de inconveniências entre lados igualmente humildes. Por vezes, tanto a Prefeitura quanto os donos dos terrenos intervinham a favor dos peladeiros. Convinha a ambos manter um espaço – público ou privado – sob os cuidados de organizações com quem o diálogo prosperava a ter de impetrar na justiça pedidos de reintegração de posse. Além do que, os clubes contribuíam com a preservação do espaço, impedindo-o de se tornarem depósitos de lixo.

O historiador Daniel Hirata narra episódios curiosos em que os jogadores se apoderavam de terrenos ociosos que depois era ocu-

pado pelos sem-teto. Neste contexto, quem era o invasor, afinal? Na descrição, Mário, jogador de várzea, relembra a disputa pelo campo do Caju, na Zona Sul, um dos poucos que restaram naquele pedaço da região, e diz que o desentendimento muitas vezes chegava às vias de fato. "Esse campo do Caju já era para ter acabado. O pessoal entrou lá dentro, fez a marcação, já tava construindo com cimento e tudo, da noite para o dia, levantaram as paredes. Os jogadores foram lá e quebraram tudo. Fizeram uma reunião entre os times e ficou acertado que eles não podiam perder a diversão de domingo", conta.

Arranjar um espaço para jogar sempre foi a dificuldade maior com que os times populares tinham que lidar. Existiam os Centros Desportivos Municipais – aparelhos desportivos administrados pelas subprefeituras da capital – que garantiam uma certa segurança às equipes que nelas se instalavam mediante contribuição mensal. Às vezes, esta cobrança inibia a permanência dos clubes na estrutura, que se viam forçados a buscar alternativas mais em conta para manter o hábito lúdico. Os locais encontrados para este fim, com frequência eram cobiçados por grupos paralelos. É quando dois direitos se chocam – o lazer e a moradia – que camaradas inseridos na mesma dinâmica social passam a defender interesses próprios.

Já dizia o jornalista Flávio Adauto que enquanto a bola mexer com sonhos, os times, sejam eles das cidades, das vilas ou dos bairros, continuarão a existir porque o futebol é eterno. "Ele apenas muda de lugar, como as dunas ao sabor dos ventos". Adauto tem razão. O futebol de várzea não irá acabar. De acordo com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, há hoje em São Paulo 167 campos de futebol espalhados pelos 263 Clubes da Comunidade (CDCs) – um modelo de administração indireta no qual a Prefeitura destina recursos para os aparelhos esportivos geridos por representantes eleitos pelos moradores locais. Há campos também em 20 centros de administração direta, além dos parques municipais e centros educacionais unificados (CEU). 2.377 associações e agremiações estão cadastradas na SEME, porém nem todas são propriamente clubes de várzea. Ao todo, os campos estão distribuídos da seguinte forma: 57 na Zona Sul; 84 na Zona Leste; 27 na Zona Oeste; 15 na Zona Norte e 04 no Centro.

São números inferiores aos do levantamento da Federação Paulista de Futebol Varzeano, em que constam três mil equipes e 440 campos, e aos da pesquisa do UOL (2013), que mapeou 298 campos. Trata-se, portanto, de redução significativa nos últimos trinta anos. A título de comparação, na última edição da Copa Kaiser, em 2014, 384 times disputaram o torneio em 33 campos, dos quais 23 eram de terra batida, nove de grama sintética e um oficial, o Estádio do Nacional, na Barra Funda. O campeonato que o substituiu, a Liga Paulistana de Futebol Amador, popularmente conhecida como Copa Brahma, filiada à Federação Paulista de Futebol (FPF), inclui um número grande de equipes – 1.500 na fase de grupos e 128 no mata-mata – mas é disputada em uma quantidade bem menor de campos, o que corrobora os dados da FPFV.

Sempre houve mais times do que campos, mas esta disparidade cresceu enormemente nos últimos anos, a ponto dos quinze, vinte clubes que outrora dividiam o mesmo espaço, agora só jogam como visitantes. Quando um clube perde o seu campo, ele busca soluções para se manter na ativa, mas o desaparecimento do ponto de encontro dos atletas faz com que eles se distanciem do clube ou busquem outros locais para jogar. "As coisas se esmorecem. Não foi por falta de técnica. Os jogadores perdem aquele laço, vão faltando aos treinos e as coisas desanimam", afirma João Baptista Júnior, redator do jornal O Cruzeiro do Sul que cobria o 25 de Janeiro, time de várzea de Perdizes, que teve de abandonar o local de treinamento durante a construção da Avenida Sumaré.

Atualmente um dos centros que ainda concentram campos de futebol amador na cidade é a antiga sede do Baruel – time que fez sucesso na década de 50 – no bairro do Limão, zona norte. São seis campos – um deles de terra batida. Ali a várzea sobrevive às custas do empenho dos simpatizantes. Thales Lucas, diretor, jogador e torcedor do Juventus, um time formado por dissidentes do União da Vila Zatt, antiga força da várzea em Pirituba. "A gente não cobra nada de jogador. Somos nós dirigentes que fazemos o corre. Infelizmente, a gente não tem o patrocínio de um mercadinho para dar uma força. Ninguém quer colocar o próprio dinheiro em uma coisa que não trará lucro. É a gente quem faz, porque aqui o negócio é paixão", diz.

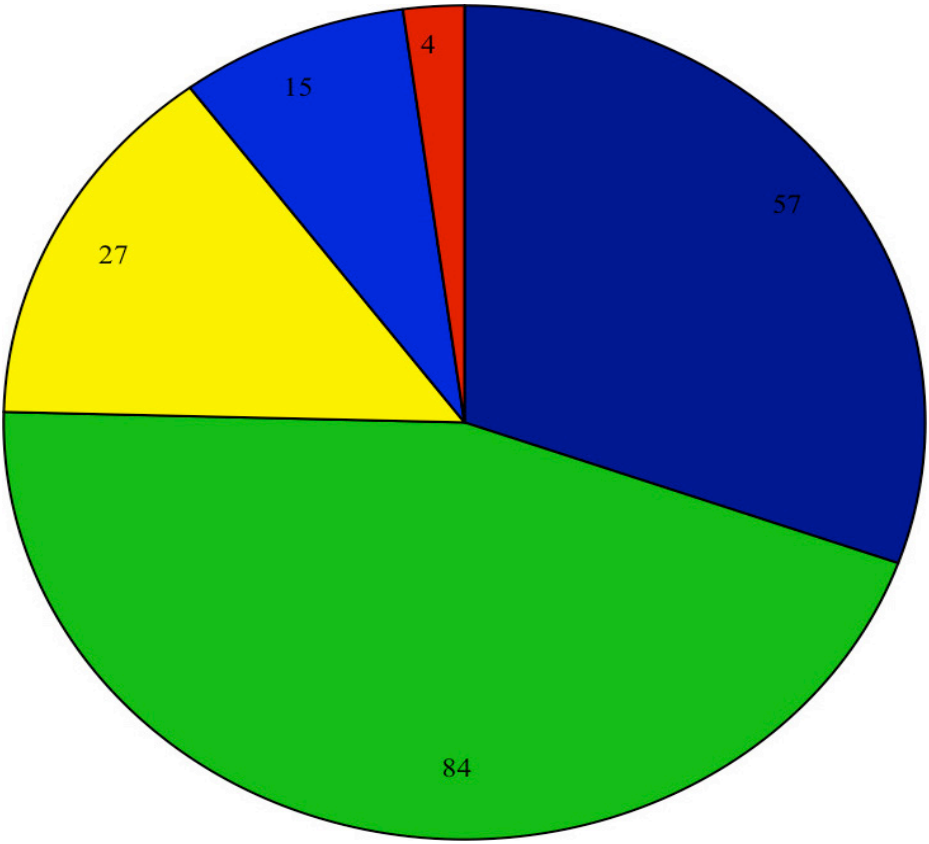
Lucas é um dos muitos apoiadores do futebol amador. Ele

viveu o período auge da várzea, no final dos anos 80 e meados dos 90, quando as finais da Copa Kaiser e do Desafio do Galo eram transmitidas pela tevê e saíam notícias diárias em jornais esportivos. Os tempos mudaram, mas, como todo bom romântico saudosista, ele discorda, com tambor na mão, que a várzea esteja com os dias contados. "Isso aqui é pura emoção! É uma coisa real, verdadeira. Na várzea, não é só com a gente, não, viu, na várzea inteira, a parada treme o coração. Você vê a torcida incentivar, acompanhar o time aonde for e esquece os percalços que passou para chegar ali. E olha que não foram poucos. A perua que transporta o nosso time era para caber oito atletas, mas a gente espreme até entrar todo mundo, umas 35 pessoas".

São os grandes clubes, os grandes campeonatos, os craques que atraem o público, mexem com o imaginário nacional e recebem a devida atenção da imprensa esportiva. Por outro lado, o futebol não advém apenas dos grandes eventos, das novas arenas ou da mídia, ele também está na terra batida, na rua sem saída, nos terrenos baldios, onde ele desfila espontâneo e informal, suas virtudes originais. O futebol brasileiro é o drible impossível, imprevisto, revelado no improviso. É a magia dos pés descalços que correm atrás da bola remendada e encontram uma maneira de estufar a rede rasgada. Até pouco tempo, havia um lugar na metrópole onde essas cenas foram bem registradas na memória do torcedor.

Terreno onde foi construído o Shopping Eldorado (Foto: São Paulo, 1962. Autor: desconhecido)

Campos de Várzea em SP



CDC's: 167

Adm. Direta: 20

Total: 187

- Zona Sul: 57
- Zona Leste: 84
- Centro: 04
- Zona Oeste: 27
- Zona Norte: 15

12. Unha Encravada

O Parque do Povo fica na Chácara Itaim, em frente a Marginal Pinheiros e ao lado do Shopping JK, na zona oeste de São Paulo, hoje uma das regiões mais valorizadas da cidade. Não era assim quando os primeiros clubes de várzea ali chegaram nas décadas de 30 e 40. O primeiro deles, o Marítimo Futebol Clube, em 1934, fora fundado quatro anos antes por um grupo de barqueiros portugueses que retirava areia do leito do rio Pinheiros. É o clube que revelaria o atacante César Maluco, ídolo da segunda geração da Academia do Palmeiras (1967 – 1974) e 2o maior artilheiro do clube.

O segundo, o Grêmio Esportivo Canto do Rio, em 1941, se fixou junto a uma das curvas do canal fluvial – daí a origem do nome. Depois vieram instituições que já haviam sido fundadas e, na sequência, clubes mais jovens que encontraram no parque o local ideal para realizar os jogos: Marechal Floriano (1937); Associação Atlética Flor do Itaim (1922); Mocidade F.C. (1947); Grêmio Esportivo União da Vila Olímpia (1954); Grêmio Esportivo Itororó (1948); Esplanada (1972); Tintas Cirota (1970); Cruz Vermelha (1973) e Clube do Me (1975). Outras equipes que ali mandaram jogos por um determinado período foram: América do Itaim (1962); Araraquara (1962); Améríquinha (1962); Grêmio Desportivo Floriano (1962); São Cristóvão (1973) e Kopenhagen (1973).

A cartografia abaixo mostra o terreno popularmente chamado de Parque do Povo na margem esquerda do rio. Não era um parque propriamente dito, mas um espaço aberto onde pessoas se reuniam para bater uma pelada. Nota-se que o curso ainda não havia sido retificado, por isso a forma com meandros e curvas sinuosas. As obras de retificação começaram em 1938 e, após a conclusão vinte anos depois, o espaço que abrigaria os clubes foi deslocado para a margem oposta. Durante o processo as equipes conviveram com rearranjos no terreno, conforme relata Milton Galvão, ex-presidente do Canto do Rio. “A gente organizava o lugar, deixava tudo ajeitadinho, aí vinha

a Light e jogava lama no campo. Íamos para outro local, mas não adiantava. Acontecia tudo de novo", explica Galvão, em referência a The São Paulo Light & Power, empreiteira responsável pela obra.

Figura 1 – Cartografia oficial de 1930 mostra o local do atual Parque do Povo na margem esquerda do Rio Pinheiros. Fonte: Mappa Topographico do Município de São Paulo.

No início, as condições para a prática eram limitadas. Os jogadores não dispunham, por exemplo, de banheiros para se trocar, o que acabava por ser feito debaixo de algum pinheiro ou em alguma área com menor fluxo de visitantes. Durante as partidas, as roupas e demais pertences ficavam sob os cuidados dos que aguardavam a vez de entrar.

Em 1954, o antigo clube Marechal Floriano acordou junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC), então proprietária do terreno, a concessão do espaço para uso do futebol de várzea em troca de colaborar contra quaisquer tentativas de invasão ou furto de areia. O Floriano tornava-se, assim, o guardião do terreno. Com o tempo, outros clubes de diferentes localidades da cidade migraram-se para lá em função da perda dos seus campos. Este foi o caso do

Grêmio Esportivo Itororó, fundado em 1948 por um grupo de amigos da Bela Vista que, ao perderem o local de treinamento, mudou-se para o Parque do Povo no final da década de 50. O Mocidade Futebol Clube, fundado em 1947, foi forçado a se deslocar do Jardim das Bandeiras para Pinheiros, e de Pinheiros para o Sumaré, até encontrar o seu espaço no Parque. O uso intenso da área fomentou livres associações que ajudaram a criar uma estrutura de apoio composta por vestiários, a casa do zelador, sedes sociais e os bares como ponto de encontro das confraternizações e outras festividades promovidas pelos frequentadores.

No estudo sobre o processo que culminou com o "destombamento" do Parque, a geógrafa Simone Scifone constata que a década de 60 foi o período de maior concentração dos campos no terreno, sendo 14 no total, em 1962. Em 1973, este número havia caído para 10; em 1987, nove; e no ano do estudo, em 1994, oito. Na medida em que o processo de urbanização avançava, as áreas destinadas à várzea foram incorporadas pelo mercado produtivo, de modo que no início da década de 90 o Parque do Povo tornara-se um dos redutos remanescentes na cidade voltado para a prática do futebol amador, como destaca o CONDEPHAAT ao analisar o pedido de tombamento do local: "Pode-se afirmar que o Parque do Povo representa a última área caracterizada como praça de campos de futebol varzano. Além de manter um uso típico deste tipo de organização social, abriga inúmeros clubes tradicionais que perderam seus campos, mantendo a tradição da várzea".

Scifone observa que o futebol de várzea é uma prática social historicamente vinculada às classes populares, tendo nascido da apropriação popular de uma modalidade esportiva que chegou ao Brasil, inicialmente ligada aos setores da elite". José Sebastião Witter ressalta que os clubes de várzea praticam o futebol "puro", "verdadeiro", "o jogo jogado, não a disputa competitiva e organizada", "cuja base de tudo é o lúdico" e destaca o papel fundamental de espaços como o Parque do Povo para a sua prática: "esse esporte amador, varzeano, na cidade de São Paulo, só poderá sobreviver enquanto espaços geográficos como esse continuarem a existir, sem excesso de regras ou intricada burocracia, mas com uma ordenação espontânea dos próprios participantes dos encontros futebolísticos".

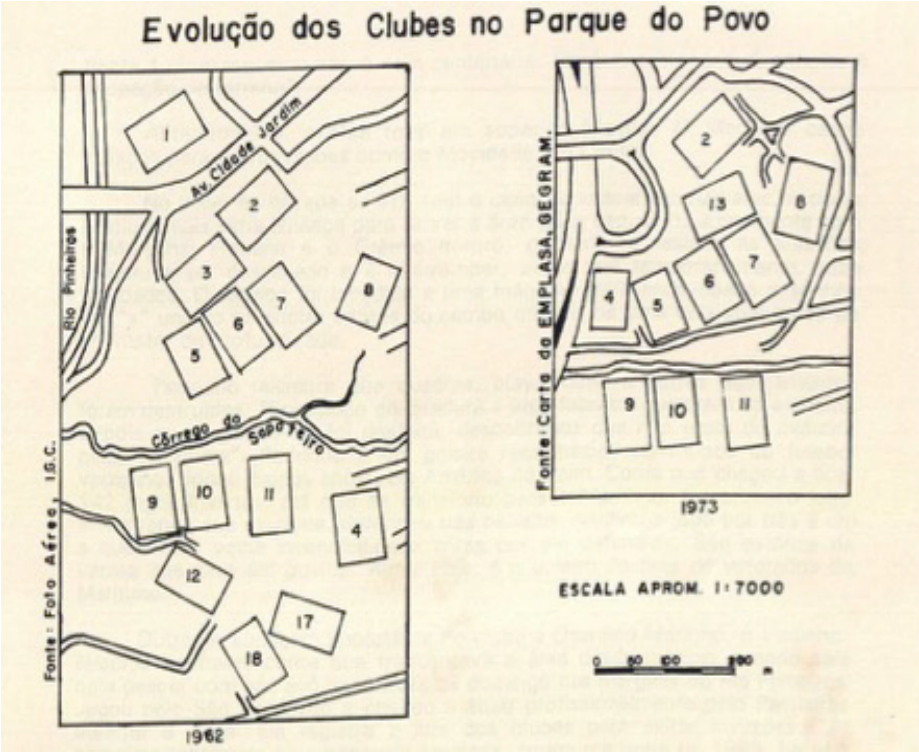


Figura 2 – Campos de futebol de várzea na área do Parque do Povo e imediações, em 1962 e 1973. Fonte: CONDEPHAAT (1988).

Neste âmbito, se comparadas aos clubes tradicionais, as agremiações varzeanas são essencialmente frágeis, tendo em vista que surgem de forma espontânea das associações de trabalhadores, pequenos comerciantes e moradores dos bairros – todos com poucos recursos financeiros e materiais. A princípio, os times de várzea não dispõem de sede física consolidada, tendo que batalhar junto a terceiros, como visto anteriormente, acordos de concessão para usufruírem um espaço que continuará não lhes pertencendo legalmente. Muitos clubes perderam os seus campos por exigência dos proprietários e da Prefeitura, que vinha tirar a licença do uso dos espaços, o que se tornara cada vez mais em razão das transformações urbanas pelas quais a cidade vinha passando, muitas delas decorrentes do Plano de Ave-

nidas do urbanista Prestes Maia. Foi o que aconteceu com o Clube Atlético Estados Unidos, o Clube Royal, o Clube São Geraldo, o Clube Nacional do Bom Retiro, o São Cristóvão Esporte Clube, o Corinthians do Bom Retiro, a Associação Atlética Barra Funda, entre outros. O Plano pretendia controlar o curso das águas e o espaço de vazão do rio Tietê como forma de reduzir o número de enchentes a partir da criação de um anel viário na margem do rio, que ficaria conhecido como Marginal Tietê. Além da desapropriação dos terrenos, o programa visava, assim como ocorreu com a Várzea do Carmo, redefinir o perfil de moradores que deveriam habitar a nova região composta por vias férreas de alta velocidade, parkways, indústrias, instalações esportivas – um modelo baseado na homogeneização de um modo de vida em nome do progresso, da técnica e da razão.

As políticas públicas criadas nas décadas de 80 e 90 visaram proteger as áreas de lazer dos referidos fatores de pressão. É neste intuito em que o CONDEPHATT analisa o pedido de tombamento do Parque do Povo. O estudo técnico que embasou o processo apontou para a necessidade de proteger a área considerada como suporte físico necessário ao exercício de uma manifestação da cultura popular. O laudo observou ainda que da ampla caracterização dos clubes, de sua história e da dinâmica de usos na área, o futebol praticado pelos clubes enquadrava-se naquilo que havia de mais tradicional e típico do universo varzeano. Os clubes foram reconhecidos como organizações historicamente consolidadas, reguladas por um conjunto de normas próprias que disciplinavam o seu funcionamento cotidiano.

Portanto, o CONDEPHAAT reconheceu a importância que aquele local representava como elo de convivência e amizade dos visitantes que ali se socializavam. Um lugar percebido, oficialmente, "como carregado de sentidos e significados de memória coletiva, mas em estado vivo e presente no cotidiano urbano e em situação residual, dado o desaparecimento progressivo dos campos de várzea na cidade", explica Scifone. Um lugar que se contrapunha à lógica do mercado porque nele o que imperava não era o trabalho, a seriedade, a produtividade e as metas a serem batidas, mas a diversão, o prazer, o riso e os abraços.

Outras atividades esportivas, como o carteado e a bocha,

e culturais, como aulas de teatro ao ar livre e performances circenses, eram desenvolvidas no parque. O Canto do Rio oferecia aulas gratuitas de futebol para os meninos da Favela Funchal, situada nas cercanias. Os campos eram divididos com times de outras partes da cidade que não tinham lugar para jogar. Torneios eram organizados e envolviam um número crescente de participantes divididos por faixas etárias. As equipes adultas eram formadas basicamente por trabalhadores oriundos do comércio local – garçons, balconistas, pizzaiolos, ambulantes, serventes e vendedores.

O processo de tombamento teve início em 1987 e contou com o apoio de ambientalistas, setores populares, alguns políticos e, principalmente, com a Associação Amigos do Parque do Povo, formada por representantes dos clubes, artistas e moradores do entorno, dentre eles a atriz Eva Wilma. O primeiro presidente da Associação, Mauro Antônio Lopes Pinheiro, relatou que naquele ano os proprietários colocaram o terreno em leilão e a construtora Mendes Jr, principal interessada, tinha um projeto de construir no local um shopping center e um edifício "que seria o mais alto da cidade". No entanto, devido ao pedido de tombamento e a uma ação do Ministério Público Federal, o leilão foi barrado. Em 1994, o CONDEPHAAT, referendando o estudo, decidiu pelo tombamento do Parque do Povo, conforme os artigos abaixo explicitam:

- Artigo 1o. Fica tombado, como bem cultural de interesse antropológico, histórico, artístico,ambiental e turístico, a área denominada Parque do Povo [...].

- Artigo 2o. O objetivo do tombamento é a preservação da base material para a realizaçãodas atividades culturais e de lazer ali desenvolvidas, com destaque para a histórica práticado futebol de várzea [...]

Era nítido, porém, o incômodo que um parque voltado para as classes populares provocaria em uma paisagem repleta de arranha-céus, torres comerciais, carros importados, hotéis luxuosos e restaurantes grã-finos. Zukin ressalta que bens públicos são uma resistência à arquitetura empresarial, pois atrapalham a sua expansão física e estabelecem uma função social em um território predominantemente privado.

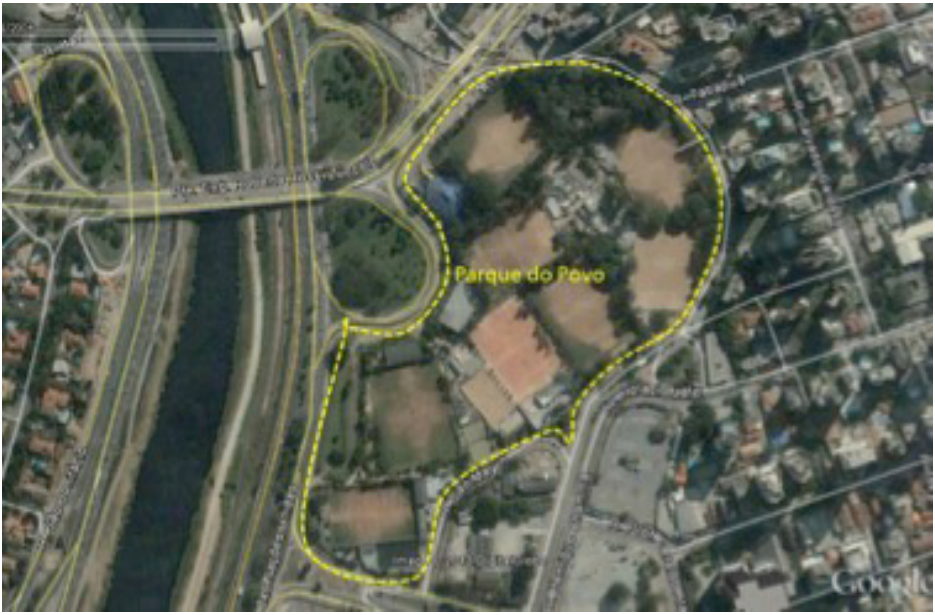


Figura 4 – Fotografia de 2004,mostrando a feição da área tombada, com seus campos de futebol e cercas vivas entre eles.

Figura 3 – Fotografia de 2009 na qual se constata que a feição da área tombada foi totalmente descara terizada, restando apenas um campo de futebol e a área doTeatro Vento Forte. Fonte: GoogleEarth/2009.

Aquele lugar espacialmente situado no meio de uma paisagem "estranha a sua função" passou a ser visto pelo mercado imobiliário, e seus agentes interessados em especular, como uma área "degradada", que precisava ser "reurbanizada".

Este discurso foi encampado pela Sociedade Amigos do Itaim Bibi (SAIB), que se autointitulava representante dos moradores daquele bairro. A SAIB encomendou laudo técnico de peritos com pouca, ou nenhuma, atuação na área – neste caso, o patrimônio cultural, que costuma ser avaliado por antropólogos, historiadores, geógrafos e profissionais com notável conhecimento no assunto, e não por engenheiros civis especialistas em edificação. O laudo constatou que não eram os campos que deveriam ser preservados, mas o bem público, desconsiderando que naquele local uma coisa estava associada à outra. A ação correu à revelia do CONDEPHAAT, mas com o consentimento da prefeitura e o apoio da imprensa. Os representantes dos clubes foram retratados como "invasores" e a prática da cobrança de mensalidades para a manutenção dos campos, prevista no estudo de tombamento, foi desqualificada como "usurpação do bem público para fins privados". O que não se levou em consideração foi o trabalho social desenvolvido pelos clubes, como o ensino gratuito de futebol às crianças carentes da comunidade próxima, as campanhas de doação para as instituições de caridade e as feiras livres que levavam um pouco de diversão gratuita aos usuários do parque. Além disso, o fato de os clubes terem mantido suas sedes sociais no Parque e serem os legítimos administradores dos campos, não implicava que outros times e visitantes fossem impedidos de usufruir deles.

Nota-se, portanto, que a intenção da SAIB era eliminar as práticas culturais que ali ocorriam em consonância com o discurso empresarial vigente, cujo objetivo era remodelar o uso do espaço para o estrito fim da valorização comercial, como se aquele espaço público pertencesse a fração de moradores do Itaim Bibi representada pela Sociedade.

Em maio de 2006, o prefeito Gilberto Kassab, ciente do processo de "destombamento" em curso, prestava contas a SAIB, e não ao CONDEPHAAT, o órgão responsável por projetos daquela natureza. Mauro Antônio Lopes Pinheiro disse que esteve pre-

sente a uma reunião convocada pela SAID junto a interlocutores da Prefeitura, a quem ele tentou convencer que os campos de futebol haviam sido inclusos no estudo de tombamento e de quem ouvira: "futebol de várzea na Cidade Jardim? Esquece!

A denúncia de obras irregulares no local chegou tarde ao CONDEPHAAT, apenas em novembro de 2006. Em um parecer técnico, o órgão constatou que diversos campos haviam sido extintos e que a obra não havia sido encaminha para análise do CONDEPHAAT. Ou seja, a Prefeitura aprovara a intervenção sem o aval do órgão responsável, atendendo a demanda do SAID. "Flagrantemente ilegal, a ação da Prefeitura em momento algum foi coibida, reparada, compensada ou resultou em consequências legais", explica Scifone.

Na ocasião, a Prefeitura alegou não dispor de recursos para executar o projeto, e para tanto recorreu a uma iniciativa público-privada, na qual concedeu a construtora WTorre a obra de remodelação do Parque – uma empresa com notável interesse imobiliário na região. A intervenção realizada pela Prefeitura em parceria com o setor privado e com a anuência do CONDEPHAAT não resultou apenas em eliminação do objeto do tombamento e na criação de uma nova forma na paisagem urbana.

Os deslocamentos forçados têm um motivo em comum: os espaços ocupados pelos times de várzea, antes indesejados pelo mercado, passam a ser cobiçados frente à valorização imobiliária em decorrência da falta de espaço em uma metrópole que não para de crescer. Um bom exemplo são as políticas públicas que visam implantar parques lineares nas regiões periféricas dos grandes centros, mas o que se vê muitas vezes é a utilização deste argumento para convencer a opinião pública de que as remoções destas comunidades são para um bem maior. Constata-se, porém, que a ambição por trás destes "projetos" é a criação de novos polos de exploração do mercado imobiliário, que resultará em um novo ciclo de crescimento desenfreado e em novas disputas geográficas dentro da cidade que resultam no encarecimento do metro quadrado onde os empreendimentos se fixarem, expulsando pela via econômica os que neles não puderem arcar com o reajuste no custo de vida – fenômeno conhecido por gentrificação.

Tal disputa tende a pender em favor da força corporati-

va por razões políticas óbvias afinal, empresas pagam impostos enquanto centros de lazer oneram à administração pública. Foi sob esta ótica racional e desenvolvimentista que a gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab retirou do Parque do Povo o caráter de lazer público das classes populares e o entregou às empreiteiras, que o utilizaram como argumento para persuadir o público disposto a pagar por um dos metros quadrados mais caros da cidade pelo fascínio de residir em frente a um parque que já não era mais do povo.

Não obstante a importância deste que se configurou como o lugar das práticas culturais populares, no ano de 2006, a prefeitura de São Paulo realizou intervenções na área tombada, a título de implantação de um "novo projeto para o Parque do Povo". O que se viu como resultado foi a criação de um novo cenário que não somente eliminou o futebol de várzea historicamente entranhado ali, como também provocou a extinção de clubes até então tradicionais e com longa trajetória de existência. Depois do processo de "destombamento", apenas quatro agremiações permanecerem no parque: o Grêmio Esportivo União da Vila Olímpia, a Associação Atlética Flor do Itaim, Marítimo Futebol e o Canto do Rio. Os três primeiros sucumbiram no ano seguinte e o quarto, que ainda conseguira sobreviver com dificuldades, graças à força e ao engajamento de seus jogadores e dirigentes, é quem mantém esta memória viva.

13. Estrela Altiva

O Grêmio Desportivo Canto do Rio do Itaim foi fundado no primeiro dia do ano de 1941 pelos marceneiros Antônio de Souza e Armando Bragança, pelo motorista Nelson da Silva e pelo comerciário Olívio Aniceto Muniz. A sua finalidade, como prevê o estatuto, é a prática da educação física em todas as modalidades e a promoção de reuniões sociais, cívicas, culturais e desportivas – sendo estas as principais o futebol de campo e de quadra, o bola-ao-cesto, o voleibol e a bocha. O seu símbolo é uma estrela de cinco pontas azul ou branca, as mesmas cores do uniforme. A agremiação não tem mascote.

Quando o Canto do Rio chegou ao Parque do Povo, em meados da década de 40, a paisagem no local lembrava a roça onde alguns dos seus fundadores cresceram na infância. As obras de retificação do rio Pinheiras ainda não haviam sido concluídas. Não havia prédios ao redor. E os próprios jogadores capinaram o terreno de modo a deixá-lo propício à prática. Era o espaço ideal. O local, com um pouco de trabalho na enxada, daria um campo oficial, ou quase isso. Não demoraria, então, para as outras agremiações que se formavam no bairro a descobrir o parque. Parque porque foi o nome que lhe deram. Na verdade, era uma área exclusiva ao futebol.

Embora o uso do local date do final da década de 30, ele só foi oficializado em 1954. Ou seja, durante 15 anos o futebol corria solto em um terreno cujo proprietário ninguém conhecia ou fazia questão de conhecer. Nesse período, a área pertencia ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que detinha 30% do direito de posse, e às construtoras Paranapanema, Urbatec e Nossa Senhora do Bom Parto, proprietárias dos 70% restantes. Naquele ano, o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC), vinculado ao INPS, emitiu uma autorização ao Marechal Floriano Futebol Clube de utilização do espaço por tempo indeterminado. Em contrapartida, o clube assumiria os gastos de manutenção e preservação da área. Aqui, começa o impasse porque as outras agremiações se sentiram no mesmo direito.

As décadas de 60 e 70 foram, contam os saudosistas, o auge do Canto do Rio, quando a instituição chegou a ter quase mil associados. Sob a presidência de Hélio Lopes, o clube rivalizava com o Marechal Floriano o protagonismo no futebol de várzea do Itaim Bibi. Mas assim como ocorrera com o coirmão, a briga pelo terreno já ameaçava a continuidade da instituição. Em outubro de 1967, o ex-presidente, Milton Galvão, encaminha um termo ao INPS, que ingressara com pedido de reintegração de posse, no qual solicita a permanência no local até a ocupação pelo Banco Nacional de Habitação, com quem o instituto negociava o terreno. Em outro protocolo, assinado por Galvão, o clube pede autorização para construir o vestiário e cercar o campo, pois o tráfico de veículos o danificava.

Já em dezembro de 1970, diante o declínio na tratativa com o BNH, Hélio Lopes reingressa com pedido de prorrogação do usufruto da área. Ou seja, nas três situações subentende-se que o próprio Canto do Rio reconhecia não ser o proprietário do local. No entanto, a maioria dos integrantes do clube desconhecia a existência destes documentos, que só viriam à tona anos depois durante o imbróglio judicial. Até então, relembra Lopes e confirma Dr. Wilson, ex-presidente do Grêmio Itororó, convinha ao INPS o local ser ocupado por agremiações desportivas. Era preferível a ter de lidar com movimentos de luta por moradia. "De certa forma, eles faziam vista grossa à grilagem. Tem muito disso na várzea. Poucos clubes têm recurso para comprar o terreno, então eles dependem da boa vontade do proprietário", explica.

Ocorre que depois da cessão ao Marechal Deodoro, o IAPC utilizou a sua cota como pagamento às construtoras pela construção de hospitais na capital. Com a posse integral do terreno, estas pressionaram os clubes a abandonarem o local, "comprando a saída". Os que recusaram, porém, sofreram retaliações dos "leões de chácara" contratados para depredar as sedes e inutilizar os campos, despejando lixo e entulho neles, segundo Jean e Bacalhau, ex-presidentes do Marítimo e do União da Vila Olímpia, respectivamente.

Em 1975, o acordo foi anulado na justiça porque as construtoras não cumpriram a sua parte. Paralelamente, elas hipotecaram junto a Caixa Econômica Federal a cota de 70%, e, como não -

São Paulo, 31 de outubro de 1967

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

IAPI - 21 - 0
PROTOCOLO
458647
DATA 31.OUT.967 DISTRIBUIÇÃO 21-11

Ilmº Sr.
Dr. PERICLES SAMPAIO
DD.Superintendente Regional do I.N.P.S.
Secretaria dos Comerciários
CAPITAL

Prezado Senhor:

Pela presente levamos ao conhecimento de V.S. nossa concordância em desocupar o imóvel de propriedade dêsse Instituto, independentemente da Ação de Reintegração de Posse que foi proposta contra nosso Grêmio, cópia anexa.

Solicitamos-lhe, todavia, a especial fineza de concedermos autorisação para permanecermos no mesmo até a sua efetiva ocupação pelo Banco Nacional de Habitação, ocasião em que o entregaremos totalmente desocupado, sem quaisquer outras formalidades.

No aguardo de sua costumeira compreensão e boa vontade para com o nosso Grêmio, subscrevemo-nos,

cordialmente,

O. D. SANTO DOLCE

P.C.
FOLHA
DO
LIVRO
55
20972

MEMBRO DESEMBARGADOR SANTOS PILHO, com campo de futebol nesta capital cedido gentilmente por êsse renômado Instituto em de 1953 localizado no final da Rua do Porto, no bairro do Tatuapé vem mui respeitosamente requerer autorização para construção de vestiários para aquela praça de esportes e posteriomente o cercamento do campo; os fins futuros - principais que determinarão a realização dêste são os seguintes:

1º) - Devido naquela localidade uns 500 m aproximadamente passarem trens de passageiros e ainda transitarem crianças e senhoras, pedimos a autorização para a construção dos vestiários.

2º) - Devido, na mesma localidade passarem veículos pelo gramado e por conseguinte estragando o mesmo, pedimos a autorização para o cercamento.

Certo de sua atenção, e sem que mais nada possa oferecer-me no momento despeço-me atenciosamente, agradecendo antecipadamente.

P. DEFERIMENTO

LOURIVAL DA SILVA SANTOS PILHO
Presidente

ISENTO DE SELO - FEDERAL

TABELIONATO VEIGA
(S. PAULO - R. LIBERO BADARÓ, 288 - LOJA 8)
Reconheço a firma
SÃO PAULO, 27 DE ABRIL DE 1960
Em testo

TABELIONATO VEIGA
1º OFÍCIO DE NOTAS
SÃO PAULO
Dr. OTÁVIO L. DO VALLE VEIGA
TABELIÃO

São Paulo, 01 de dezembro de 1970.-

Ilmo.Sr.
Coordenador do Patrimônio do
Instituto Nacional de Previdência Social - INPS
Av. 9 de Julho, 611
Nesta

INPS 21-0
PROTOCOLO
650636
-1 DEZ 1970

Prezado Senhor:-

Tendo em vista a conclusão do MANDATO DE REINTEGRAÇÃ DE POSSE nº 237/69, movido por êsse Instituto contra êste Grêmio, e que não o locamos nenhum obstáculo para a efetivação desse mandato, inclusive não compa recendo às audiências, bem como concordando em desocupar o imóvel independent dessa ação judicial, conforme cópia da carta anexa, vimos pela presente solic tar de V.Sas. uma nova autorização para permanecermos no imóvel de propriedad desse Instituto até sua efetiva utilização, ocasião em que entregaremos totalmente desocupado, sem quaisquer formalidades.

Informamos, ainda, que utilizamos êste terreno desd 18 de setembro de 1953, para a prática do futebol, e sempre cumprimos as cond minações impostas por êsse Instituto mantendo-o na mais perfeita conservação evitando inclusive a formação de moradias clandestinas, como ocorre nos terre nos vizinhos.

Outrossim, informamos que o Grêmio Desportivo Canto do Rio é uma sociedade civil, sem fins lucrativos e compõe-se de 843 sócios mais de mil simpatizantes, sem distinção de nacionalidade, culto e sexo, e pr porciona a difusão do civismo da cultura física, principalmente o futebol ama dor, e realiza também reuniões de divertimento de caráter social e cultural.

No aguardo de sua costumeira compreensão e boa vonta de para com o nosso Grêmio, subscrevemo-nos com elevada estima e

Consideração

G. D. CANTO DO RIO (ITAIM)

Helio Lopes
Presidente

9 anexos.

conseguiram quitar a dívida pecuniária, a instituição financeira se tornou, ao lado do Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social – antigo IAPC – proprietária da área. Naquele momento, a construção da Avenida Juscelino Kubitscschek, inaugurada em 1976, promoveu uma reorganização espacial na região. O terreno ocupado pelos clubes foi reduzido e o parque passou por uma remodelação. Alguns clubes que haviam deixado o espaço retornaram; outros não conseguiram se manter. Na década de 80, a chegada dos grupos Escola Picadeiro e Teatro Vento Forte atraiu ao local um público mais diverso e o Parque do Povo deixou de ser exclusivo do futebol.

Assim como a maioria dos clubes de várzea, a receita do Canto do Rio provém de contribuições associativas mensais – o popular carnê (R$50,00) -, doações e patrocínios. A estrutura organizacional dispõe dos seguintes poderes: Assembleia Geral; Conselho Deliberativo; Conselho Fiscal e Diretoria. Os associados são divididos nas seguintes categorias: Grandes Beneméritos, Beneméritos, Honorários, Contribuintes, Militante, sendo as três primeiras isentas da contribuição social.

É preciso ter mais de 18 anos para se associar. O que faz um sócio subir na hierarquia institucional é "prestar serviços relevantes ao clube", desde que aprovado pela maioria dos membros em assembleia. O estatuto impede que qualquer um deles seja remunerado pela organização, mas a restrição não se estende a funcionários do seu convívio, como a secretária e o zelador. Como muitos jogadores transitavam pela estrutura burocrática da instituição, a prática do "bicho" era menos recorrente do que em outras agremiações. Ao longo da sua história, o Canto do Rio participou de inúmeras competições, mas nunca alcançou o patamar de disputar torneios, como a Copa Kaiser, que exigiam o semiprofissionalismo, âmbito no qual é corriqueiro o pagamento aos atletas.

A maior de suas glórias foi a terceira colocação no Campeonato do Diário Popular, em 1968, naquela época o maior torneio de futebol amador da cidade. O time foi eliminado na semifinal, no campo do Juventus da Mooca, na Rua Javari, com o estádio cheio e a torcida prestigiando. Sensação de time profissional. Para quem nasceu e cresceu no amadorismo, chegar tão longe em uma competição que reunia mais de 600 times foi uma grande conquista. Além disso, o atacante Betinho recebeu o prêmio de artilheiro do torneio.

O clube revelou ao longo da sua história alguns atletas que se notabilizaram em grandes times do país, dentre os quais Tião, ex-Corinthians; Miró, ex-Portuguesa; Esquerdinha, ex-Palmeiras, e um tal de Giloca, ponta-esquerda que não se sabe ao certo por qual time viria a atuar, mas, de acordo com o Sr. Orlando Reis, guardião da memória do Canto do Rio, arrancava aplausos da torcida. Também estiveram envolvidos com o clube, embora não como atletas, os ídolos do Corinthians – Basílio e Vladimir – e do São Paulo, Serginho Chulapa. Certa vez, conta Reis, Garrincha surpreendeu os dirigentes ao aparecer no Parque de sapato social e camisa bege de manga comprida. Quando viu a pelada rolar no terrão, tirou a camisa, sacou o sapato e arregaçou a bainha da calça até o joelho. Pediu licença antes de entrar em campo e se divertir, como nos tempos de Pau Grande. Os demais peladeiros ficaram curiosos com aquele senhor de cujos pés a bola parecia não querer desgrudar e começaram a cogitar na vaga de quem ele entraria no time principal. Nunca mais o viram. Duvidaram nos encontros seguintes até Tucano jurar de pés juntos que sim, era mesmo o Mané.

Antônio Bernardo, o Tucano, é um ex-árbitro de boxe e ex-membro da equipe técnica do pugilista baiano Acelino "Popó" de Freitas. "Eu o descobri em Salvador e o trouxe para São Paulo", conta com orgulho, mostrando mensagens trocadas com o pupilo no Whatsapp. Quase tudo o que diz faz menção ao universo da luta: as viagens internacionais, a amizade com Maguila, as negociatas do Conselho Mundial de Boxe e as arbitragens tendenciosas quando a luta ocorria no Brasil. "O Maguila, mesmo, ajudei várias vezes. Zonzo, nocauteado em pé, eu intervinha e paralisava a luta. O adversário, puto, quase vinha pra cima de mim. Eu ajudava, mesmo. Os caras fazem o mesmo lá fora", confessa.

Tucano foi trazido ao Canto do Rio pelo amigo de whisky e carteado, Alpheu Feddersen, um senhor de um metro e meio, cabelos grisalhos penteados à direita e olhos azuis claro que quase não destoam do cabelo. Descendente de italiano com alemão, Feddersen fala um português arrastado, em tom baixo e sonolento e parece não se irritar com nada. Quando lhe fazem perguntas, ele espera alguns segundos antes de começar a responder. Se alguém o interrompe, geralmente Tucano, mais efusivo e eloquente, ele retoma a argumentação sem perder o fio da meada e, optando por palavras sutis, se contrapõe ao colega.

No final da década de 70, chegaram ao Canto do Rio os demais membros da mesa diretora que marcaria uma nova era no clube. Eram eles: Manuel Soares, Aldo Grecco, Orlando Reis, Nino, José Dias, Valdir Dias Maciel, além do próprio Tucano e Alpheu. Soares é o mais falante. Às vezes, é preciso puxá-lo de volta ao assunto inicial porque o risco de se perder em assuntos diversos não é pequeno. Há rumores também que não se pode confiar em tudo o que diz – daí o porquê de alguns o terem apelidado de "Cascata". Felizmente, porém, antes que ele pudesse descobrir a broma, e com receito de que esta não fosse vista como tal, acharam por bem chamá-lo de outra forma, até por sinal de respeito ao senhor, que, se eventualmente podia se exceder nas histórias, também havia, de fato, feito muito pelo clube. Desde então, chamam-no de Mazzola. O que o diferencia dos demais é o bigode com fiapos escuros e grisalhos que ele insiste não raspar há quatro décadas. É também o mais persistente em não deixar as confraternizações acabarem, mesmo quando todos dão por

encerrado os trabalhos extracampo. Tais características não impediriam o conselho de considerá-lo o nome ideal para presidir o clube, em uma gestão (1996-1999) afogada na saudade dos anos dourados.

O Sr. Aldo Grecco já era conhecido do pessoal do Canto quando jogava pelo Guanabara do Paraíso nos anos 60. Dizem, e ele admite, que não era muito bom de bola, mas gostava do ambiente entorno do jogo, talvez por carência de amigos no escritório de advogacia, onde começara trabalhar na infância como leve e traz de segunda a sábado até ascender de tal forma na carreira que passara a se dar ao luxo de despachar três vezes na semana sem sair de casa – trajetória que ele repete com orgulho sempre acrescentando alguns detalhes. Em um jogo contra um combinado de taxistas, após iniciar a jogada na intermediária ofensiva, tocar e receber de volta, já com o goleiro batido, chutou para fora. Culpou a bola, dizendo que estava murcha. Puto consigo mesmo, descontou no adversário que o driblara minutos depois. Caído, ele ainda mordeu o rival, que parece não ter sentido nada. Ele, ao contrário, deixou o campo reclamando de dor de dente.

O apelidou pegou: dente de leite ou, posteriormente, dentinho. O Sr. Grecco foi figura chave naquela diretoria numa época em havia incerteza se o clube conseguiria pagar as contas. Em uma das reuniões no bar do antigo terrão, narra Mazzola, Dentinho chegou atrasado, mas sem pressa. Puxou a cadeira vermelha e se aproximou da mesa de plástico da Brahma iluminada por uma lamparina a querosene. Perguntou se havia cachaça. Alpheu lhe serviu um copo de cerveja pela metade que ele cuspiu por que estava quente. Quando ouviu que o assunto em questão era o aperto financeiro, interrompeu a discussão e perguntou o valor da fatura. “Ele pagou sozinho. Disse que era um empréstimo sem juros, que o clube poderia devolver quando a situação melhorasse, o que acabou acontecendo, mas bem depois”, conta Mazzola. Imbuído pelo gesto de generosidade, reforça Alpheu, Nino rifou o Volkswagen para ajudar o clube. Tucano cogitou fazer o mesmo com o Kadett, mas, pensou duas vezes e quis crer que as coisas se ajeitariam sem a necessidade de tanto sacrifício.

Em 1978, José Alpheu Falanga, ex-jogador do Canto do Rio, funda o Clube do Mé e leva consigo a turma do “tomba li-

tro", um pessoal mais interessado em beber do que em jogar. Eles invadiram o terreno onde havia uma pista de motocross com a justificativa de que os motoqueiros eram drogados – argumento que, por ironia do destino, se voltaria contra eles. Os elencos continuaram amigos. Quando se enfrentavam, combinavam o revezamento à frente no placar para no final todo mundo ter a certeza de ter feito uma boa partida, deixando a sorte determinar o veredicto final.

Sempre que alguém precisa recordar alguma informação – uma data comemorativa, um jogo especial, o nome do rival, e até dados específicos, como nomes e honorários dos advogados que já defenderam o Canto do Rio – o pessoal recorre ao senhor Orlando Reis, o primeiro funcionário do clube. O Sr. Orlando é um homem de poucas palavras e memória apurada – virtude exigida para trabalhar no bar, onde não falava nada, via muito e ouvia tudo. Ao contrário dos colegas, Orlando não apagou as goleadas sofridas para o Esplanada, os erros de arbitragem a favor do time e prefere ter uma visão, digamos, mais comedida sobre os fatos. "O Canto do Rio nunca foi um time de ponta da várzea. Cada um pode alimentar a ilusão que quiser sobre o passado. A verdade é outra coisa. Não que eu seja dono dela, mas basta pesquisar e você verá que outras equipes foram mais vitoriosas. Tudo bem. Este nunca foi o maior propósito", pondera.

A primeira pergunta que Orlando faz quando conhece alguém é sobre a origem da pessoa, desejando que esta seja de fora de São Paulo para assim intrigar sua curiosidade em descobrir de onde ela vem. É comedido também nos gestos – se o time faz gol, comemora quieto – e nas críticas: pão velho com frango queimado está ótimo. Jogava na zaga e não reclamava em ter de sair no intervalo ou de entrar a poucos minutos do fim. O seu forte é a bocha, hobby que mantém vivo aos domingos. Não abre mão de uma cervejinha, mas lembra que é melhor não misturar, ainda que, sem moralismo, ele próprio o faça com cachaça. Fuma pouco e não pretende largar. Tentou duas vezes e desistiu. Considera uma vitória ter conseguido diminuir a quantidade.

7 de maio, sábado. Mazzola chega com duas sacolas de verduras e chama Valdir para preparar a vinagrete. Sunao desce a primeira rodada de maminha. Sr. Orlando pede que a próxima venha um pouco

menos passada. São 14:43. A mulher, Wilma, o chama, mas ele não atende. Estamos no meio de um papo sobre ídolos do passado, críticas ao futebol moderno, eliminação do Corinthians na Libertadores e lutas de boxe memoráveis. A segunda rodada chega, no ponto, mas a cerveja esquenta. Tucano se oferece a buscar mais. Eu anoto os nomes e confundo as datas. Orlando repete, umas três vezes, os mesmos dados. E quando finalmente lhe pergunto sobre a desocupação, algo que até então muitos relutavam em falar, ele me pede calma. "Deixe-me lembrar".

O parque enfrentou outro processo de reintegração em 1987. A TELESP – Telecomunicações de São Paulo – moveu ação contra a CEF e o IAPAS e, com a anuência do governo federal, desmembrou uma área de 20 mil m2, - o que levou ao fim do Marechal Floriano e a perda de metade do campo do Canto do Rio. Este foi o fato que desencadeou o pedido de tombamento do parque encaminhado ao CONDEPHAAT. Durante a análise do processo, a CEF e o IAPAS tentaram transferir a competência do órgão estadual para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois alegavam se tratar de propriedade pública federal. Ante o declínio às petições, os proprietários decidiram leiloar o terreno. É neste contexto que surge a Associação dos Amigos do Parque do Povo, que mobiliza a região em prol da defesa do parque. O grupo conquista a simpatia de alguns vereadores e da Ordem dos Advogados do Brasil, que divulga nota favorável ao tombamento. No final de 1988, a Procuradoria da República, embasada pelos estudos do CONDEPHAAT, solicita à Quarta Vara de Justiça de São Paulo liminar que susta o pedido de desapropriação movido pela TELESP.

Neste contexto, aparece outra figura importante do clube: a secretária Magali Leite. Foi ela quem sugeriu aos dirigentes reformar o espaço. "Achava que se o local fosse mais atrativo, empresas nos procurariam para expor suas marcas, e isso geraria receita ao clube". De fato, lojas de material de construção e mecânicas haviam pregado anúncios na entrada do campo, mas sem o consentimento da agremiação. Mazzola, inclusive, teve alguns desentendimentos com este pessoal, que muitas vezes eram jogadores das equipes vizinhas."Não tinha muito tato para lidar com esta gente. Se visse uma placa na nossa área, simplesmente a arrancava", reconhece Mazzola. "Neste aspecto, a Magali,

muito esclarecida que é, foi única. Ela viu uma fonte de receita que nenhum de nós, dirigentes, havíamos pensado. Felizmente, nós, um bando de machos, ouvimos e, para o bem do clube, ela estava certa", lembra.

Corria na justiça uma ação do clube contra a Playpiso, empresa de grama sintética, por danos materiais a uma outra propriedade da instituição. Com o intermédio de Magali, Mazzola procurou a empresa e propôs um acordo: o clube retiraria a ação se a empresa aceitasse amortizar o valor da causa para assentar o gramado. A Playpiso concordou. O Canto do Rio organizou uma pelada de despedida do terrão. Nunca se viu tanta gente no parque. Os dirigentes juravam que a mudança era para melhor e que o hábito dominical permaneceria intocável. Os freqüentadores diziam não ver necessidade de se mudar nada, porque estava tudo muito bom. Depois da reinauguração, Magali costurou outra parceria, agora com a L&C Placas de Iluminação: refletores em troca de publicidade. O Canto do Rio passou a dispor, então, de um novo espaço – compatível com os novos tempos – que destoava dos demais, talvez por isso o clube passou a ser visto como os "riquinhos do parque", o que os próprios dirigentes não negam.

De fato, o Canto do Rio ganhou dinheiro nesta época com o aluguel da quadra durante a semana. O clube chegou a ceder o campo para o São Paulo F.C, com quem mantinha boa relação. A arrecadação mensal chegava a R$ 20 mil reais, suficiente para cobrir os custos de manutenção (R$7 mil) e gerar caixa. O lucro serviu para o clube construir sua sede social fora do parque, mas também como pretexto para moradores do entorno alegar exploração comercial em área pública, argumento que viria, ao fim e a cabo, justificar a retirada dos clubes dali.

Em 1996, a CEF e o Ministério da Previdência concederam à Prefeitura de São Paulo o direito de administrar o parque que, em contrapartida, se comprometeu a reformá-lo. Naquele mesmo ano, o município ingressou com nova ação de reintegração de posse, protelada por mandados de segurança impetrados pelos clubes. Nos anos seguintes, a pressão por parte de alguns moradores ecoou na imprensa e na Câmara dos Vereadores. Tucano e Alpheu lembram que "a gente rica do bairro" queria se livrar dos times de qualquer jeito, porque "não suportavam ter que conviver com gente que não pertencia àquele lugar". O barulho

das festas nos finais de semana incomodava, reconhece Tucano. Ele ressalta, porém, que, até o fim da década de 80, os times foram úteis ao não permitir a expansão da favela Funchal, pois os próprios jogadores impediam a tentativa de se montar barracos no local. "A Prefeitura não se lembra disso. Agora que a região se valorizou, perdemos serventia".

Nos anos seguintes, o lobby aumentou e os clubes foram deixando o parque – alguns por livre e espontânea vontade, outros pela mão da justiça. Só sobraram os mais estruturados – Itororó, Flor do Itaim e Canto do Rio – até que, em 2006, só restou este último. Tucano, Alpheu e Mazzola afirmam que o Canto do Rio resistiu porque era visto com menos desprezo no bairro e se diferenciava dos demais em alguns aspectos. "Não posso dizer que não havia exploração comercial no parque. Havia. Mas nós éramos os únicos a reverter toda a arrecadação no próprio clube. Nunca pusemos um centavo no bolso. Os outros dirigentes – são nossos amigos, nos damos bem até hoje – diziam: Mazzola, deixe de ser otário. Todo este esforço e você não vai ganhar nada em troca?", conta Mazzola.

Em abril de 2006, o Canto do Rio recebeu a notificação de que teria de deixar o parque. Mas o clube ainda tentou um último recurso. A advogada contratada, Letícia Mello, filha do ministro do supremo Marco Aurélio Mello, entrou com mandado de segurança, alegando usucapião do espaço que ocupava há quase sete décadas. Tucano e Alpheu lembram que na noite anterior a ação faltou luz no Fórum responsável pela análise do pedido, posteriormente indeferido sob a justificativa que o usucapião não pode ser requerido em áreas públicas. "A gente não tinha a quem recorrer. Tanto o prefeito (Gilberto Kassab) quanto o governador (Geraldo Alckmin) estavam emprenhados em tocar a reintegração adiante", recorda Alpheu.

No dia 13 daquele mês, logo pela manhã, Sunao ligou para Mazzola e Tucano e lhes disse que a sede do clube estava sendo demolida. Quando chegaram no parque, os muros já estavam no chão. "Se tivesse sido avisado antes, teria reagido. A gente ainda saiu na mão com os caras da Prefeitura, mas não teve jeito. Foi uma judiação. A nossa história morreu ali", lamenta Tucano.

A seqüência dos fatos pode não ter sido tão dramática, mas

é bastante representativa para quem a viveu de perto. É o caso de Valdir Soares da Silva, caseiro do clube há 20 anos, que naquele dia, ao lado dos filhos William e Wladimir, viu os tratores derrubarem a sua residência. "Levantei às 06:40 para levar meu filho na creche. Vi uma movimentação estranha na rua, um carro da metropolitana e um trator lá atrás, mas segui na minha direção. Voltei da creche e quando estava tomando café ouvi o barulho. Saí e vi os caras com o maçarico cortando o portão. Já parou o caminhão e desceram dois funcionários com sacos de náilon na mão. Perguntaram: você tem para onde ir?", lembra Valdir. "Respondi que não. Eles disseram: arrume as suas coisas porque você precisa sair. Podemos te levar para a casa de algum parente, mas precisa ser dentro da cidade de São Paulo, não pode ser nas imediações. Se não tiver para onde ir, vamos te levar para um albergue". Valdir estava a par do imbróglio judicial envolvendo a área, mas diz não ter sido comunicado sobre a remoção. "A gente sabia que podia acontecer porque os outros times passaram pelo mesmo processo, mas ainda tinha a esperança de que a justiça podia nos dar ganho de causa. Os meus filhos ficaram meio perdidos, sem saber o que estava acontecendo. Liguei para a minha esposa, a advogada e os dirigentes. Acompanhei toda a ação e depois fui para a sede social do clube. Foi triste. Chorei e tal. O Canto do Rio, sem dúvida, perdeu ali grande parte da sua história. Nunca mais foi o mesmo", ressente.

Durante a cerimônia de assinatura do termo de concessão de direitos da superfície do Parque do Povo, no qual a Prefeitura reafirmou o compromisso em "transformar o local em uma área de amplo convívio social" o então secretário de Coordenação das Subprefeituras, Andrea Matarazzo, morador da região, disse que o Parque do Povo voltaria a ser de todo o cidadão paulistano e não seria mais "refém de um grupo de oportunistas e privilegiados, que vinha desfrutando de um dos espaços mais nobres da cidade em benefício próprio".

Inaugurado no dia 28 de setembro de 2008, o espaço hoje tem 112 mil m2, 1,2 mil árvores - dentre as quais chamam atenção os ipês brancos, sobretudo no inverno - 32 banquinhos, nenhuma lanchonete, oito quadras de futebol, quatro de basquete, duas de vôlei, nenhum bar, uma pista de corrida, uma de bicicleta, vários velhinhos, nenhum skatista, uma copa com quatro mesas de ma-

deira sobre as quais repousam edições antigas da Veja e Isto É. Há também um único campo, onde ninguém mais joga futebol.

Quando retornou ao parque, muito tempo depois, Valdir não reconheceu o local. "Não sei te dizer o que melhorou ou não. Parece que é um pessoal diferente. Naquela época, era o público do futebol, que já não se vê mais. Não só ali, mas em outros lugares também. Acho que a várzea está acabando".

Dentinho prefere guardar as boas recordações. "A imagem que fica é aquela depois dos jogos. Um trazia a berinjela, outro a sardela e eu o aliche. Era uma festa danada", brinca. A confraternização, diz Magali, é o que restou daqueles tempos. Depois do despejo, o Canto do Rio vendeu a sua sede social na Juscelino e comprou uma casa no Brooklin, onde preserva o que sobrou da história. O local não tem campo, mas tem churrasqueira, mesa de sinuca e um salão, onde os bailes são tão agitados como os de antigamente, garante Magali. Serve também como ponto de encontro dos dirigentes de oposição do São Paulo FC quando "querem fazer picuinha contra a situação", revela Alpheu Jr, filho do ex-presidente.

Sunao gostaria de ressuscitar o passado. No final do dia, próximo da hora de se despedir, ele começa a remoê-lo. Diz que há negociações para o Canto do Rio voltar ao campo do Parque do Povo e pede a minha ajuda para levantar a bandeira. Lamenta, por outro lado, não ter feito mais ações sociais enquanto esteve no local. "Esta é a dica que te dou. Faça algo pelo social e divulgue. Se tivéssemos tido o apoio da sociedade ainda estaríamos lá", lamenta. Pergunto se as campanhas de doação de roupa e alimentos, a escolinha de futebol gratuita para os meninos da Funchal e o circo-escola não tiveram impacto social. "Não foram divulgadas. Além disso, poderíamos ter feito mais".

O Canto do Rio sobrevive hoje dos seus 50 abnegados – 38 pagantes. O time ainda joga como visitante, mas só a velha guarda. No último confronto, há três semanas, contra o São Paulo Athletic Club, a equipe cansou de desperdiçar gols. Na melhor chance, Chucru, atacante desengonçado, recebeu passe de Dadá e, sem goleiro, chutou para fora. Resultado: 3 a 2 para o SPAC. A arquibancada quase vazia lamentou. E lá estavam Mazzola, Alpheu, Tucano e Orlando, com a camisa azul e branca no peito e o copo americano de cerveja na mão.

100/1

CONCLUSÃO

Em 07 de 04 de 2006, faço estes autos conclusos a MM. Juíza de Direito, **Dra. SILVIA MARIA MEIRELLES NOVAES DE ANDRADE.**

Eu, _____, Escr. subscrevi.

Processo n. 170/06

Vistos.

Cuida-se de interdito proibitório intentado pelo Grêmio Desportivo Canto do Rio Itaim em face da Municipalidade de São Paulo, argumentando que se encontra na posse de área pública há 65 (sessenta e cinco) anos, a qual é utilizada para a prática desportiva. No entanto, tem tido sua posse turbada por atos da requerida, a qual derrubou o muro divisório com outra agremiação, bem como destruiu as calçadas e fechou as entradas de seu imóvel, impedindo o ingresso de seus sócios.

Em audiência de justificação foram ouvidas testemunhas do autor e da ré, comprovando-se a posse longeva, bem como os atos de turbação.

Em resposta, a ré afirma que tal área é tombada pelo CONDEPHAT e que o autor tem mera detenção e não posse, posto cuidar-se de área pertencente à Caixa Econômica Federal (70%) e ao INSS (30%), sendo que a e a sua posse decorre de direito de superfície cedida em instrumento particular firmado entre ela e a Caixa Econômica Federal.

Em simples análise de liminar, verifico que, muito embora o Grêmio tenha apenas detenção, tal como afirma a requerida, esta não tem o alegado justo título para fins de exercício de direitos

601
A

possessórios sobre a área em questão, uma vez o direito de superfície, embora seja direito real (art. 1.225, inciso II, do Código Civil de 2002), somente pode ser concedido por meio de escritura pública, registrada em Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do que estabelece o art. 1.369, do mesmo *codex*, sendo tal exigência válida inclusive para os entes públicos, tal como estabelece o art. 1.377, do referido código.

Dessa forma, ao menos em uma análise preliminar, verificando-se a ilicitude do ato praticado pelo poder público, eis que sem base em justo título, e encontrando-se comprovada a turbação, encontram-se presentes os requisitos do art. 932, do Código de Processo Civil, motivo pelo qual DEFIRO a liminar, expedindo-se o mandado proibitório, sob pena de multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) no caso de descumprimento do preceito.

Tendo em vista a contestação já encartada nos autos, aos autores para a réplica, retornando, após, conclusos.

Int.

São Paulo, 12 de abril de 2006.

SILVIA MARIA MEIRELLES NOVAES DE ANDRADE

Juíza de Direito

DATA

19 04 06

Cópia do pedido de reintegração cedida pelo Canto do Rio. (07 de abril de 2006)

14. Notas

Capítulo 2: A origem elitista no Brasil

1) Na ocasião, além das bolas, Miller trazia as camisas do Bannister Court School e Southampton Football Club, times aos quais ele havia integrado na Inglaterra, um par de chuteiras e um livro de regras do futebol.

2) A popularização do Flamengo deve-se em especial a dois fatores: à gestão do presidente José Bastos Padilha voltada a melhorar as dependências sociais da instituição e a voz marcante de Ary Barroso, torcedor fanático do rubro-negro, que não escondia o entusiasmo pelo clube nas transmissões esportivas das rádios Cruzeiro do Sul e Tupi.

Capítulo 3: Popularização

3) Referência: Tomás Mazzoni: história do futebol no Brasil; 1894 – 1950. São Paulo, 1950, p.13.

4) Trecho de carta enviada de São Paulo para o Rio, a 16 de agosto de 1896, pelo jornalista Celso de Araújo ao jornalista Alcindo Guanabara. Citado por Neiva (1955, p.33).

5) O estádio da Fazendinha foi construído pelos operários simpatizantes do Corinthians em 1910. O time deixou de disputar jogos oficiais nele em 1983, mas até hoje o local abriga a sede social do clube.

Capítulo 4: Identidade Nacional

6) Esta terminologia não foi usada stricto senso na obra de Freyre.

7) Vinte e um é uma brincadeira no basquete na qual vence o jogador, dupla ou trio que marcar vinte e um pontos primeiro.

8) O clássico Santos 3 x 1 Palmeiras, exibido pela Record em 18 de setembro de 1955, foi o primeiro jogo ao vivo no Brasil. A transmissão em cores viria só quinze anos depois, na estréia do Brasil na Copa de 1970 contra a Tchecoslováquia, no dia 03 de junho.

Capítulo 5: Profissionalização

9) O brasileiro Amphilóquio Marques, o Filó, ex-jogador do Corinthians compôs o elenco italiano em 1934. Apesar de não ter entrado em campo – ficou o tempo todo na reserva – Filó é considerado o primeiro brasileiro campeão do mundo. Os argentinos foram: De Maria, Guaita, Monti e Orsi.

10) 200 mil é o público estimado daquela final. No dado oficial constam 173.850 espectadores.

Capítulo 7: Ludismo, conflitos e superstições

11) No dia 12 de março de 2015, a Fifa excluiu o Zimbabwe das eliminatórias da Copa do Mundo 2018 porque a federação local devia 81 mil dólares ao técnico brasileiro José Claudinei Georgini, que comandou a seleção em 2008. (Laboissière, 2015).

12) Um bom exemplo é a reportagem "No Brasil, jogador de futebol nasce feito", que comparou o modo de se aprender futebol no Brasil e na Europa. Aqui, os talentos seriam "naturais" e "apareciam" em simples brincadeiras de rua, enquanto em terras europeias o futebol era ensinado como "matéria qualquer"

(A Gazeta Esportiva Ilustrada, março de 1959).

15. Fotos

Primeiros registros fotográficos do clube, ainda da década de 40. Ninguém no clube

A chegada no Parque - anos 50 e 60

Sunao (quarto em pé da esquerda para a direita)

Hitsui, Fefê, Tobias, e Zeca (em pé); Sunao e Tucana (agachados)

Alemão, Tião, Bidú, Rossi e Carvalho

Anos 70 e 80: o auge da várzéa

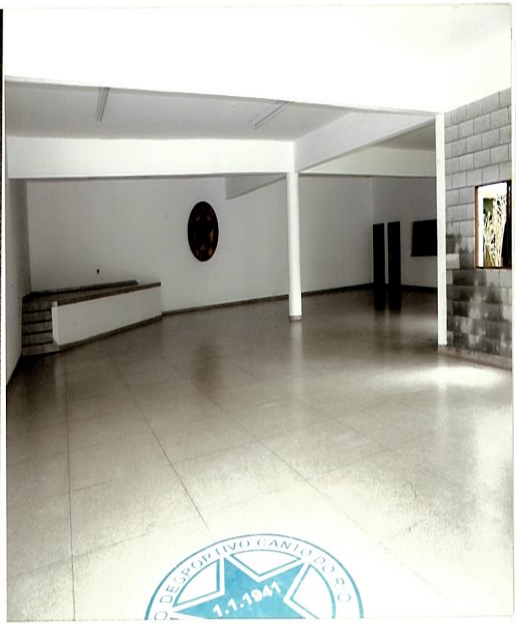
Esplanada: o grande rival

Beto, Zequinha, Rubão, Tucano e Cachaça

Alpheu e Tucano

Os bailes

A antiga sede



Equipes mirim e feminina após a reforma

O estatuto social

Grêmio Desportivo Canto do Rio dc
"O CLUBE AMIGO DO ITAIM"
FILIADO AO SINDICLUBE
E-Mail: cantodorioitaim@globo.com
CNPJ: 43.077.619/0001-07 - Inscr. Est.: Isento
RUA GABRIEL DE LARA, 415 - BROOKLIN - SÃO PAULO - CEP 04582-050 TEL./FAX. 5049-2047

CAPÍTULO XII
Da Dissolução do Clube ..... 93º a 95º;

CAPÍTULO XIII
Das Homenagens e Símbolos ..... 96º a 98º;

CAPÍTULO XIV
Das Disposições Gerais e Transitórias ..... 99º a 105º;

ESTATUTO SOCIAL

AO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
17 FEV 2003
PRIMEIRO TABELIONATO DE NOTAS
MEDIANO
55

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Organização

SEÇÃO ÚNICA

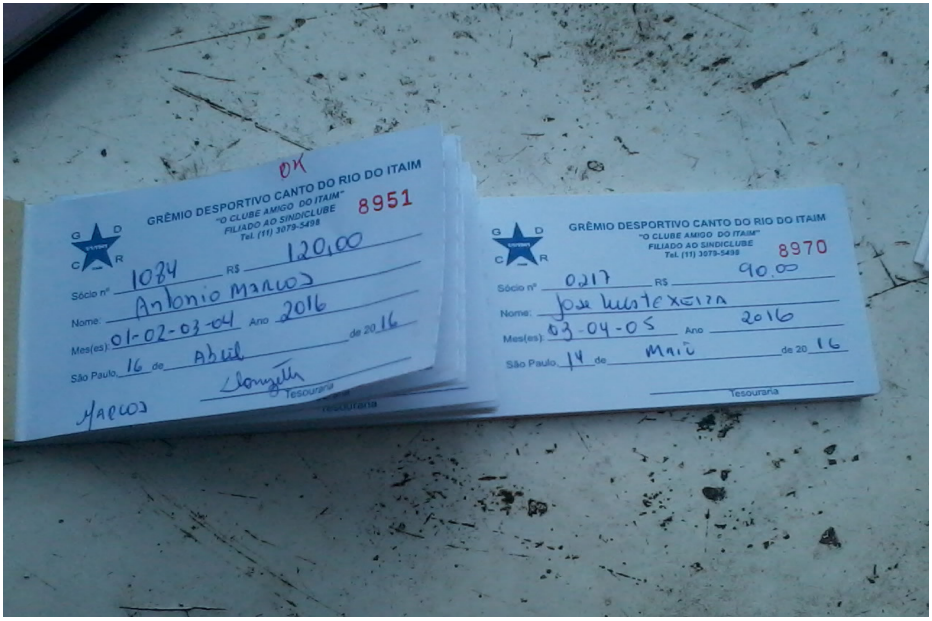
Artigo 1º. O **GRÊMIO DESPORTIVO CANTO DO RIO DO ITAIM**, fundado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 1º de janeiro de 1941, onde tem foro e sede social, à Rua Gabriel de Lara, nº. 415, Bairro Vila Cordeiro, CEP 04582-050, é uma associação, nos termos do artigo 53 do Código Civil, com prazo de duração indeterminado, tendo com finalidade a prática e desenvolvimento da educação física em todas as modalidades e a promoção de reuniões sociais, cívicas, culturais e desportivas;

§ 1º. O **GRÊMIO DESPORTIVO CANTO DO RIO DO ITAIM** manterá equipes para a prática de desportos amadores, dentre outros: futebol, futebol de quadra, bola-ao-cesto, voleibol e bocha;

§ 2º. A receita para a manutenção de suas atividades sócio-esportivas será proveniente de contribuições associativas, contribuições para manutenção de suas instalações, doações e patrocínios;

Artigo 2º. O **GRÊMIO DESPORTIVO CANTO DO RIO DO ITAIM** será regido por este Estatuto e pelos seus diversos Regulamentos, tendo como Poderes:

a) a Assembléia Geral;
b) o Conselho Deliberativo;



O carnê social

Tucano ao lado de Popó

Mazzola observa a demolição

Valdir na atual sede do clube

16. Bibliografia

ADAUTO, Flávio. **O futebol de várzea não morreu, só mudou de lugar.** Em: Futebol espetáculo do século. Painel: Várzea, Futebol e Lazer. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,1999.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Com Brasileiro, não há quem possa: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mario Filho e Nelson Rodrigues.** Editora UNESP, São Paulo, 2004.

BAETA, Luis Felipe. **O paradoxo do coringa e o jogo do poder é o saber.** Ed. Achiame Ltda.Rio de Janeiro, 1979.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade.** Editora Contexto. São Paulo, 2009.

CONDEPHAAT. Processo no. 26.513/1988. **Estudo de tombamento do Parque do Povo.**

COSTA, Alexandre. **O Tigre do Futebol.** Dorea Books and Art. São Paulo, 1999.

DA MATTA, Roberto. **O Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira.** Edições Pinakotheke. Rio de Janeiro, 1982.

DA MATTA, Roberto. **Futebol: ópio do povo x drama de justiça social.** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 1, 4, p. 54-60, nov. 82

DA MATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens.** Editora Rocco. Rio de Janeiro, 2006.

FAUSTO, Boris. **Negócios e Ócios.** Companhia das Letras. São Paulo, 1977.

FIGUEIREDO, Rosali. Jornalismo e realidade: **A crise de representação do real e a construção simbólica da realidade.** Editora Mackenzie, São Paulo, 2004.

GALEANO, Eduardo. **Futebol Ao Sol e à sombra.** L&PM Editores. Porto Alegre, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Editora Atlas, 4a edição. São Paulo, 2002.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões.** Editora Nova Alexandria. São Paulo, 1999.

GUEDES, Simoni Lahud. **Subúrbio: celeiro de craques.** Edições Pinakotheke. Rio de Janeiro, 1982.

HENN, R.C. **Os fluxos da notícia, uma semiose sistêmica. 1.** Ed.São Leopoldo: Unisinos, 2003. v.1.

HILARIO, Franco Júnior. **A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

HIRATA, Daniel Veloso. **O futebol varzeano: práticas sociais e disputas pelo espaço.** Dissertação de mestrado em sociologia pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Escrita Total.** Clube de Autores. São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves: **Histórias do futebol: ensino & memória.** Ed. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Ensino e Memória I. São Paulo, 2010

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. **Tombamento do Parque do Povo: futebol de várzea também é patrimônio.** Publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996, IPHAN.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?** Editora Vozes, São Paulo, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica.** Revista de sociologia da USP, São Paulo, 1993.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva.** EdUSP. São Paulo, 1974.

MAZZONI, Thomaz. **História do futebol no Brasil:1894-1950.** Ed. Leia. São Paulo, 1955.

MEDEL, Manuel Ángel Vázquez. **La Universidade del Siglo XXI en la sociedade de la comunicación y del conocimiento.** Sevilla, Universidad de Sevilla, 2009.

NEIVA, Adriano. **A evolução do futebol em São Paulo.** São Paulo, 1955.

NETTO, Euclides B. Silva. **Várzea futebol dos sonhos.** Ed. Scortecci. São Paulo, 2002.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota.** L&PM Editores. Porto Alegre, 2010.

PIZA, Daniel. **Perfis & entrevistas: escritores, artistas, cientistas.** Editora Contexto, São Paulo, 2005.

RINALDI, Wilson. **Futebol: manifestação cultural e ideologização.** Maringá: Revista da educação física/ UEM, v. 11 n.1p. 167-172, 2000. Física/UEM Maringá, v. 11, n. 1, p. 167-172, 2000.

RODRIGUES, Mario Filho. **O negro no futebol brasileiro.** Ed. Mauad. Rio de Janeiro, 2003.

SALDANHA, João. **Os subterrâneos do futebol.** Ed. José Olympio. São Paulo, 1980.

SANTOS, Edmílson: **A representação dos campos de várzea na cidade – um espaço de memória.** História: Questões & Debates. Editora

UFPR. Curitiba, n. 47, p. 203-215, 2007.

SCIFONE, Simone. **Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo.** Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, Anais do Museu Paulista. v. 21. n.2. Jul.-Dez. 2013.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

SILVA, Diana Mendes Machado. **A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo. 210 f.** Dissertação de mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOARES, Antonio Jorge G.e LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **O Futebol é fogo de palha: A "profecia" de Graciliano Ramos. Lecturas: Educación Física y Deportes. Año 3, Nº 10.** Buenos Aires. Mayo 1998 http://www.efdeportes.com

SOUZA, Marcos Alves. **Gênero e Raça: a nação construída pelo futebol brasileiro.** Dissertação de mestrado defendida junto ao PPGAS do departamento de antropologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1996.

TRUNK, Matheus. **O futebol varzeano é um universo desconhecido.** Publicado no site www.ultimadivisao.com.br, em 07 de junho de 2011.

VOGEL, Arno. **Rituais e Simbolismos.** Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro, 1982.

VOGEL, Arno. **O Momento Feliz – reflexões sobre o futebol e o ethos nacional.** Edições Pinakotheke. Rio de Janeiro, 1982.

WALTY, Ivete Lara Camargos. **O que é ficção?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

WEZNEL, Marianne; MUNHOZ, Mauro. **Arquitetura e Requalifi-**

cação no Estádio do Pacaembu. Ed. Romano Guerra. São Paulo, 2012.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2008.

WITTER, José Sebastião. **Futebol: um fenômeno universal do século XX.** Revista USP, São Paulo, n.58, p. 161-168, junho/agosto de 2003.

WITTER, José Sebastião. **Arquivo em Imagens do Jornal Última Hora N. 2.** São Paulo, 1982.

WITTER, José Sebastião; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Futebol e Cultura: coletânea de estudos. Futebol: "unidade nacional".** Ed. Convênio IMESP/DAESP, São Paulo, 1982.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta.** Ed. Brasiliense. São Paulo, 1985.

Artigos:

ILUSTRADA, Gazeta Esportiva. **No Brasil, jogador de futebol nasce feito.**

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Urbanização de São Paulo. Artigo escrito em Arquitetura e Requalificação no Estádio do Pacaembu.** Ed. Romano Guerra. São Paulo, 2012, p. 37.

Documentário:

BOHM, Rudi. **Perdizes: as glórias da várzea.** BrasFilmes, 2006.

Reportagens:

DE PIERRE, Glauco; JUNIOR, Gonçalo. **Futebol de várzea luta para sobreviver na Zona Norte.** Jornal o Estado de S. Paulo, 08 de agosto de 2015.

VEGA, Miguel Ángel Garcia. **A poderosa atração do planeta futebol.** El País, 31 de maio de 2015.

CALEIRO, João Pedro. **Qual o tamanho do esporte na economia?** Exame, 26 de junho de 2014.

CAPELO, Rodrigo. Que riqueza? **Quatro em cada cinco jogadores de futebol no Brasil ganham até R$1.000.** Época, 22 de fevereiro de 2016.

Pesquisas:

PLURI COSULTORIA: **www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/PIB%20Esporte.pdf**

Blogs:

ONZE IDEAL. **As 11 maiores jogadoras da história do futebol feminino. 13 de julho de 2011.**

IN SUN AND SHADOW. F**ootbal and International Relations; Against modern football? Blame liberal economis.** 11 de julho de 2011.

BLOG DO EMIR **Lei Pelé: o neoliberalismo no futebol.** Carta Maior, 17 de julho de 2014.

OLHAR CRÔNICO ESPORTIVO. **Cenas inesquecíveis – 1970 e 2010. Escrito por Emerson Gonçalves em 13 de julho de 2010.**

GASTALDO, Édison: **entrevista ao blog Comunicação, Esporte e Cultura, criado por um grupo de pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).**

Sites:

CBF. Matéria: **Relembre a incrível "Batalha de Berna" em 1954.** Postagem do dia 28 de agosto de 2015.

IG. **O lado B das Copas: a polêmica troca de concentração em 1950.** Por Marcelo Laguna, 26 de abril de 2014.

Sobre o autor:

Caio Araújo do Carmo, 30, é de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), mas mora em São Paulo há oito anos. Rodou o mundo até se encontrar no jornalismo. Escreve sobre futebol para os veículos on-line: Chuteira de Ouro e Futebol na Veia. Foi aluno do 6º curso de Jornalismo Econômico do jornal O Estado de S. Paulo e trabalha na TV Brasil.

“A gente veio jogar, como fazemos todo sábado, e viu o trator passando por cima do muro.; as escavadeiras destruindo o gramado. Fazer o quê? Manda quem tem dinheiro, né” - Francisco Chavier, ex-jogador do Grêmio Iororó.

“Não tinha um prédio quando chegamos aqui. Era um terreno abandonado, ninguém tinha interesse nele. Passamos a jogar bola aos finais de semana. Cada sábado aparecia gente nova. Tudo bem: o espaço não era nosso, mas ninguém sabia de quem era. O fato é que trouxemos melhorias para o bairro: limpamos o terreno, abrimos o espaço para a molecada da comunidade, promovemos eventos beneficentes, mas, enfim, ninguém se lemboru disso quando a área se valorizou” - Mazzola, dirigente do Canto do Rio.

“Era um diversão danada! O pessoal combinava duranet a semana o que cada um tinha que trazer. Chegava domingo a festa não acabava mais! Era gente chegando de tudo quanto era canto. A criançada corria solta nos campos, o pessoal mais velho ficava no carteado e os times fingindo que jogavam. Quase não tinha rivalidade. As torcidas se abraçavam e no final todo mundo sabia que o futebol era só um pretexto para a festa” - Baltazar Neves dos Santos, garçom no bar do Ajax de Pirituba.

A cidade de São Paulo tem visto os seus campos de várzea serem dizimados por um projeto urbanístico que privilegia à privatização do espaço público e o crescimento desordenado de templos do consumo e da vaidade.

Nos últimos anos, milhares de agremiações populares perderam os seus terrenos, onde estavam há décadas, em função do encarecimento do metro quadrado no entorno - fenômeno conhecido por “gentrificação”. Trabalhadores que tinham como hábito predileto bater uma pelada aos domingos tiveram que procurar outro ponto de lazer gratuito.

Este livro resgata a história de algumas dessas pessoas e, em particular, de um clube - o Grêmio Desportivo Canto do Rio - mas propicia também uma reflexão mais ampla sobre o atual papel do futebol amador na metrópole ao questionar se o modelo de desenvolvimento vigente ameaça a existência de uma prática arraigada ao cotidiano paulistano desde quando São Paulo ainda era uma vila.